

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS
NIVEL DE MESTRADO

SÉRGIO ARMANDO MAÚNGUE

TERRITÓRIO VIVIDO E O MAPA COLONIAL:

MIGRAÇÃO, COLONIALISMO E IDENTIDADES NO SUL DA BAÍA DE MAPUTO

SALVADOR

2012

Sérgio Armando Maúngue

TERRITÓRIO VIVIDO E O MAPA COLONIAL:
MIGRAÇÃO, COLONIALISMO E IDENTIDADES NO SUL DA BAÍA DE MAPUTO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir
Zamparoni

Salvador

2012

Biblioteca CEAO - UFBA

- M451 Maúngue, Sérgio Armando.
Território vivido e o mapa colonial: migração, colonialismo e identidades no Sul da Baía de Maputo / por Sérgio Armando Maúngue. - 2012.
121 f. : il.
- Orientador: Prof. Dr. Valdemir Zamparoni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, 2012.
1. Moçambique - Fronteiras - África do Sul. 2. Identidade social - Moçambique.
3. Moçambique - História. I. Zamparoni, Valdemir, 1957. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. III. Título.

CDD - 967.9

Sérgio Armando Maúngue

TERRITÓRIO VIVIDO E O MAPA COLONIAL:
MIGRAÇÃO, COLONIALISMO E IDENTIDADES NO SUL DA BAÍA DE MAPUTO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ___ de _____ de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemir D. Zamparoni (Orientador)
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Wilson Roberto Mattos
Universidade Estadual da Bahia

Prof. Dr. Lívio Sansone
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a Eleutéria, minha esposa, por todo apoio e encorajamento, a Neidy Shércia e Sérgio Jr, queridos filhos, por terem consentido a falta do meu calor, ainda menores.

A realização deste trabalho contou com a contribuição de várias pessoas e instituições para quem presto os meus sinceros agradecimentos. A lista é enorme que aqui não esgotei.

Ao Prof. Dr Valdemir Zamparoni pela sábia e paciente orientação. Aos Prof Dr Gerhard Liesegang, pela correção e leitura de parte do projeto, e David Hedges, pela indicação de bibliografia importante e comentários do projeto.

Ao CNPq pela bolsa concedida, à minha instituição empregadora, Universidade Eduardo Mondlane, pela autorização e pagamento de passagens de Moçambique-Brasil-Moçambique. O trabalho de campo e de consulta bibliográfica e documental foi possível graças à benevolência dos funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique e da estrutura administrativa de Matutuine.

Ao colegiado do POSAFRO e colegas da turma 2007 de quem muito aprendi e revisei o meu projeto de pesquisa. Ao Marcos V. D. Coelho pela hospitalidade em sua casa nos primeiros dois meses da minha chegada em Salvador. Ao Paulo Albino Mahumane que foi um verdadeiro guia da minha instalação em Salvador e no POSAFRO.

"Nós que estamos aqui na fronteira estamos a viver, mas não pense que nós estamos seguros de que Moçambique... não, não... um pé cá e o outro lá".

(Samuel Mlambo, entrevistado)

Resumo

Pretende-se com o presente estudo dois objetivos; i) interpretar as dinâmicas fronteiriças e ii) os processos identitários daquelas decorrentes. Pelo fato, o estudo é informado pelas proposições de estudos sobre fronteiras e identidades sob o viés antropológico. A região aqui em estudo, Sul da Baía de Maputo, delimita Moçambique da África do Sul e da Suazilândia. Essa fronteira-limite foi determinada em 1875 no contexto da partilha de África, com a intermediação de Mac-Mahon. Este vértice atravessou o Estado de Mabudu-Tembe que por fissão à linhagem nuclear Tembe e conquista na direção Sul do rio Maputo constituíra-se numa unidade política e cultural-identitária reconhecida como abakwaMabudu que significa "pessoas da terra de Mabudu" que se estendia do Sul da atual Baía de Maputo até ao rio Mkhuze, na atual África do Sul, e do rio Pongolo até ao oceano Índico. Doravante, sobre esta fronteira-limite interpuseram-se os espaços pré-existentes e os coloniais com impactos no ambiente da fronteira e nos processos identitários. Minha conclusão aponta como móbeis das dinâmicas fronteiriças e processos identitários na região o meio ambiente, a história regional, as diferenças das administrações coloniais e as suas potencialidades econômicas, o Apartheid instituído na África do Sul em 1948 e o seu fim em 1992, os eventos após a independência de Moçambique nomeadamente os reveses das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo independente como a socialização rural e as nacionalizações. Adicionalmente, a guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO entre 1976 e 1992 foi outro importante móbil das dinâmicas da paisagem sócio-cultural da fronteira-limite entre Moçambique e África do Sul.

Palavras-chave; Moçambique. Fronteira. Identidade

Summary

The present research aims at two goals: I) to understand the social dynamics of people near the borders and II) the identity processes resulting from the above mentioned dynamics. In view of this, this study is based on proposition of studies on borders and identities instead of anthropological view. The region under study, in the southern of Maputo Bay separate Mozambique from the South Africa and from Swaziland. This border has been drawn in 1875 on behalf of the sharing Africa through intermediation of Mac-Mahon. This border crossed the state of Mabudu Tembe who by leankage of the principal Tembe lineage and having conquerer the southern region of Maputo which became in a political and cultural identity recognized as abakwaMabudu what means "people from Mabudu's land" which extendend from the South of actual "Maputo Bay" until Makhuze river in the actual South Africa, and the Pongolo river until the Indian Ocean. Later on, over this border the pre-existent spaces and the colonial ones became the same and this generated impact in border environment and identity processes. My conclusion points as the causes of social dynamics of people living near border, the identity processes the region, the environment, the regional history, the differences of authorities and their economic potentialities, the Apartheid policy adopted in South Africa in 1948 and it's abolition in 1992, the events after the independence of Mozambique such as the reverses on the development policies adopted by independent government as well as rural socialization and the nationalizations of infrastructures. In addition the civil war between FRELIMO and RENAMO from 1976 to 1992 was another cause of such dynamics in the socio cultural scenery in the border between Mozambique and South Africa.

Key words: Mozambique, border, identity.

Lista de mapas

Mapa 1 – Mocambique na Africa

Mapa 2 – Mocambique e seus vizinhos.....

Mapa 3 – Regiao de estudo.....

Mapa 4 – Maputaland.....

Mapa 5 – O Sul da Baia de Maputo entre 1720 e 1780.....

Mapa 6 – Maputaland pre-colonial.....

Mapa 7 – O Sul da Baia de Maputo cerca de 1850.....

Mapa 8 – O Sul da Baia de Maputo e a extensao do abakwaMabudu do Sul entre 1875-1891.....

Lista de abreviaturas

FDSNI - Fundo da Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas

CX - Caixa

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique

AHM /89/SE aII p.9 - Arquivo Histórico de Moçambique Seção Especial prateleira 9

FGLM - Fundo do Governo de Lourenço Marques

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

SAFD – Southern African Force Defense

RSEA – Records Southern Eastern Africa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. HISTÓRIA LOCAL E ANTROPOLOGIA DAS FRONTEIRAS: REVISÃO DE LITERATURA.....	13
1.2 Abordagem Metodológica e Trabalho de Campo.....	20
1.3 Corpus Conceitual.....	25
2. GEOGRAFIA HISTÓRICA DO SUL DA BAÍA DE MAPUTO ANTERIOR A FIXAÇÃO DA FRONTEIRA-LIMITE EM 1875-91.....	33
2.1 Aspetos Ambientais e Povoamento.....	33
2.2 História Local Anterior à Fixação da Fronteira-Limite (Até 1875-91).....	38
2.2.1 O mapa político da região cerca de 1550 a 1647.....	41
2.2.2 As modificações depois de 1647 até 1760: a reascensão de Tembe, conflitos e fissões na linhagem Tembe-nuclear e a ascensão de Mangobe.....	43
2.2.3 O período de 1760 a 1896: a ascensão de Mabudu-Tembe.....	50
2.2.4 Delimitação das fronteiras e conquista colonial, 1875-1896: as fronteiras de Zambili e a soberania de Ngwanase nos dois lados da fronteira-limite.....	56
3. FRONTEIRAS DEMARCADAS E TERRITÓRIO VIVIDO: COLONIALISMO, INDEPENDÊNCIA E MIGRAÇÃO.....	64
3.1 O Sul da baía de Maputo entre o colonialismo português e britânico.....	68
3.2 Os braços que faltam na colonização de Maputo.....	69
3.3 A fronteira-limite e a migração após a independência.....	79
4 .FRONTEIRAS DOS ABAKWAMABUDU NOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA-LIMITE.....	85
4. 1 Fronteiras identitárias.....	90
4.1.1 De Zulu a AbakwaMabudu e de AbakwaMabudu a Zulu: o percurso de uma identidade.....	90
4.1.2 A transnacionalidade dos Mandindindi: da colonização à Moçambique independente.....	93
4.2 O território vivido e a experiência do trabalho de campo.....	101
4.2.1 Identidade.....	104
4.2.2 Percepções de fronteira: Estado, migração e desenvolvimento.....	110
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

INTRODUÇÃO

A região aqui estudo, Sul da Baía de Maputo, tornou-se limite do extremo Sul de Moçambique com a África do Sul e Suazilândia no contexto da partilha de África nos finais do século XIX. Através dos acordos anglo-lusos entre 1891 e 1897, a cadeia dos Libombos, a confluência dos rios Usutho e Pongolo e uma longa linha reta para o Oceano Índico na direção de Kosi bay serviram de separadores/divisores do Estado de Mabudu-Tembe que por fissão à linhagem nuclear Tembe e subseqüentes conquistas na direção Sul do rio Maputo, entre 1760-1780, constituíra-se numa unidade política e cultural-identitária reconhecida como abakwaMabudu que significa “pessoas de Mabudu”. Territorialmente essa unidade estendia-se do Sul da atual Baía de Mpauto até ao rio Mkhuze, na atual África do Sul, e do rio Pongolo, também na atual África do sul, até ao Oceano Índico. Com a delimitação das fronteiras coloniais a população deste Estado ficou bipartida nesses países e sujeita às respectivas administrações coloniais – abakwaMabudu do Sul, na África do Sul e abakwaMabudu do Norte, em Moçambique. Alguma parte até ficou adstrita à Suazilândia. A rainha regente do Estado Mabudu-Tembe protestou contra a delimitação imposta pelos acordos anglo-lusos que dividia o seu Estado entre as administrações portuguesa e inglesa. Também Ngwanase, seu sucessor, muita resistência ofereceu contra a divisão do Estado pela fronteira colonial.

A confrontação entre as fronteiras pré-colonial e colonial é o cerne deste estudo que se pretende multi e interdisciplinar com dois objetivos; i) interpretar as dinâmicas fronteiriças dessa confrontação e ii) os processos identitários daquelas decorrentes. A minha asserção é que a fronteira colonial sobrepôs-se à fronteira pré-colonial e gerou processos identitários, dos quais circunscrevo os Mandindindi, como uma identidade coletiva transnacional que se construiu na parte Norte do antigo Estado que ficou sob a administração portuguesa. Os abakwaMabudu da parte Sul constituíram-se numa sub identidade zulu, com a sua integração no Kwazulu-Natal.

Esta história regional desconstrói as teorias obsessivas sobre a inexistência de fronteiras em África antes das coloniais e, por outro lado mostra como as fronteiras pré-coloniais adaptaram-se e subsistiram às coloniais. Os móveis das dinâmicas fronteiriças e dos processos identitários na região foram o meio ambiente, a história regional, as

diferenças das administrações coloniais e as suas potencialidades econômicas, o Apartheid instituído na África do Sul em 1948 e o seu fim em 1992, os eventos após a independência de Moçambique nomeadamente os reveses das políticas de desenvolvimento adoptadas pelo governo independente como a socialização rural e as nacionalizações. Acrescem-se a estes eventos a guerra civil entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) entre 1976 e 1992.

Esta dissertação comporta quatro capítulos e conclusões. No primeiro capítulo constituído por uma revisão bibliográfica e documental, discussão teórica, métodos e trabalho de campo realizado. No segundo capítulo traço a geografia histórica da região ao Sul da Baía do período anterior à delimitação de fronteiras-limite e de conquista colonial entre 1875 e 1896. Este capítulo comporta quatro seções que descrevem a história política da região. O foco do capítulo é a geografia histórica nomeadamente as unidades políticas e sua extensão geográfica. A importância e extensão do Estado Mabudu-Tembe a partir dos meados do século XVIII até finais do século XIX são destacadas neste capítulo como base para a abordagem do capítulo seguinte. No terceiro capítulo analiso como se confrontaram a geografia colonial, com a delimitação da fronteira-limite, e geografia local. Extensivamente essa análise é feita até ao período após a independência por considerar que o Estado independente herdou as fronteiras coloniais. Na análise desta confrontação são transversais os conceitos de territorialidade e migração que são uma ponte para a abordagem do quarto capítulo no qual delimito a identidade Mandindindi com fundamento na língua e cujo território foi estruturado pela história política regional e o meio ambiente. Na história política regional nomeio o domínio e a extensão geográfica dos Estados pré-coloniais, o colonialismo, o Apartheid, a independência de Moçambique e os eventos após a independência – políticas de desenvolvimento e a guerra civil. O meio ambiente como o gerador da migração e, este como recurso milenar de sobrevivência face à precariedade do meio ambiente e baixa tecnologia.

1. HISTÓRIA LOCAL E ANTROPOLOGIA DAS FRONTEIRAS: REVISÃO DE LITERATURA

Procuro nesta primeira seção do primeiro capítulo proceder à revisão bibliográfica e documental particularmente sobre a história da região de estudo, ancorada aos aspetos antropológicos e de fronteira. Na historiografia da região a primeira referência incontornável é do missionário suíço, Henri Junod, que viveu em Lourenço Marques de 1889 a 1895 e de 1907 a 1921. Nos dois volumes que escreveu com o título *Usos e Costumes dos Bantu* classificou os povos do Sul de Moçambique, genericamente designados Tsongas, em seis grupos, dentre os quais os Ronga em volta da Baía de Maputo

Os verdadeiros Rongas são, parece-me, os clãs mpfumu e matola, situados a Oeste da Baía. Ao Sul da Baía encontra-se o clã Tembe e os seus subclãs que se tornaram independentes: Matutuine e Maputru (JUNOD 1996, p. 35-36)

O clã nuclear Tembe, imigrante e invasor na região circunvizinha da Baía de Maputo, é provavelmente originário de Kalanga, Norte da baía, e dominou as populações ao Sul da baía e aí se estabeleceu (RODRIGUES 1909, p. 144).

Embasado nos teóricos sobre processos identitários e antropologia das fronteiras, centro a minha atenção na história da linhagem Tembe e com referência à fissão política que gerou a independência de Matutuine e Maputru [=Mabudu] e procuro entender e interpretar os processos identitários decorrentes desse processo. A classificação de Junod (1996), sobretudo o desdobramento do grupo Ronga, apesar de enfermada pela antropologia social britânica dos princípios do século XX, é muito importante na argumentação para a delimitação dos Mandindindi, como uma identidade coletiva, aqui em estudo. Outra fonte, anterior a Junod, que fez a classificação dos povos habitantes do Sul da Baía de Maputo é a recolha da tradição oral feita por Pedro Alexandrino Vianna Rodrigues, então administrador interino da circunscrição de Lourenço Marques provavelmente nos princípios do século XX, publicada por Francisco Ferrão em 1909. Rodrigues (1909) também diferencia os habitantes do Sul da Baía de Maputo.

Outros estudos de antropólogos, com abordagem histórica, na região da fronteira-limite Sul de Moçambique que subsidiam o presente estudo são de Felgate (1982), Webster (1986; 1992), Kloppers (2003; 2004) e Mthethwa (2005). A abordagem ecológica sobre a história regional e particularmente a comparação entre duas áreas de fronteira nomeadamente Makhasa e Mbango, respectivamente do lado sul africano e moçambicano da fronteira-limite, feita por Felgate (1982) nos anos 1960 é uma importante referência para trabalhos posteriores pelas informações históricas que já denotam o impacto do meio ambiente – para citar um exemplo a gestão do recurso terra arável e produtiva entre as comunidades das duas áreas – para a transnacionalidade aqui em estudo, e o mesmo autor observou que o Estado Mabudu ainda existia na forma trans-estatal, pois assinala que Ngwanase ainda era reconhecido como governante pelos abakwaMabudu do Norte, ora sob a administração portuguesa. Kloppers (2003) através de uma abordagem antropológica e histórica analisou o Estado de Mabudu-Tembe e mostra como a história e a identidade são objetos de manipulação política, com o exemplo da tentativa do governo sul africano, nos anos 1980, de ceder Ingwavuma - nova designação da "terra de Mabudu" do lado sul africano incorporada em 1976 no Kwazulu-Natal - à Suazilândia alegando que historicamente Mabudu-Tembe esteve por algum tempo sob a dominação dos Suazis. Esta tentativa do governo sul africano é conhecida na historiografia como "Ingwavuma Land Deal", cujo objetivo era criar um Estado tampão no contexto das tensas relações políticas entre o novo Estado independente em Moçambique que apoiava o movimento nacionalista sul africano contra o regime de Apartheid na África do Sul.

Outra importante contribuição deste autor é o estudo das dinâmicas da fronteira-limite Sul de Moçambique com a África do Sul. Analisa em perspectiva macro as relações entre os Estados limítrofes, e micro as relações entre as populações fronteiriças, articuladas com a classificação de fronteiras desenvolvida por Martinez (1994; 1998) em interdependentes, integradas e alienadas o que permitiu-lhe conclusões que muito subsidiaram o último capítulo deste trabalho. Um contraponto a registrar nos estudos de Kloppers, que é extensível a outros estudiosos da região aqui referidos, é a generalização da língua Ronga para todo o Sul da Baía de Maputo, incluindo o Norte de Kwazulu-Natal, pois alguma literatura e fontes que faço referência e o trabalho de campo no âmbito deste estudo testemunham que outra língua – Ci Ndindindi – é falada na região. Sobre este aspecto apresento detalhes no último capítulo.

Mthethwa (2005) quase que no mesmo viés de Kloppers analisa a história do Estado de Mabudu-Tembe e interpreta como a história é mobilizada para reclamar o acesso ao controlo dos recursos naturais, nomeadamente a terra, e a beneficiação de investimentos em projetos turísticos que tem vindo a crescer na área de Maputaland¹, com o fim da guerra civil em Moçambique. A análise de Mthethwa enquadra-se na corrente instrumentalista da identidade em termos muito próximos a HAESBART e BARBARA (2006, p.4), para quem “Atualmente parece viável afirmar que identidades não podem ser entendidas sem a sua correspondente dimensão político-estratégica e, em grande parte, também, territorial”.

Esta asserção é também corroborada por outros autores como Bayart (1996) para quem "o que existe, sempre, são “estratégias identitárias”, ou seja, a mobilização política das identidades culturais. Porém, importa salientar que esta asserção não pode ser levada, como alguns pos-modernistas apregoam, a exemplo de Bauman (2001), ao extremo da banalização ou esvaziamento da identidade, pois muito bem Hobsbawm (1984) assinalou que as identidades não são simples abstrações, posto que são materialmente representadas – incluindo o território – e elas tem como fonte de significado geografias e histórias "imaginárias" ou "reais" através das quais elas se reconhecem ou são reconhecidas como legítimas. Esta perspectiva de Hobsbawm é aplicável no caso de estudo desta dissertação através do exemplo da criação do partido para a independência dos abakwaMabudu do Sul, que reclamam a sua história e o seu território (KLOPPERS, 2004). É verdade que são motivações políticas que engendram o partido mas os elementos evocados – história e território – não são abstratos como mostramos nos capítulos II e III deste trabalho.

No contexto da globalização, a literatura aponta para o surgimento dos localismos, como movimentos paralelos (HALL 1997) que podem ser relacionados à dimensão de abrigo, que Milton Santos (2001) atribui ao conceito de território. Neste quadro, Kloppers (2003, p. 102-103) menciona a questão atual dos abakwaMabudu, que vivem no Kwazulu-Natal, do Kwazulu-Natal, que constituem a parte nuclear dos abakwaMabudu que, no contexto da delimitação da fronteira-limite em 1875-91, ficou do lado sul africano e que, no presente, procura resgatar o poder no Sul da Baía de Maputo no contexto do restabelecimento das autoridades tradicionais em Moçambique². Este quadro pode ser

¹ Maputaland é a designação inglesa para o território que esteve sob o domínio de Mabudu.

² Em muitos casos, o restabelecimento das autoridades tradicionais está assente no sistema de regulado que fora implantado pelo Estado colonial como extensão da sua administração ao nível local.

relacionado com a constatação de Mthethwa (2005) de que os progressivos investimentos, depois do fim da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO em 1992, sobretudo na área turística naquela região Sul da Baía de Maputo estão tornando-a mais atrativa e economicamente importante, o que gera um refluxo de moçambicanos de Kwazulu-Natal para Ponta de Ouro. Durante o trabalho de campo no âmbito deste estudo registrei o conflito do poder em Catuane que opõe os herdeiros de Catuane com os Tembe. Eduardo Catuane atualmente secretário da FRELIMO³, reclama a divisão do posto de Catuane com Txutxa-Tembe que diminuiu a sua extensão territorial que outrora limitava com Santaca⁴.

Uma leitura atenta à etnografia de Webster (1991) permite entender os processos identitários no Sul da Baía de Maputo e Norte de KwaZulu-Natal. A interpretação que faz da relação entre a etnicidade e o gênero em KwaZulu-Natal, que é a parte do antigo Estado Mabudu-Tembe que ficou sob a administração britânica quando se delimitou a fronteira-limite, embora parcialmente questionável⁵, é um contributo valioso no presente estudo pois mostra como a identidade é traduzida em contexto imigrante, nomeadamente entre as mulheres Mandindindi⁶, que mantêm o Ci Ndindindi, no espaço doméstico como afirmara Junod (1996, p. 51) - "nos povos primitivos as mulheres são as melhores guardas da língua" - e, os homens falando zulu e inglês por imposição do mercado do trabalho.

Outros autores explicam parcialmente a história política da região com referência às questões ambientais, por exemplo, Eldregde (1992) na análise das fontes dos conflitos na África Austral ocorridos de cerca de 1800 a 1830 e Newitt (1997) na análise da grande seca de 1794 a 1802, convergem no que tange aos efeitos das crises ambientais na estruturação política. Também Rita-Ferreira (1982) e Hedges (1978) explicaram parcialmente a grandeza, a continuidade e descontinuidade de Estados na região relacionando-as com o acesso e controlo de recursos de que gozavam esses Estados – centros geográficos do poder. Hedges (1978) adicionalmente considera que o comércio de

³ FRELIMO que significa Frente de Libertação de Moçambique, movimento nacionalista e armado que derrotou o Estado colonial em 1975. É o partido político no poder desde a independência nacional.

⁴ Catuane fora empossado como autoridade local pelo Estado colonial português, em substituição de Madubula que após a conquista militar na região recusara-se a cobrar imposto. Madubula era Tembe.

⁵ Webster afirma que a manutenção da língua "Tonga" pelas mulheres "Tonga" no KwaZulu-Natal significa maior liberdade destas comparativamente às mulheres Zulu. Voltarei a esta questão com mais detalhe no último capítulo.

⁶ O próprio Webster (1991) menciona as mulheres como Tonga, mas neste estudo o que é designado Tonga para KwaZulu-Natal aqui é mencionado Mandindindi.

marfim em Delagoa Bay - designação na época para a atual Baía de Maputo - jogou um papel importante na centralização da chefatura Mabudu-Tembe e sua constituição em Estado. Esse argumento é largamente aceite, porém é questionada por alguns autores para a explicação da centralização política, por exemplo, entre os Nguni que, do sertão, não tinham o acesso ao comércio de Delagoa Bay. Na mesma linha, Rita-Ferreira (1982, a, b) propõe outras interpretações dos processos políticos e culturais que caracterizaram a região, nomeadamente a interação do impacto do meio ambiente, o comércio e as bases da estrutura política dos Estados pré-coloniais.

Outros trabalhos de natureza histórica na região Sul da Baía de Maputo foram desenvolvidos por Liesegang (1987, 1998) que cobrem o período pré-colonial até a conquista colonial em 1896, com a mudança de Ngwanase do extremo Sul de Moçambique para a Zululândia, Nordeste da África do Sul. Liesegang (1987) faz a periodização e esboça a história política da região o que contribui para se perceber como os processos políticos relacionaram-se com processos identitários, nomeadamente a fissão de Mabudu da linhagem nuclear Tembe e, por conseguinte a formação da identidade abakwaMabudu.

Zamparoni (2007) fez um estudo muito bem detalhado da geografia social do Estado colonial português, com enfoque para a região Sul de Moçambique, que constitui uma importante contribuição para analisar a relação entre o funcionamento do Estado colonial e a migração clandestina na região de estudo. Zamparoni analisa as teorias e as práticas do Estado colonial português – coerção para o trabalho através da expropriação de terras, cobrança do imposto, trabalho compelido, recrutamento militar – e mostra como as mesmas se refletiram no tecido social e cultural no Sul de Moçambique. A este quadro, populações locais, particularmente de fronteira-limite, reagiram de diversas formas de dentre as quais a fuga e a bi-territorialidade.

Harries (1982, 1983, 1994a, b) estudou o Sul de Moçambique com enfoque para as novas ligações econômicas, nos finais do século XIX e princípios do século XX, entre o Sul de Moçambique e a África do Sul e o seu impacto na geografia histórica do Sudeste da África. História, migração e identidades são os grandes eixos nos estudos de Harries, cuja abordagem transversal foi muito importante para este estudo.

Estudos sobre outras regiões fronteiriças de Moçambique e que subsidiam o presente estudo são de Phiri (1976) sobre os Chewa e os Nguni na fronteira-limite entre

Moçambique, Zâmbia e Malawi e, o de Connor (2003) na zona de Pafúri e Englund (2002) que estudou a fronteira-limite entre Moçambique e Malawi, concretamente entre os distritos de Dedza, Malawi, e Angónia, Tete-Moçambique. As conclusões destes autores subsidiaram a análise da região aqui em estudo pois encontramos algumas similaridades nomeadamente a transnacionalidade, a marginalidade e a criatividade em áreas de fronteira-limite que são postuladas por vários autores de estudos sobre fronteiras-limite.

A literatura sobre a abordagem da dimensão do impacto das fronteiras-limite nas comunidades africanas, particularmente as que foram divididas e separadas entre os Estados coloniais, divide duas correntes; a que relativiza o impacto e a que o radicaliza. O cerne do debate das duas correntes é o impacto dessas fronteiras-limite na vida cotidiana das populações nomeadamente a sua mobilidade e a exploração de recursos naturais. Para os relativistas as fronteiras-limite não tiveram impacto negativo significativo, pois se tornaram um recurso de oportunidades, sobretudo comerciais, em ambientes sócio-políticos diferentes. A argumentação assenta no fato de que as fronteiras-limite são marginais, ou seja, periféricas dos centros do poder o que favorecia a resistência por fuga ou migração das populações africanas à pressão dos Estados coloniais. Avaliação idêntica é feita para o período pós-independência, pois as fronteiras-limite, herdadas dos Estados coloniais, continuaram periféricas aos centros do poder econômico dos respectivos Estados nacionais, incapazes de exercer eficazmente seus direitos alfandegários e, por conseguinte, as populações trans-fronteiriças desenvolvem o comércio informal não só à margem das normas do Estado mas até mesmo se beneficiando da existência de tais fronteiras:

Os fluxos e circuitos trans-estatais exercem funções de regulação social e de acumulação vitais para as populações face à desagregação dos circuitos oficiais e à região de enquadramento territorial do Estado (STATTER apud BACH 1995; 533)

Se não houver fronteira deixa de haver negócios (palavras recolhidas por Bach de um hausa na fronteira-limite entre o Níger e a Nigéria)

Para os radicais as fronteiras-limite afetaram negativamente a mobilidade das pessoas e bens. Concentrando-se na análise macro, nas relações entre Estados, escapou aos radicais a análise micro, as relações quotidianas entre as populações fronteiriças, como é observado por Statter (apud FARRET 1997, p.3)

Isoladas dos dois lados, pelos seus respectivos governos nacionais, as áreas de fronteira desenvolveram "estratégias de sobrevivência, criando complementaridades, independente das macrodecisões nacionais pela via de fluxos de pessoas, bens e serviços, de modo a aproveitar vantagens econômicas comparativas... "

A transnacionalidade, pensada nos anos 1990, como uma nova ferramenta para a abordagem antropológica das fronteiras-limite constituiu uma grande contribuição para estudos das dinâmicas fronteiriças. Esta nova abordagem surge como uma terceira corrente sobre os estudos de fronteiras-limite. Um contraponto às abordagens em torno desta nova ferramenta é o fato de muitos autores conceituarem o transnacionalismo como um fenômeno contemporâneo, um produto da globalização, favorecido pelo desenvolvimento das tecnologias de informação, comunicação e transportes. Outra limitação destes estudos é que circunscrevem-se ao espaço europeu, por um lado, e, por outro, na América do Sul geralmente abordam o transnacionalismo entre zonas urbanas de dois ou mais países. África está omissa em tais estudos, apesar de que ocorreram e ainda ocorrem vários processos transnacionais, não necessariamente resultantes da globalização e marginais ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, mas dentre outros fatores, resultantes das fronteiras-limite impostas pelas potências coloniais em África no último quartel do século XIX.

Foi esta terceira corrente que embasa a minha interpretação de que alguns espaços pré-coloniais que foram atravessados pela demarcação das fronteiras-limite na região ao Sul da Baía de Maputo, prevaleceram depois da demarcação e da implantação da administração colonial, pois as populações locais, através de movimentos transmigratórios ignoraram ou protestaram contra essas fronteiras-limite entre os Estados coloniais e mesmo contra as fronteiras internas. Essas correntes transmigratórias ocorrem em espaços sociais que transpõem as fronteiras-limite estatais através de uma multiplicidade de envolvimentos históricos, familiares, económicos, sociais, etc. Esses espaços sociais, que não são estáticos, estruturaram-se e funcionam fora do domínio político dos Estados⁷.

⁷ Por exemplo Hortêncio Estevão de Sousa (1947) nos apontamentos sobre o “movimento migratório de indígenas entre Moçambique e países vizinhos” descreve como as “autoridades indígenas” dos dois lados da fronteira dinamizaram a chamada migração clandestina contrariando a política do Estado colonial em relação à migração

Os estudos e a literatura acima são corroborados pela preocupação, bastante recorrente nos relatórios da administração da circunscrição de Maputo dos finais do século XIX até a independência de Moçambique em 1975, relativa às dificuldades de controlo da mão-de-obra local devido à sua emigração massiva para a África do Sul como procuro abordar no capítulo 3.

1.2 Abordagem Metodológica e Trabalho de Campo

A abordagem que se pretende multidisciplinar, articula a História, Antropologia e Geografia, em torno das dinâmicas de fronteira entre os Estados. A fronteira no sentido geral demarca, visível ou invisivelmente, territórios, lugares ou espaços físicos ou sociais. Estas escalas de demarcação encerram identidades que podem ser o seu resultado, como podem produzir essas escalas de demarcação. A compreensão deste quadro para o caso específico de África pressupõe refletir sobre a artificialidade e a imposição das atuais fronteiras entre os Estados. Antes da delimitação e demarcação das fronteiras entre os Estados coloniais era mais comum encontrar espaços de hegemonia política, do que de territórios com fronteiras estritamente delimitadas. A territorialidade só se tornou numa dimensão política com a estruturação dos espaços pelas potências coloniais através de uma extensão territorial precisa, com limite rígido que muitas vezes atravessou territórios já existentes. Esses territórios pré-existent desafiaram ou contestaram a estruturação colonial e mesmo a historicidade do Estado Nação pós-independências.

Embasado nesta abordagem metodológica, o meu ponto de partida é o fato de a delimitação da fronteira-limite no Sul da Baía de Maputo ter atravessado e dividido uma entidade política pré-existente – o Estado de Mabudu-Tembe. Segundo Liesegang (1998) as identidades coletivas geram-se de várias formas que vão desde o domínio político, a oposição a um domínio político, fronteiras políticas, pactos sociais, diferenças culturais, etc. O Estado de Mabudu-Tembe resultou da fissão de Mabudu do núcleo central Tembe em meados do século XVIII cujo domínio entre o rio Maputo, no Ocidente, e o Oceano Indico, no Este, e da atual baía de Maputo, no Norte, até Sta Lucia, no Sul, gerou uma identidade – conhecida como "abakwaMabudu", cuja parte Norte é a que circunscreve os Mandindindi. De fato "Os de Mabudu" era toda a população sob a autoridade de Mabudu-

Tembe, ou seja, de toda a extensão territorial que atrás mencionei. Segundo Kuper (1997, p. 75 apud Kloppers 2003, p. 16-17)

"as chefaturas geralmente eram multilíngues e etnicamente plurais. Grupos dentro da chefatura organizaram-se hierarquicamente de acordo com as suas origens e afinidades culturais. O poder político é apropriado pelos membros, falantes da mesma língua, que reclamam ascendência direta do fundador da chefatura ou afinidade linhageira".

Portanto, está aqui subjacente a noção de fronteira africana que foi violada pela fronteira-limite.

A extensão geográfica dessa identidade política e cultural foi reclamada e negociada por Zambili, então rainha regente do Estado de Mabudu-Tembe quando se delimitou a fronteira em 1875. Também Ngwanase que governou o Estado de Mabudu-Tembe entre as duas administrações coloniais, britânica e portuguesa, experimentou de forma muito estratégica manter a unidade do Estado ora atravessado pela fronteira-limite. A expressão territorial da identidade do Estado de Mabudu-Tembe continuou. Os eventos que caracterizaram a região a partir da formação e crescimento do Estado de Mabudu-Tembe geraram uma identidade e territorialidade próprias que se confrontaram com a identidade e territorialidade colonial, após a independência, a guerra e após a guerra e após Apartheid.

Relativamente ao debate sobre o impacto das fronteiras-limite em África nos finais do século XIX na vida cotidiana das populações atravessadas pelas mesmas, Felgate (1982, p. 21) e Kloppers (2004, p.51) observaram que a fronteira-limite entre Moçambique e África do Sul só foi uma realidade a partir dos anos 1940, pois da sua delimitação até então Mabudu-Tembe ainda indicava chefes, coletava imposto e arbitrava conflitos no Sul de Moçambique. Portanto havia certa homogeneidade cultural no ambiente da fronteira que permitia uma franca circulação de pessoas de um e do outro lado da fronteira-limite. Depois da independência de Moçambique em 1975 devido à política do novo Estado e o seu apoio ao movimento nacionalista na África do Sul e a guerra civil em Moçambique que terminou em 1992, a fronteira foi alienada e militarizada. O período pós-guerra, ainda segundo Kloppers, a tendência da paisagem social da fronteira-limite foi a hibridização. Se bem que haja tal processo, os trabalhos etnográficos realizados por vários autores na região, incluindo o realizado no âmbito desta dissertação, apontam dois cenários; um de

transnacionalidade cuja territorialidade geográfica é o antigo Estado de Mabudu-Tembe e, outro cenário é a tradução identitária. Estes cenários encontram-se combinados.

A tipologia de fronteiras de Martinez (1994; 1998) baseada no nível de interação entre as populações através da fronteira internacional permite analisar as dinâmicas da transnacionalidade no Sul de Moçambique. Eventos como a independência de Moçambique, a guerra entre a FRELIMO e a RENAMO e o seu fim, o Apartheid e o seu fim, são fatores que influenciaram o nível de interação entre as populações através da fronteira internacional.

O vértice da fronteira-limite Sul com a África do Sul, a Sul, e Suazilândia, a Sudoeste, *circunscreveu* uma comunidade – os Mandindindi – entre lugares – Moçambique, África do Sul e também Suazilândia. Italicizo o termo *circunscreveu*, para corroborar com Mbembe (2001, p. 198) quando chama atenção para não confundir a identidade com a geografia⁸, pois o meu viés de análise é o de Barth (1998, p.12) que define as fronteiras étnicas como um campo relacional; "é só encontrar uma pessoa de outra cultura, mesmo sendo do próprio país, para que a fronteira étnica seja suscitada". Por outras palavras a fronteira étnica não resulta do somatório de características objetivamente identificáveis – em sua acepção mais extensa é livre de constrangimentos territoriais, é algo *portátil*⁹. A esta noção de Barth associo as contribuições de Ronald Cohen (1974) sobre o caráter dinâmico das fronteiras étnicas e de Eugene Roosen (1994) que argumenta que as fronteiras não produzem identidades, mas estas constroem e reforçam as fronteiras. Grifo portátil por também embasar-me em Geertz (1996), segundo o qual a identidade é primordial. Desenvolvo este cruzamento teórico no último capítulo quando procuro delimitar os *Mandindindi* como uma comunidade étnica¹⁰.

Vários estudos sobre fronteiras mostram a marginalidade das fronteiras em relação ao centro, a região habitada pelos Mandindindi foi relegada ao fraco investimento, e o

⁸ Esta observação de Achille Mbembe remete-nos a citação de Alonso sobre a compressão do tempo e espaço pelos movimentos nacionalistas em África após as independências com a criação de Estados-nação.

⁹ Grifei o termo portátil para relativizar a banalidade com que alguns autores têm operado o conceito identidade, particularmente da Pos-Modernidade como, por exemplo, Zygmunt Bauman (2005).

¹⁰ Emprego a noção de comunidade na óptica weberiana de solidariedade quando define a comunidade étnica como um campo social. O viés solidário de Weber é corroborado por Martinez (1998:19) que argumenta a lógica da tolerância étnica na região de fronteira o que em outras palavras pressupõe a pluri-eticidade do snapse. Em trabalho etnográfico para esta dissertação registrei estas asserções que são apresentadas no último capítulo desta dissertação.

crescimento da economia mineira e agrícola do outro lado da fronteira atraiu-os mais para o lado sul africano. Esforços para sua inclusão na nova geografia colonial pelo Estado português traduziram-se numa realocação desta comunidade que assentou nas ligações históricas. A "terra de Mabudu" do lado colonial britânico/sul africano serviu de escape às pressões extra-econômicas – pagamento de impostos, recrutamento militar, trabalho forçado – do Estado colonial português sobre esta comunidade¹¹. Adicionalmente o desenvolvimento das plantações e da mineiração na África do Sul atraiu essa comunidade para mais próximo da África do Sul. A estrutura econômica herdada do colonialismo português e as políticas de desenvolvimento e a guerra civil após a independência de Moçambique, os períodos após a guerra em Moçambique e após Apartheid na África do Sul são alguns dos fatores que tornaram esta comunidade numa verdadeira identidade transnacional, embora mais próxima da África do Sul. O trabalho etnográfico realizado no âmbito desta dissertação e os trabalhos de Mthethwa (2005) e Kloppers (2003, 2004) permitem ler processos identitários gerados pela história regional, incluindo a delimitação de fronteiras-limite, e mostram ainda como é que a comunidade – Mandindindi – ficou enclausurada pelos processos históricos e políticos da região, entre o Sul da baía de Maputo concretamente a partir de Matutuíne e o Norte de kwaZulu-Natal; linguisticamente a norte limitam-se os falantes da língua Ronga e, no kwaZulu-Natal apesar de falarem a língua Zulu e integrados socialmente de várias formas, entre elas os casamentos, são reconhecidos distintos dos próprios Zulu. No último capítulo desta dissertação, com base nos resultados do trabalho etnográfico, desenvolvo os argumentos que demonstram como se geraram e se geram os processos identitários e a transnacionalidade no Sul da baía de Maputo.

Para a consecução deste estudo combinei o método histórico e etnográfico. Fontes primárias foram consultadas nomeadamente a documentação da administração colonial – de inspeção a circunscrição de Maputo, estudos e legislação. Este manancial de informação disponível no Arquivo Histórico de Moçambique foi muito importante para compreender as dinâmicas demográficas muito influenciadas pelas políticas de desenvolvimento do Estado colonial. Foi com esta informação que se elaborou o terceiro capítulo. O método etnográfico foi usado para recolha de fontes orais sobre a história local. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista do tipo semi-estruturada com enfoque para a história da

¹¹ Mais detalhes no capítulo III.

família e história de emprego sobre as quais as referências identitárias foram incontornáveis. As entrevistas recolhidas e depositadas no Arquivo Histórico de Moçambique na década de 80 do século XX por Gerhard Liesegang, António Sopa, António Rola e Alpheus Manguenzi e, as recolhidas por mim foram muito importantes não só para preparar o guião de entrevistas como também forneceram muita informação. Seguindo Thiollent (1985:199) não defini a amostra, pois o "indivíduo é representativo pelo fato de ser ele que detém a imagem da cultura ou das culturas a qual pertence". Assim, a quantidade não foi preocupação principal. A estratégia consistiu em diversificar os entrevistados e encerrar a coleta de dados a partir do momento em que se tornaram redundantes. Dessa forma, recolhi trinta e duas entrevistas nomeadamente onze em Catuane, oito na Bela Vista, quatro em Salamanga e nove na cidade de Maputo. Também tive muitas conversas informais das quais recolhi dados importantes, pois diferem das entrevistas formais com gravador que em muitos casos fui recusado o consentimento para gravar. Nas conversas informais consegui talvez o que consideraria o cotidiano das comunidades. Para outros lugares, em particular do outro do lado da fronteira sul africana, existem já alguns estudos como, por exemplo, de Webster (1992); Kloppers (2003; 2004) e de Mthethwa (2005) que usaram o método etnográfico e nos trabalhos publicados fornecem informação que permite enxergar no geral a sua história e dinâmicas sociais.

Para além da documentação secundária que acima fizemos revisão também consultei a documentação primária. A primeira documentação primária conhecida e já referida em muitos estudos sobre a região são os relatos dos naufragos portugueses no século XVI que foram coligidos e editados nos princípios dos anos 1960 por McTheal. São de destacar para este estudo os relatos de Manuel Mesquita Perestrelo (1554), Diogo Couto (1589), J. B. Lavanva (1593), F. V. D'Almada (1622), B. T. Feyo (1652). Estes relatos cobrem os séculos XVI e XVII. Estes relatos, uma vez que mencionam Tembe como uma grande unidade política, embora retratem um período recuado afiguraram-se importantes para a contextualização, pois o Estado de Mabudu-Tembe a partir do qual este estudo incide que é o século XIX, resultou da dissensão da linhagem Tembe.

Para o século XVIII existe a documentação holandesa de 1721 a 1730 e o "Plano e relação da Bahia denominada de Lourenço Marques" de 1784 do missionário Francisco de Santa Teresa. No primeiro quartel do século XIX temos os apontamentos do britânico

Capitão Owen e de Fynn, em 1823. Desta documentação foi possível perceber as mudanças do mapa político na região.

O conjunto de fontes acima anunciada constitui as fontes primárias externas, escritas por testemunhas presenciais europeus, cujas informações em muitos casos foram obtidas através de intermediários ou colaboradores africanos. Apesar de certa dose de exotismo, má transcrição dos topônimos e outros impostos, seus autores constituem os "precursores" da antropologia não só para a região aqui estudo.

A partir do último quartel do século XIX e princípios do século XX temos os relatórios administrativos coloniais. Parte destes relatórios foi publicada, numa periodicidade mensal, no *Boletim Oficial*. Esta documentação colonial permitiu-me entender o conflito entre a política colonial portuguesa e a resistência da população local. Mais ilustrativo deste conjunto são os apontamentos coligidos pelo inspetor administrativo Hortêncio de Sousa, incumbido pelo inspetor superior da administração colonial, capitão Henrique Galvão, sobre o movimento migratório de "indígenas" entre a colônia de Moçambique e os territórios vizinhos nos anos 1940.

1.3 Corpus Conceitual

O corpus conceitual neste estudo é atravessado pela diversa literatura sobre a formação do Estado e do Estado-Nação. Em África, essa literatura perfilha a contradição desse processo decorrente da artificialidade das fronteiras coloniais à qual os grupos ou comunidades culturais vítimas desafiam ou contestam sócio e economicamente através de uma corrente de migração transfronteiriça permanente e fenômenos de transnacionalidade e, a contestação política chega a constituir movimentos independentistas como se verifica, por exemplo, em Angola, com o enclave de Cabinda, e outros localismos particularmente em áreas fronteiriças da África Ocidental.

Os Estados africanos independentes herdaram e mantiveram as fronteiras-limite definidas pelos Estados coloniais. É dentro destas fronteiras geográficas que os novos Estados independentes procuram criar nações cujas comunidades étnico-políticas muitas vezes estão atravessadas por essas fronteiras-limite. Através da compressão do tempo e do

espaço os Estados independentes africanos procuram criar uma homogeneidade identitária do tipo que Harvey (1993 apud Alonso 1994, p.382) argumenta que os movimentos nacionalistas através da compressão do tempo e espaço tendiam para a universalização nacional de uma identidade dentro desses espaços físicos. Esse processo é conceituado por invenção das tradições (Hobsbawm, 1984) e ou comunidades imaginadas (Anderson, 1991). Anderson (1991, p.6) sublinha “os membros da menor nação nunca conhecerão todos os seus compatriotas, nunca os encontrarão ou mesmo ouvirão falar deles, ainda que seja mantida ao longo das suas vidas a imagem de sua comunhão. A localidade, a nação ou a etnia podem integrar num determinado contexto, esse coletivo espacialmente definido ou não, a comunidade”. Segundo autores e estudos recentes sobre identidade como Stuart Hall (1997) e Flávio Pierucci (1999) esta "nacionalização identitária" encontra respostas locais que por diferentes territorialidades opõem-se a essa "homogeneização identitária" e, as regiões fronteiriças são muito propensas a esses fenômenos de localismos devido à fraca presença do Estado e muito poucos investimentos conformando o que SILVA (2001 apud Felipe Herrera 2005, p.4) chamou “a trágica coincidência entre as áreas de fronteira e as áreas de maior subdesenvolvimento.” Esta constatação de Herrera suporta os argumentos de muitos autores entre eles Bell Hooks (1990) quando se referem à fronteira como um lugar de criatividade que parcialmente emana da marginalização em relação ao centro político ou do poder.

O nosso enfoque são as dinâmicas de fronteira e os processos identitários delas decorrentes. O conceito de fronteira no caso específico de África levanta discussões teóricas sobre a existência de fronteiras ou não na África pré-colonial. O conceito de fronteira é polissêmico e ferramenta para estudo em várias disciplinas científicas. Nossa asserção é multidisciplinar; i) político-histórica e no contexto africano que apregoa diferenças entre fronteiras pré-coloniais e modernas, e ii) antropológica. Citando Dopcke (1999: 81) ”o conceito de fronteiras políticas não estava tão alheio às comunidades africanas pré-coloniais como muitas vezes alegado.” Citando vários autores, Dopcke (1991) desdobra-se em argumentos contraditórios para relativizar a artificialidade das fronteiras em África. Nosso conceito aqui é que as fronteiras pré-coloniais tinham natureza própria como o próprio Dopcke(1999) sublinha

O caráter das fronteiras africanas pré-coloniais variava bastante, dependendo de muitos fatores, como o sistema político e econômico ou a proporção entre terra e população. Portanto, é

importante sublinhar que, para o continente como um todo, a fronteira “importada” não representava uma novidade absoluta

Nas mesmas argumentações realça que “um tipo de fronteira pré-colonial africana não existia”. Talvez tenha escapado a Dopcke que é exatamente esse tipo que não existia que foi imposto aos africanos, em particular dividindo africanos em Estados coloniais diversos como coloca por hipótese que mais de uma centena de grupos étnico-culturais em África está entre países. Para Beinart (1982, apud Dopcke 1999, p. 79) e Koponen (1988, apud Dopcke 1999, p. 79) as fronteiras pré-coloniais combinavam os aspetos de território e controle das populações. Kopytoff (1987, p. 8-11) introduziu o conceito de fronteiras intersticiais que se compara ao *Grenzwilderniss*¹² que por não representarem limites inflexíveis

(...) não eram policiadas e raras vezes representavam um ponto de extensão da fronteira. Por tais características a fronteira africana tornou-se uma plataforma para a emergência de numerosas formações políticas de pequena escala e independentes, das quais a maioria eventualmente fracassou, mas algumas cresceram e tornaram-se grandes unidades políticas (KOPYTOFF 1987, p. 11)

Esta asserção de Kopytoff (1987) sobre fronteiras e reprodução das sociedades políticas africanas pré-coloniais é aplicável na história política da região aqui em estudo “Mabudu-Tembe, que representava o limite sul do grande Estado central Tembe, cresceu e tornou-se um grande Estado independente”. Portanto, só a chegada dos europeus reforçou a noção de fronteira, inicialmente nas regiões costeiras em contacto comercial com os europeus.

A fronteira-limite de linha fixa foi a novidade introduzida em África. Construídos que foram os Estados coloniais importa analisar a efetividade dos três tipos de intercâmbios para o equilíbrio de um Estado segundo Fredrich Kratochwil (1986): entre a unidade territorial e o seu ambiente; entre as unidades territoriais, e entre o centro da

¹² Outro conceito também comparável é o de sinapse sugerido, entre outros autores, por Roger Brunet (1992) para designar a zona de interface, de intermediação – onde ocorrem fenómenos de comunicação, difusão, intercâmbio e hibridização – enquadra a região aqui em estudo.

unidade territorial e sua periferia, onde a questão implícita é a percepção e aspirações dos habitantes da periferia em relação ao centro e vice-versa.

Os intercâmbios mencionados por Fredrich Kratochwil não só são de dimensão política, mas também incluem a dimensão antropológica – percepção e aspirações dos habitantes da fronteira – cuja abordagem é incontornável sem a referência de Frederik Barth e as posteriores contribuições de outros autores sobre a temática.

Pensar na fronteira é pensar no pertencimento, ou seja, à medida que se pensa quem está dentro numa delimitação geográfica, se estabelece quem está fora. Portanto, a fronteira está adstrita à identidade ou vice-versa. O conceito de identidade(s) pode ser analisado em diferentes campos disciplinares, aparecendo vinculado a três perspectivas básicas: no âmbito da filosofia, como princípio lógico; da psicologia, enquanto identidade individual ou pessoal, e na antropologia e nas ciências sociais em geral, numa perspectiva relacional, frente à alteridade. É este último sentido de identidade que me interessa neste estudo.

As identidades, pelo viés antropológico, são construídas historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro. Importa sublinhar que a construção histórica das identidades supõe que estas sejam processuais, não estáticas e muito menos fechadas. A permeabilidade ou o não isolamento das identidades remete-nos aos conceitos de "identidades plurais" e "identidades híbridas".

Para Latour (1996 apud Haesbart e Barbara 2006, p. 5) o conceito “sujeitos traduzidos”

(...) descreve aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais compostas por pessoas que foram dispersas (migrantes) para sempre de sua terra natal. (...) [Elas] retêm fortes vínculos com seu lugar de origem e tradições, mas sem a ilusão de retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente a sua identidade. (...) devem aprender a habitar no mínimo duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas (LATOURE 1996:95)

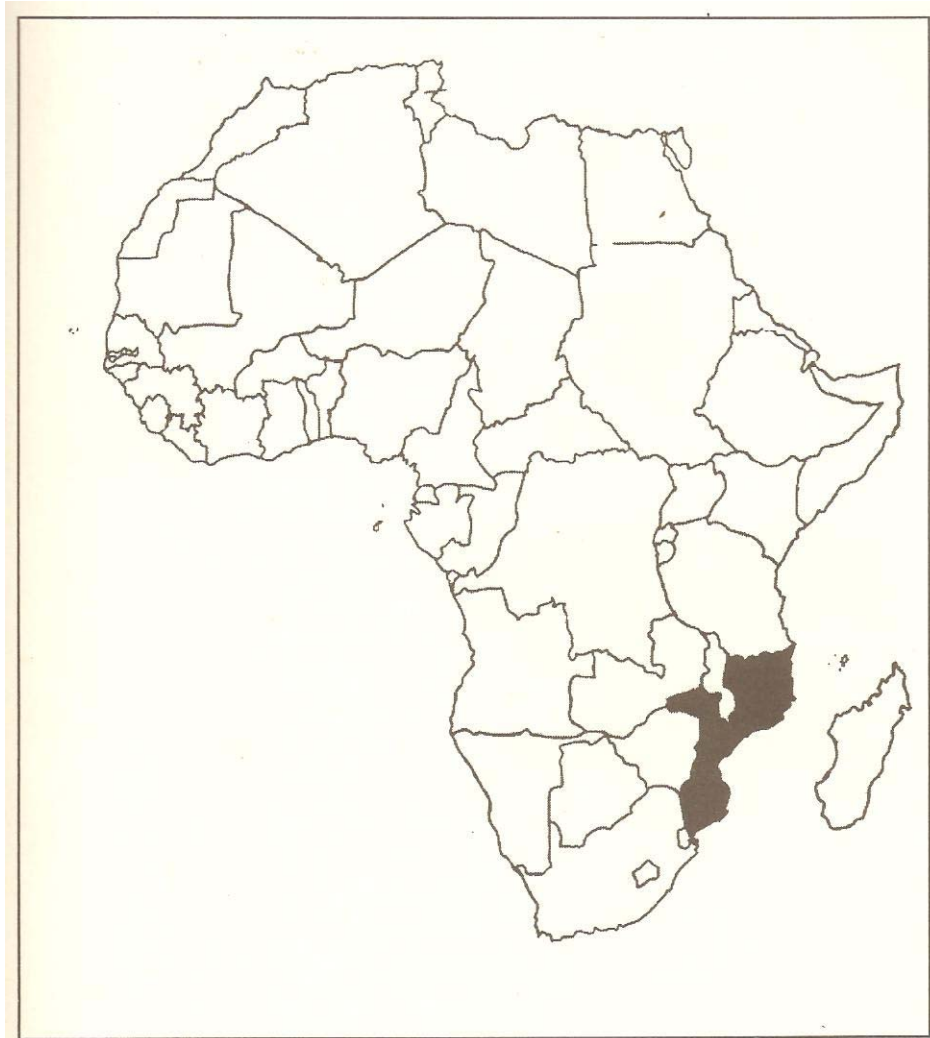
Sujeitos traduzidos são migrantes que acabam sempre construindo identidades híbridas por pertencerem a dois mundos ao mesmo tempo. No território de chegada, eles procuram manter, conflituosamente, suas raízes, suas tradições e a memória que os ligam

ao território de origem. Por outro lado, a necessidade de integração impele-os a dialogar com a cultura do novo território com a qual passam a ter contatos cotidianos. A delimitação da fronteira-limite no Sul da Baía de Maputo gerou uma tradução identitária ou cultural dos abakwaMabudu do Sul – a parte que ficou sob a administração britânica/sul-africana.

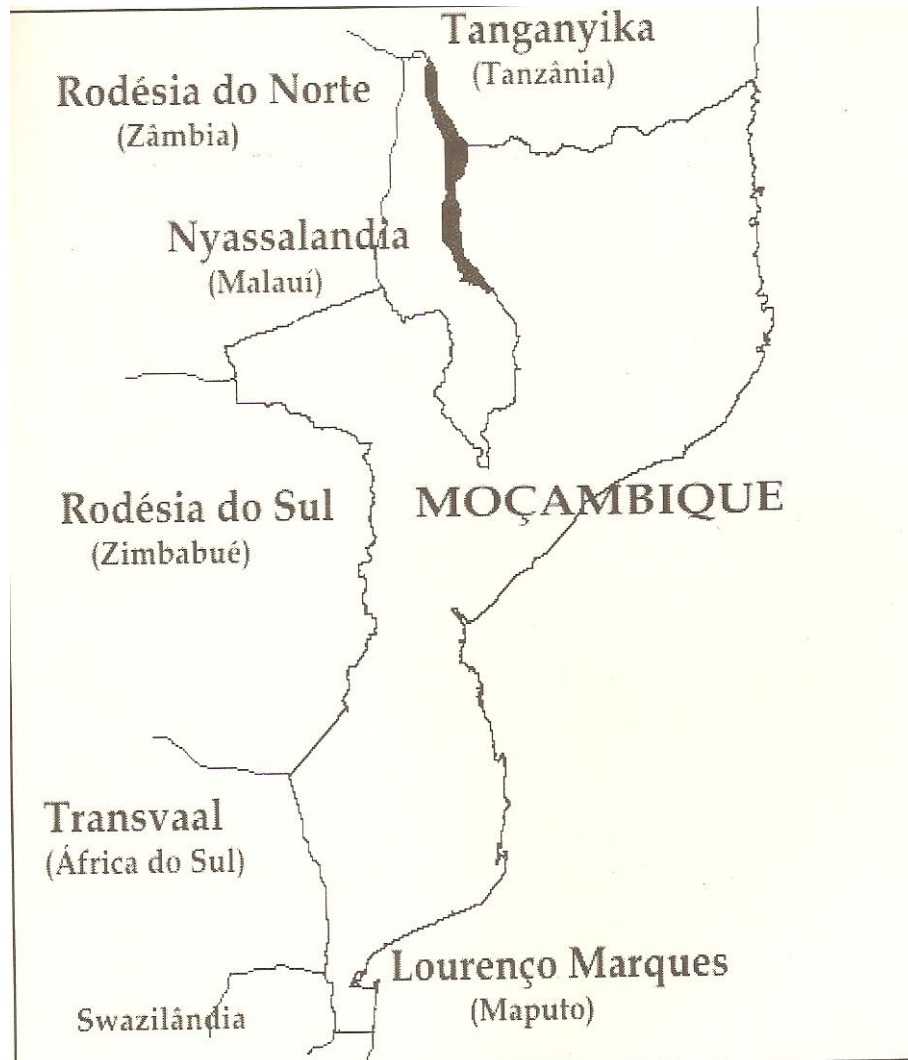
Neste estudo uso o conceito de transnacionalidade, que, etimologicamente deriva de nação e de nacionalidade e o prefixo trans significando qualquer coisa como passar, atravessar, ultrapassar, etc. O continente africano pela sua história, com os efeitos da delimitação de fronteiras no século XIX, afigura-se mais fértil para estudos de construção de nações enquanto a transnacionalidade foi um dos impactos da delimitação de fronteiras-limite. Portanto, a transnacionalidade aqui é analisada como o impacto da delimitação de fronteiras-limite entre os Estados coloniais. A transnacionalidade envolve a questão de migração, territorialidade e identidade sobre a qual a fronteira-limite imposta se inscreve.

Após este intróito com a revisão bibliográfica, consulta documental e enquadramento teórico passo ao capítulo II sobre os aspetos geográficos e o traçado histórico pré-colonial da região em estudo.

Mapa 1: Moçambique na África

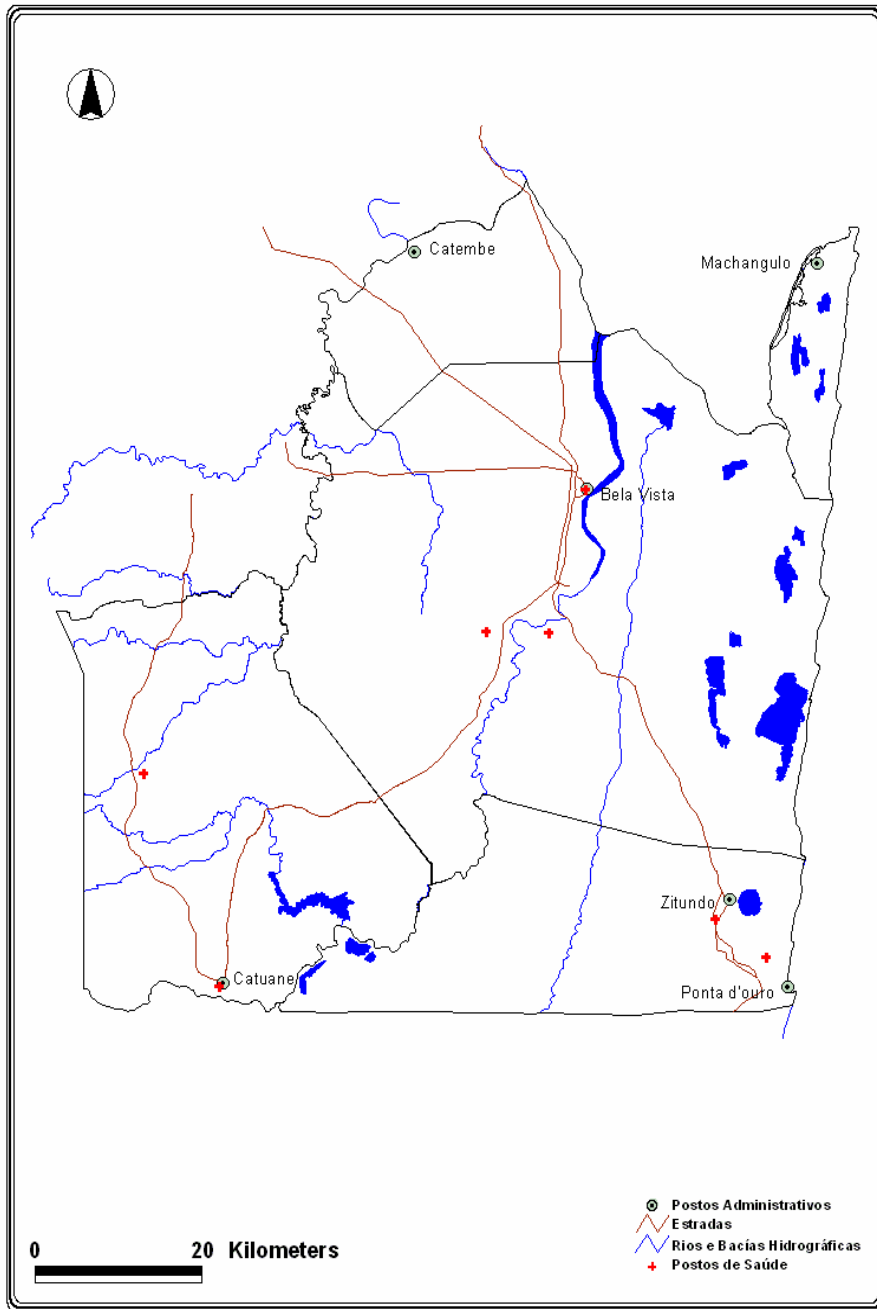


Mapa 2: Moçambique e seus vizinhos



Mapa 3: Região de estudo

Distrito de Matutuine



2. GEOGRAFIA HISTÓRICA DO SUL DA BAÍA DE MAPUTO ANTERIOR A FIXAÇÃO DA FRONTEIRA-LIMITE EM 1875-91

Neste capítulo pretendo traçar a história local anterior a delimitação da fronteira o que permitirá visualizar não só a história política da região bem como os seus aspetos geográficos que não são de menos importância no mapeamento dos espaços pré-coloniais. A formação, estrutura, extensão e as relações dos Estados africanos na região são aqui utilizadas para contextualizar o trabalho que é desenvolvido nos capítulos III e IV.

A primeira seção deste capítulo é dedicada a localização geográfica da região de estudo e uma breve caracterização dos aspetos ambientais e o seu povoamento. Importa esta seção pelo papel que as características ecológicas de "Maputaland" jogaram na história local. O segundo ponto traça a história local anterior a demarcação da fronteira-limite e colonização, até 1875-1896. Pela extensão do período, embora não seja minha pretensão o detalhe, dividi este ponto em quatro seções.

2.1 Aspetos Ambientais e Povoamento

A área de estudo, Sul da baía de Maputo, é parte Norte da região alternativamente designada Maputaland, Tongaland e Tembe-Tongaland¹³. A designação Maputaland aparece muitas vezes em documentação cartográfica e em estudos ambientais e ecológicos na região. Maputaland é expressão inglesa que traduzido para o português significa terra de Maputo ou Mabudu. Eu utilizo Mabudu para designar a unidade política e Maputo para designar a continuidade do rio Pongolo em Moçambique. Na literatura encontram-se muitas versões de grafia nomeadamente Maputy, Maputru, Maputsu, Mabudu e Mabudhu. Mthethwa (2005, p. 50) afirma que os habitantes locais falam "Maputa" para diferenciar de "Maputo" que a partir de 1976 passou a ser designação da cidade capital de Moçambique independente¹⁴.

¹³ Ver mapa 3.

¹⁴ Alguns entrevistados, sobretudo os mais jovens, chamam a língua local de Ci Putsu e os adultos e idosos à mesma língua chamam Ci Ndindindi. No ultimo capítulo retomo esta questão interpretando o que assenta esta distinção entre os jovens e os adultos na designação da língua.

Segundo Bryant, foi o Capitão William Owen que chamou a região de terra de “Mapoota”, nos anos 1820, em virtude de a mesma ser dominada por Mabudu, filho favorito de Mangobe (HEDGES, 1978, p.135). Descrições deste Capitão e outras fontes da época indicam que “Mapoota” era o Estado mais importante no extremo Sudeste africano. A designação Tongaland para a mesma região da "terra de Mabudu" consta em alguma cartografia de estudos históricos e antropológicos para se referirem à terra dos Tonga que é um grupo linguisticamente classificado como habitante da região a Sul do Save¹⁵. A designação Tembe-Tongaland corresponde a uma interpretação histórico-antropológica da região ao incluir a linhagem política dominante – Tembe – e a sua pertença ao grande grupo cultural Tonga (RITA-FERREIRA, A. 1982; FELGATE, W. 1982, WEBSTER, D. 1991).

Esta região compreende a vasta extensão entre as montanhas dos Libombos até ao Oceano Índico no sentido Oeste - Este, e entre baía de Maputo e o lago de Santa Lucia na África do Sul, no sentido Norte – Sul que segundo estudos ecológicos e ambientais constitui uma unidade. Alguns estudos da história da região têm argumentado o papel importante jogado pelo meio ambiente nos processos políticos e culturais (HEDGES, 1978; FELGATE, 1982; RITA-FERREIRA, 1982; HARRIES; KLOPPERS; 2003). Esse papel do meio ambiente é argumentado pela grande diversidade ecológica da região de Maputaland; por um lado as extensas planícies de inundação, os depósitos aluviais, a forragem, a rede lacustre e fluvial, as florestas e a fauna foram recursos que favoreceram o povoamento da região inicialmente assente numa economia de recolção, pesca e caça e mais tarde agro-pastoril e mercantil.

A distribuição geográfica destes recursos, que define o zoneamento ecológico da região, estruturou centros geográficos de poder nomeadamente a zona Este do rio Maputo, bastante rica, onde se instalou a sede do Estado de Mabudu-Tembe e, a zona Oeste do rio Maputo onde se localizou a sede da linhagem Tembe, que perdeu a sua importância a favor

¹⁵ Tsongas é uma identidade étnica criada por antropólogos, entre eles o Junod, nos finais do século XIX e princípios do século XX para designar as populações da costa sudeste de África. Junod delimitou geográfica e culturalmente a nação Tsonga usando o tripé: raça, língua e cultura. Porém, esta delimitação foi posta em causa por Harries (1989) cujos estudos históricos sobre a região a grande diversidade cultural da unidade homoétnica criada por Junod (1996, p.34-35) “O nome Tsonga foi-lhe dado pelos invasores Zulus ou Angónis, que reduziram à servidão a maioria dos seus clãs entre 1815 e 1830. A origem deste termo zulu é provavelmente o termo Rhonga, que significa Oriente (vurhonga = alvorada), e pelo qual os clãs dos arredores de Lourenço Marques tinham o costume de se designar”.

de Mabudu-Tembe que para além de riqueza em recursos, também gozava de uma localização privilegiada no xadrez comercial entre a costa e o sertão (MAÚNGUE 2001). Por outro lado, as adversidades ambientais geraram a disputa de controlo de recursos com a subsequente reestruturação política, como aconteceu com a expansão de Mabudu-Tembe, conquistando terras do seu irmão Mpanyella na margem esquerda do rio Maputo. Essa expansão esteve associada à fome de 1777, e aos conflitos entre 1800 e 1830 que abalaram a África Austral também ligados às crises ambientais da região.

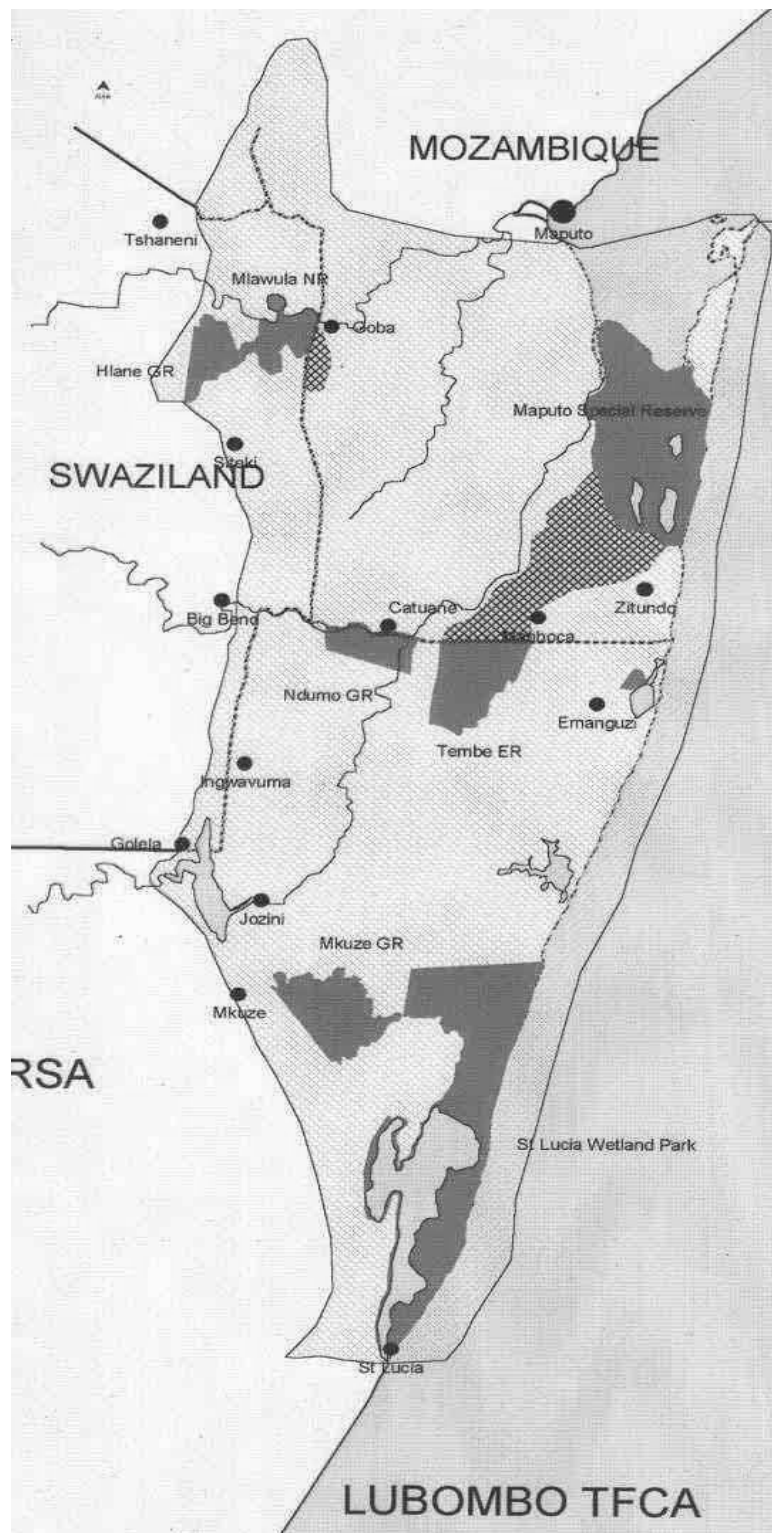
Adicionalmente ao meio ambiente, a combinação das febres amarela, tifoide e a malária, constituíram um óbice ou uma barreira à expansão dos interesses coloniais na região e resguardaram o poder dos chefes políticos locais que continuaram exercendo sua autoridade mesmo que formalmente se encontrassem sob tutela das administrações coloniais, britânica e portuguesa¹⁶. A transferência de Ngwanase de Manguzi, capital política de Maputaland, para Mfihlweni, lugar de difícil acesso para os agentes da administração colonial, pode ser entendido como uma estratégia no uso do meio ambiente para resistir às crescentes pressões da colonização¹⁷.

¹⁶ Os relatos dos náufragos portugueses no século XVI registraram as dificuldades de habitar a região.

¹⁷ Mthethwa (2005, p. 96-118) detalha quanta dificuldade e frustração teve a administração colonial britânica para obter a colaboração de Ngwanase. Agentes da administração reclamavam o aumento de pensões para missões de trabalho em Maputaland pela alegada hostilidade do meio ambiente nomeadamente o risco de contrair a malária.

Mapa 4: Maputaland

Fonte: Culverwell, James, Global Environment Facility, 2006, p. 7



Sobre quem habitou a região desde tempos remotos é uma questão cuja resposta diverge na literatura. Evidências arqueológicas atestam que a região já era habitada antes

do século XVI, quando apareceram as primeiras fontes escritas¹⁸. Evidências históricas sugerem que antes da formação de Estados no Sudeste de África, os seus habitantes viviam em numerosas, dispersas e pequenas unidades políticas. Essas unidades variavam de tamanho e estruturavam-se em chefaturas que agrupavam diversas populações abaixo de um líder (KUPER 1997, p. 74 apud KLOPPERS 2003, p.16). As alianças e a autoridade de vários chefes autônomos, sempre contestados, foram móveis de criação de novas unidades políticas por fissão. Disputas entre membros da família real muitas vezes geraram fissões em que um líder, se seguido por muitas pessoas, criava sua própria unidade política. Muitas unidades políticas surgiram pela mudança de lealdade a uma linhagem fundadora ou conquistadora. Tais entidades, longe de serem estáticas eram fluídas e instáveis, continuamente reconstituídas, desintegradas e modificadas (SCHAPERLA 1956, p. 27 e WRIGHT e HAMILTON 1989, p. 58 apud KLOPPERS 2003, p.16-7). A territorialidade dessas unidades políticas era itinerante baseada no controle das populações ou localidades, e outras vezes o controle de ambos; populações e território (MBEMBE, 2000, p.263).

Estudos antropológicos e históricos sobre a região a Sul da baía de Maputo discutem a identidade Tonga como sendo a que habitante esse território. Rita-Ferreira afirma que a cultura que se convencionou chamar de Tonga teve seu período formativo durante os séculos XVI e XVII em que se verificou a interpenetração seletiva de contributos culturais e linguísticos proto-sothos, proto-chonas e proto-angunes. Os imigrantes proto-sothos formaram o reino Inhaca no Sul da Baía de Maputo e o reino Mpfumo ao Norte. No Sul da mesma baía os imigrantes proto-chonas formaram o Estado Tembe que segundo a documentação holandesa, se dividia em vinte e sete distritos, controlava cinquenta léguas de costa e cem do interior (RITA-FERREIRA 1982, p.135) cujo domínio territorial foi além da fronteira-limite atual, pois com a fissão da linhagem Tembe no século XVIII e crescimento e expansão de Mabudu-Tembe o domínio estendeu-se até ao rio Mkhuze (HEDGES 1978; FELGATE 1982; WEBSTER 1991). Segundo Hedges (1978) e Liesegang (1987) já antes desse período provavelmente Nhaca e Machavane dominaram povos para além da atual fronteira-limite.

¹⁸ Os trabalhos arqueológicos de Morais (1978) e de Meneses (1999) atestam uma ocupação humana contínua da região desde a Idade Inferior da Pedra. Também Webster (1986) afirma que com base nas evidências arqueológicas da área de Ndumu está claro que já era habitada por volta dos meados do século XIII.

Os estudos de Harries (1994) argumentam que Tonga nunca existiu como auto-identificação de um grupo, mas sim foi uma identidade usada para aquele grupo pelos Zulu. Esta conclusão de Harries (1994) é corroborada por Mthethwa (2005, p.51) ao citar um documento de 1897 no qual se menciona que Ngwanase preferia que o seu "país" se chamasse Maputaland, pois Tongaland era um insulto, de origem Zulu, para o seu povo¹⁹. Esta referência é corroborada também pelo informante de James Stuart, em 1902, que lhe disse que a palavra Tonga era pejorativa e que o próprio nome das pessoas vivendo em Maputaland era abakwaMabudu, que significa povo de Mabudu (WEBB e WRIGHT 1979, p. 157 apud KLOPPERS 2003, 20).

2.2 História Local Anterior à Fixação da Fronteira-Limite (Até 1875-91)

Tal como me referi acima, a história do período aqui demarcado será apresentada em seções, traçando a formação, extensão, estruturação e relações entre as unidades políticas africanas na região no período em referência.

O controlo político e territorial foram assegurados sob forma de um sistema de chefes-delegados, parentes reais, que controlavam as "províncias" ou "distritos" enquanto o rei velava pela política externa. Entre os parentes reais favoritos figuravam os filhos da primeira esposa. Os reis eram os símbolos de unidade e soberania e, acumulavam o auspício dos rituais mágico-religiosas que jogavam importante papel na reprodução social e económica das comunidades. Apesar da concentração de funções, o exercício do poder era contrabalançado pelos conselheiros e membros da família real. O executivo linhageiro não lhes devia obediência cega, pois se o rei exorbitasse às suas funções podia ser deposto ou mesmo executado por rebeliões populares como aconteceu em 1791 ao Capela, um dos prováveis sucessores de Mangobe (RITA-FERREIRA, A. 1982, p. 33-40)

Alem do controlo dos recursos, o poder era exercido pelo controle sobre a população. A gestão das mulheres de comunidades subordinadas foi importante para a reprodução da sociedade, através de uma política de alianças através de casamentos e criação de descendência cruzada entre os grupos de poder. Chefes locais ambiciosos atraíram muitos seguidores através de casamentos, vassalagem ou aliança que lhes

¹⁹ Também em Webster (1991) e Harries (1994).

proporcionavam oportunidades de riqueza e poder nas zonas ou áreas circunvizinhas. Fynn afirma que as princesas eram mais valorizadas que as demais mulheres justamente por sua importância social e eram “vendidas para reis de outras tribos” (RSEA, II, 1959, p.482). Também o gado, notou ele, desempenhava importante papel pois era uma das principais moedas no estabelecimento de compromissos de casamento (*lobolo*) e nas relações políticas e econômicas

O controle da população estava associado ao papel do gado, pois o fim da criação não era a obtenção de leite (mas o leite não era usado? Deixe isso claro. Também não se comia carne bovina?), mas sim para a aquisição de riqueza; o gado constituía um meio de *lobolar* mulheres e de aumentar assim o agregado familiar (JUNOD 1996, p. 45). Assim, as mulheres e o gado estruturavam as relações e hierarquização entre as linhagens e, entre as unidades políticas.

Um exemplo do acima exposto é Macassane, rei de Mabudu, que tentou gerir suas relações com o Nguni disponibilizando sua filha favorita She Shaqua para casamento com Shaka. Exigia cinquenta e cinco cabeças de vaca como *lobolo*, porém Shaka recusou a troca e organizou um pequeno grupo Nguni para tomá-la à força, plano que fracassou (ZIMBA 1999, p. 87-88). Os casamentos constituíam assim, uma estratégia política de aliança ou de consecução de privilégios. Para esta segunda finalidade temos o exemplo do "English Bill", que se tornou importante porta voz do comércio com os britânicos por sua filha ter se casado com Macassane (ZIMBA 1999, p. 358-359).

A extensão e poder do governo linhageiro central dependia da coerência com que se organizavam os recursos materiais e humanos para manter a subordinação das linhagens sob seu domínio, cujo sucesso era minimizar as rivalidades. Isto, porque a linhagem central e dominante reproduzia a sua dominação controlando a produção de outras linhagens e, também, pelo controle do poder dos mais velhos das linhagens subordinadas. O poder da linhagem dominante congrega o controle do processo do trabalho e, portanto, a possibilidade de expansão linhageira (HEDGES 1978, p. 71-72):

Guerras que eles fazem geralmente é para procurar aumentar os seus bens através da expropriação de um grande número de mulheres que ou produzem filhos ou são alienados, sendo muitas vendidas por mais gado do que elas tinham custado (...) eles não procuram alianças muito afastadas (RSEA II, p. 461)

A dispersão e a sazonalidade de recursos para a produção dos meios de subsistência e as necessidades de reprodução social, associados ao sistema de governação e lei de sucessão estruturaram uma rede territorial política fracamente hierarquizada sob dominação linhageira. Sobre a lei de sucessão Junod (1996, p.370-371) observou

Este sistema procura conciliar os dois princípios que estão na base da vida da família: 1º o direito absoluto e preeminente do ramo mais velho; 2º a comunidade da propriedade entre irmãos. Mas se podem ser conciliados na vida ordinária, os dois princípios opõem-se quando se trata de política, e a lei de sucessão foi a origem de perturbações sem fim nos clãs tsongas.

A rivalidade deve ter sido potenciada e alargada pelo tipo de casamento poligâmico, que envolve mulheres casadas pelo dinheiro próprio do rei e mulheres casadas pelo dinheiro resultante da cobrança do tributo, cujos filhos de tem estatutos diferentes. Os filhos das mulheres casadas pelo dinheiro de tributo são considerados os legítimos herdeiros²⁰.

As mudanças sócio-políticas que se manifestaram pela expansão e conquistas territoriais, particularmente a partir do século XVIII prolongando-se século XIX adentro, resultaram de uma interação de fatores dos quais o meio ambiente foi dos principais. Ao longo deste período são reportados períodos de seca que terão exigido o domínio de extensas áreas para controlar recursos e população dispersos.

Dois processos de formação das unidades políticas caracterizaram a região; i) reprodução da estrutura linhageira e constelação de Estados linhageiros pequenos entre 1680 e 1820, e ii) o aparecimento de estruturas hegemônicas baseadas em Estados linhageiros e substituição de linhagens, sobretudo no século XVIII, como foram a expansão de Mangobe (1730-1760) e a ascensão de Mabudu-Tembe (1760-1790). Segundo Liesegang (1998) este modelo traduz uma freqüente ligação entre migração e conquistas no estabelecimento de Estados, revelando uma contradição entre a reprodução local e regional e do sistema central que interfere nesse processo.

²⁰ Tive explicação na entrevista com o régulo Makhuza.

Outro aspecto importante a ressaltar sobre as bases da estrutura política foi o tipo de relações entre as unidades políticas. Rita-Ferreira (1982) e Liesegang (1998) afirmam que entre os vencedores e os vencidos frequentemente estabeleceu-se uma espécie de contrato assente na exclusividade do poder mágico-religioso dos vencidos para captar a chuva fecundante e outras benesses e proteções das divindades locais, indispensáveis à sobrevivência da comunidade.

Também importa referir que na literatura e fontes que consultei, de forma muito inconsequente tem se classificado as unidades políticas africanas como chefaturas, reinos e episodicamente como Estados. Segundo a classificação de Rita-Ferreira (1982), Liesegang (1987, 1998) e Vansina (1962) - cujo critério é o grau de centralização política - no período entre 1700 e 1820, relativamente melhor documentado, existiram na região a Sul da Baía de Maputo basicamente dois tipos de estruturas; chefaturas mais ou menos estatizadas com população entre cinco mil e vinte mil habitantes como foram Tembe, Machavane, Mpanyele, Nhaca, Mabudu e pequenas unidades políticas constituídas por "vilas" unidas.

Apresentadas estas generalidades sobre as bases da estrutura política na região, na seção que segue trato do desenvolvimento da história política.

2.2.1 O mapa político da região cerca de 1550 a 1647

A primeira documentação escrita sobre a região é constituída pelos relatos dos naufragos portugueses nos meados do século XVI. Manuel de Mesquita Perestrelo, um dos naufragos, documentou a configuração política da região em 1554 da seguinte forma:

Nesta Bahia se recolhe a agoa de três Rios assás grandes, que de muito pelo Sertão dentro vem alli acabar; por cada hum dos quaes entra a maré dez e doze legoas, além do que a Bahia alcança. O primeiro delles para a parte do Sul, se chama mar do Zembe, que divide as terras de hum Rey assim chamado, das d'outro, que He o Inheca com quem nós despois estivemos (...) (PERESTRELO apud MacTHEAL 1964, p. 200)

Por este documento, constata-se que neste período já existiam dois grandes Estados; Nhaca e Tembe, que dominavam a região ao Sul da baía de Maputo. "Nhaca devia estender-se do Norte da ilha, nas planícies a Este do rio Maputo prolongando-se mais a Sul até as terras da Zululândia. Tembe foi forte antes de 1550, contudo Nhaca dominou depois

de 1580, e mostra que o território de Nhaca estendia-se até a separação do rio Mkhuze e a cadeia dos Libombos, e esse território tornou-se uma subchefatura de Mabudu-Tembe quando a chefatura Nhaca declinou do poder" (HEDGES, 1978, P.111-135).

Pela sua extensão territorial, a dominação Nhaca reflete que na região tinham se desenvolvido meios de coesão e estruturação de Estados relativamente grandes. Segundo (HEDGES, 1978, p. 114-16) por volta de 1590, Nhaca tinha se expandido mais para o Sul até aos Libombos, onde uma sua irmã residia na vila real e controlava o comércio mais Sul através dos rios Mkhuze e Pongolo. Desta vila, Nhaca intermediou e controlou o comércio entre as áreas mais sertanejas – Norte Nguni – com bastante marfim, e a costa que era a porta de entrada de mercadorias européias. O controlo desta área contribuiu para a acumulação de riqueza na forma de gado. Até ao primeiro quartel do século XVII, Nhaca tinha a reputação de ser o único parceiro comercial com os europeus, sugerindo que até então Tembe não tinha destaque nessa relação embora hostilidades por vantagens comerciais entre Nhaca e Tembe foram registradas pelos naufragos.

No fim do primeiro quartel do século XVII, a importância e a extensão do Estado Nhaca declinaram por consequência da insubordinação de chefaturas do Sul, provavelmente da região da Zululândia, que tinham sido conquistadas durante o século XVI. Provavelmente, pela sua localização geográfica, estas chefaturas jogavam papel importante no controlo e acesso de Nhaca ao interior, que era uma vantagem para o comércio com os europeus. Em 1622, D'Almada descreveu Nhaca assim: "Inhaca Sangane o verdadeyro Rey, & senhor da Ilha, que está no rio de Lourenço Marquez, a quem o Inhaca Manganyera tinha despojado della, & elle vivia na terra firme com sua gente" (D'ALMADA apud MacTHEAL 1964, Vol. VIII p. 48). No que toca às áreas ocupadas por Sangane e Manganyera, Smith (1970, p. 33) afirma que a do último era no Sudeste e conhecida por Machavane, Sangwane ocupou a área Nordeste. Para Rita-Ferreira (1982, p. 131) Manganyeira conseguiu separar-se do núcleo central, chefiado por Sengane (=Sangwane), passando depois a chamar-se Machavane²¹. Hedges (1978, p.116) menciona Sangwane como tendo ocupado a área continental e Manganyeira a área a Norte. E, Liesegang (1987, p. 26) refere-se à conquista da ilha de Inhaca por Manganyeira antes de 1622.

²¹ Newitt (1997) quando se refere à fissão de Nhaca menciona Machavane e não faz alusão a Manganyeira.

Perante estas narrativas torna-se difícil distinguir a versão correta. Porém, duas hipóteses podem ser colocadas; a primeira é que na versão de Smith e Newitt, os primeiros momentos de fissão e fragmentação foram omitidos, e terá havido uma posterior conquista de Manganyeira em direção ao Sudeste, e a segunda hipótese é que se trata simplesmente de uma leitura incorreta do relato de Feyo em MacTheal (1964, p. 288-90) que na região se refere ao "Unhaca Sangoan", reino de Machavane, mais rico e poderoso que "Sangoan", os reinos "Tembe Velho" e "Tembe Moço". Assim a versão de Hedges pode ser a de consenso. A fragmentação de Nhaca e hostilidades com os portugueses resultaram na renovação e ascendência de Tembe no cenário político da região entre 1720 e 1790 (FEYO, 1649; HEDGES, 1978; ZIMBA, 1999)²². Enquanto Nhaca se desenvolveu a Este do rio Maputo, Tembe desenvolveu-se entre os rios Umbeluzi e Maputo.

2.2.2 As modificações depois de 1647 até 1760: a reascensão de Tembe, conflitos e fissões na linhagem Tembe-nuclear e a ascensão de Mangobe

Em 1649, o naufrago português Feyo descreve-nos Tembe dividido em duas chefaturas; Tembe Velho, em Tembe (=Catembe) e Tembe Moço, provavelmente na margem direita do rio Tembe

Passados todos á outra parte com o gado (...) marchamos para o Reyno de Tembe velho, em que fizemos noyte, (...) levados daqui o dia seguinte, sendo a jornada larga, fomos anoytecer ao Reino de Tembe Moço, poderoso Rey em gente, & gado (...)
(FEYO 1649 apud MacTHEAL 1964, Vol. VIII p. 290)

Antes do desenvolvimento do comércio de marfim pelos portugueses, que significativamente foi a partir dos meados do século XVIII, Tembe era o Estado mais poderoso a Sul da baía de Maputo. Esse poder, provavelmente foi facilitado pelo controlo da comunicação fluvial entre o Norte e o Sul – Tembe e Maputo, e o comércio de cobre do Norte para a zona de Natal (HEDGES 1978, p. 115).

A facilidade de comunicação atravessando o rio Maputo entre Machavane e Tembe e a utilização de canoas e barcos pelos portugueses indicam ambos que o acesso de Tembe

²² A referência de Feyo, um dos naufragos portugueses, é uma observação de 1649 publicada em 1964 por MacTheal no Records Southern Eastern of Africa, Vol. VIII.

para o Sul tinha sido restabelecido e, através de canoas, o marfim foi transportado do sertão para a baía. Segundo Santa Teresa (1784 apud LOBATO, 1949, p. 17)²³ é provável que o comércio fluvial circunscreveu-se principalmente em Tembe e Machavane, as duas chefaturas na época reportadas como as mais ricas ao Sul da Baía de Maputo.

Enquanto Madommadom-Tembe ocupou-se das guerras no Norte da baía, o seu tio Mangobe-Tembe virou-se para o Sul onde, por volta de 1750-60, tornou-se chefe dominante, controlando a mais rica área, com abundância de elefantes e boa aptidão agroclimática e estratégica no xadrez comercial com o interior: a baía de Maputo.

É importante observar que neste período registra-se uma intensificação da atividade comercial dos povos da baía com as áreas mais sertanejas. O período começa com o estabelecimento da feitoria dos holandeses entre 1721-30. A partir desta feitoria, os holandeses fizeram a avaliação das possibilidades de prática agrícola na zona da baía e, em 1726 iniciaram a compra de terras para a produção agrícola em Tembe e Machavane. Porém, de muitos esforços muito pouco foi colhido e, até a sua retirada, em finais de 1730, apenas a companhia foi capaz de produzir para a sua própria subsistência (SMITH 1970, p. 86-7). A presença holandesa durante esse período provavelmente deu azo à profusão de conflitos inter e intra linhageiros circunvizinhas da Baía de Maputo devido à proliferação de armas de fogo (SMITH 1970, p. 53,68; HEDGES 1978, p.123-127).

Segundo as fontes holandesas citados por Hedges (1978, p. 122-126) nos anos 1720 e 1730, dois ramos da linhagem Tembe disputaram o poder no Sul da Baía de Maputo; Mangobe-Tembe, então chefe regente, que vivia há cerca de 3 Km de Bela Vista, perto de uma pequena depressão ainda hoje marcada nos mapas como "Baixa Mangove" (LIESEGANG 1987, p. 26, HEDGES 1978, p. 134) e o seu sobrinho, Madommadom-Tembe, que residia perto da margem direita do rio Tembe, provavelmente na zona de Gwaxine onde se localizou o centro político da linhagem nuclear Tembe até finais do século XIX.

Em finais de 1730, Mangobe atacou seu sobrinho Madommadom-Tembe, obrigando-o a refugiar-se em Mpfumo que tentou apoiar-lhe na recuperação do poder

²³ Mesma referência também em D'Almada (1622 apud MacTheal 1649, p. 118); Feyo (1649 apud MacTheal 1964, Vol. VIII p. 335) e Hedges (1978, p. 118).

(HEDGES 1978, p. 125, 143-4). Na mesma altura, Mabudu, filho de Mangobe, tinha ficado mais poderoso do que o seu pai devido à conquista dos recursos do vale do rio Machavane (=Lisuthu) que depois da conquista por este passou a chamar-se rio Maputo (=Mabudu). Com essa base de poder usurpou o domínio da região ocupada por toda a linhagem e expulsou o ramo mais velho dos Tembe da zona do rio Tembe, provavelmente um pouco mais para o norte. Os Machavane depois de atacados terão sido forçados a submeter-se ou a fugir mais para o Sul.

Até meados do século XVIII, Mangobe tinha consolidado sua autoridade nas planícies entre Umbeluzi e Maputo, com a capital em Madubula, a Sul de Matutuine (RODRIGUES 1909, p.147; SMITH 1970, p. 169-70; HEDGES 1978, p.135). A localização desta capital política revela a importância do meio ambiente na história política da região e da época que algures aludi. A área de Madubula oferecia muitas vantagens; é protegida pela lagoa Pandjene a Sul, o rio Pembenduene no Oeste, e o rio Maputo no Este e, o interior de Madubula para o Sul e Este de Maputo foi mais atrativo do que o Norte em razão da abundância de elefantes, pastagens para a criação de gado, solos muito férteis. Outra vantagem adicional foi a proximidade aos rios Pongolo e Grande Usutu o que lhe permitiu controlar as ligações entre regiões mais sertanejas e a baía de Maputo. Segundo Liesegang, há um hiato da história política nomeadamente os antecessores Tembe de Mangobe que terão sido esquecidos na tradição oral. Mangobe não foi esquecido porque nele se baseia a coesão do grupo dominante que formou outro Estado linhageiro após a morte de Silamboya (1728-1746). Mangobe assegurou o controlo de tão vasto território colocando os seus filhos em posições estratégicas, sobretudo para o comércio com o sertão, na região Sul da Baía de Maputo.

Com a morte de Mangobe, entre 1760 e 1765, as fontes contradizem-se no que toca a sua sucessão. Rodrigues (1909, p.147) menciona Nkupo, filho mais velho, que era chefe-delegado nas terras da Catembe, quem sucedeu o pai tomando conta de todas as terras subordinadas a ele e dirigidas por seus irmãos; Mpanyele nas terras de Matutuine e, Mabudu nas terras de Macassane, na margem direita do rio Maputo. Descrito como de "espírito fraco e estado doentio, Nkupo animou seus irmãos a declararem-se independentes e pouco tempo depois morreu, provavelmente em 1765". Hedges (1978, p. 135-7) e Smith (1970, p. 170-1) serviram-se da versão de Rodrigues, porém Hedges acrescenta um quarto filho de Mangobe, o Ndumu, que tomou conta da área perto da confluência dos rios

Pongolo e Usutu. Para Liesegang (1987) a menção a Nkupo provavelmente resulta da manipulação genealógica dos Tembe ocorrida na tradição oral e no seu lugar menciona Muhadye.

Outra versão é da Zimba (1999) que apresenta Capela (=Muhadye), filho dos "Mulungus"

(...) que nós somos landim (Tsonga), filhos de Capella, nosso ancestral. Ele (Capella) foi nascido dos *Mulungus* como Maloto, e Mumumba, quem sustentou esses fortes, e que eles foram obrigados adoptar algumas medidas para obter provisões desses fortes (ZIMBA 1999, p.89)

Zimba (1999, p.89-91) apresenta Capella (=Maceta) que deve ser a mesma pessoa referida também como Mayeta. Esta versão desdobra-se em dois cenários prováveis; um segundo o qual o primeiro Tembe a ser designado por Capela (Capella ou Capelle) foi o Muhadye²⁴ e não Maceta como indica Zimba, com base no documento da declaração do rei Maceta aos portugueses, de que ele não tinha cedido terras aos ingleses em Outubro de 1823, e o outro baseado em Santa Teresa (1784 apud MONTEZ 1948, p. 164-165) que considera que a adoção do nome de Capela (=Muhadye) ter sido uma referência ao Jan van Capelle, comandante do forte holandês, eventualmente como estratégia para ganhar boas relações comerciais ou outros privilégios com os europeus. Comparativamente, o segundo cenário parece mais plausível.

Outra hipótese que se constitui num contraponto à versão de Zimba é que no Sul de Moçambique a filiação é patrilinear e, por outro lado a lei de sucessão consuetudinária, torna ainda mais difícil compreender as circunstâncias que permitiram a sucessão do *mulato*. Se efetivamente Capela era *mulato*, temos de aceitar que o mesmo terá assumido o poder fora da lei de sucessão consuetudinária.

Liesegang que discutiu a versão de Rodrigues (1909) e Smith (1970), em comunicação pessoal, argumenta que esta deve resultar de uma manipulação da tradição oral supostamente da parte lateral Tembe, recolhida por Rodrigues (1909), que lutou pela usurpação do poder central Tembe. A manipulação intencionalmente teria sido para

²⁴ Smith, Alan 1970: 170, com base em Rodrigues (1909) in FERRAO, Francisco (1909: 147), Muhadye é o primeiro a ser chamado Capelle.

legitimar o poder dessa parte lateral linhageira, representada neste caso por Nkupo. Ainda sobre esta provável manipulação da tradição oral relativamente à sucessão de Mangobe, a indicação de Mhali, por Hedges, como sucessor de Nkupo pode ser uma subsequência, se atendermos que este aparece no lugar de Muhadye. E Muhadye foi sucedido por Muhadane, seu filho. Outra hipótese é que Mhali, seja o mesmo que Muhali ou Mohaar, que é mesma pessoa que Muhadye.

A despeito da veracidade ou não das versões acima, doravante as fontes caracterizam este período como de dissensões internas na linhagem Tembe – Mabudu-Tembe e Tembe nuclear, com Tembe nuclear em desvantagem. Da leitura dos apontamentos de Fynn, de 1823, pode-se interpretar a desvantagem de Tembe nuclear pela fragilidade ecológica da zona sob o seu domínio, a Oeste do rio Maputo, associada às frequentes invasões Nguni (SMITH 1970, p. 102, 260).

Parece que Muhadye envidou esforços de reconciliação com os seus irmãos; Mpanyele-Tembe e Mabudu-Tembe, que permaneceram independentes do Tembe nuclear, então Muhadye. Segundo Smith (1970, p. 172, 223) Mpanyele-Tembe e Mabudu-Tembe pagavam tributo e observavam certas restrições nas suas esferas de ação. Por exemplo, cita Bolts, que comprara terras ao Sul da baía, afirmando que as transações comerciais entre Mabudu-Tembe e os austríacos passavam pelo consentimento de Muhadye.

Segundo as argumentações de Rita-Ferreira sobre a estruturação das unidades políticas na região, o tributo e as restrições representavam simplesmente exigências simbólicas²⁵, pois para o caso concreto de Mabudu-Tembe já tinha estabelecido seu poder na parte Sul da chefatura do seu pai, no Sudeste do rio Maputo (HEDGES 1978, p. 135). Como mencionei na introdução deste capítulo sobre as bases da estruturação política no Sul da Baía de Maputo, Smith (1970, p. 223) afirmou que muitos chefes "visitavam Mpanyele (...) matavam duas cabras por forma a fazer paz entre Mangobe e um outro nome (...). Portanto a tributação não tinha finalidade efetivamente de enriquecimento econômico"²⁶.

²⁵ Smith (1970, p. 223) menciona como tributo peças de carne de caça.

²⁶ Numa entrevista com Silace Macassa (Setembro 1999) em Bela Vista, afirmou que Macassane periodicamente mandava peças de carne de caça ao Maheta-Tembe em reconhecimento da senioridade deste.

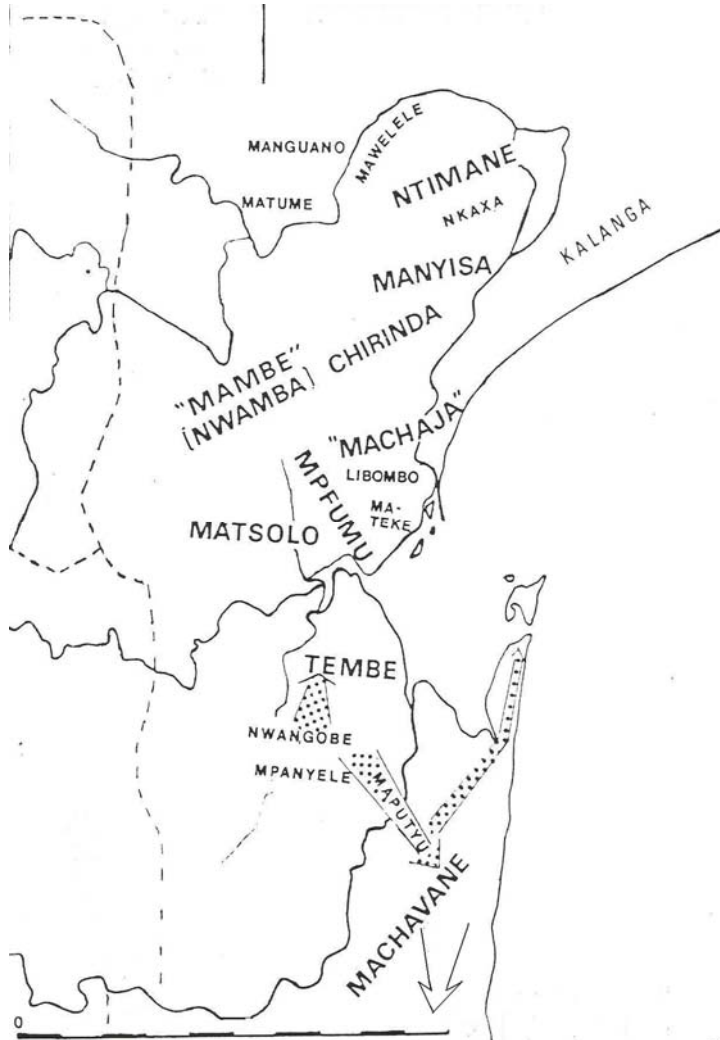
Segundo Rodrigues (1909) e Smith (1970), Muhadye morreu entre 1790 e 1792. A informação de Fynn é que Tembe foi governado por Capell que veio de Manica e ocupou Catembe. Capell, em Rodrigues (1909) é o mesmo que Muhadye, foi morto por um dos súbditos chamado Bangwane que depois se refugiou em Mabudu. Acrescenta que Capell (=Mahadye) é pai de Maheta, filho mais velho. A referência de Capell, por Fynn, parece que suprime a época de Muhadane, quem foi o pai de Maheta, e que foi assassinado em meados de 1822, por um dos seus súbditos chamado Bongnoi²⁷ (MacTHEAL 1964, Vol. II, p. 472-87). Sucedeu a Muhadye, o seu filho Muhadane em 1791 (RODRIGUES 1909, p. 147).

A história política no Sul da Baía de Maputo doravante foi dominada pelo Estado de Mabudu-Tembe, a partir do qual no terceiro capítulo delimito a identidade Mandindindi.

²⁷ Rodrigues (1909, p. 150) escreveu Bangwane, genro de Muhadane.

Mapa 5

O Sul da Baía de Maputo entre 1720 e 1780, segundo Gerhard Liesegang, 1987.



2.2.3 O período de 1760 a 1896: a ascensão de Mabudu-Tembe

Nos meados do século XVIII a Baía de Maputo tornou-se um importante posto comercial de marfim entre comerciantes africanos e europeus. Estados e chefes africanos competiam sobre o controlo do comércio nesse período (HEDGES 1978; SMITH 1970). Esta importância comercial deveu-se ao estabelecimento da companhia austríaca entre 1777-1796 e por último a fixação portuguesa definitiva a partir de 1799. Embora se desconheça realmente o volume do comércio realizado com os portugueses, sabe-se, porém, que foi muito importante o comércio feito com a companhia austríaca durante o tempo de permanência na baía, que se pode concluir pela existência de um sistema organizado, por parte dos chefes locais, e de que havia conhecimento do mesmo em pleno sertão (LOBATO 1949, p. 18-19).

Este desenvolvimento comercial, corroborado pelos relatos dos náufragos portugueses que tenho vindo a citar, terá sido, como argumenta Hedges, o móbil da reestruturação política no Sul da Baía de Maputo do que parece ter sido entre os grupos Nguni mais a Sul. Importa, também, adicionar outro móbil desta reestruturação: os fatores ambientais nomeadamente secas prolongadas que exigiram o controlo de extensas áreas e população para a reprodução das linhagens dominantes. É neste contexto que se formou e estabeleceu-se um novo Estado sob a liderança de Mabudu-Tembe (SMITH 1970, p.170; HEDGES 1978, p. 153-154).

Na seção anterior mencionei que antes da morte do seu pai, Mabudu-Tembe já se tornara um grande chefe no Sudeste do rio Maputo. Muhadye, filho primogênito da principal esposa de Mangobe, indicado para a sucessão do pai, não foi capaz de controlar todo o domínio territorial que herdara e, assim, Mabudu tomou a dianteira na liderança política de todo o domínio territorial deixado pelo pai e encetou conquistas nas chefaturas vizinhas mais para o Sul.

Na tradição oral dos Tembe recolhida por Rodrigues (1909), Mabudu-Tembe é caracterizado como “o mais inteligente, vaidoso, arrogante, guerreiro e corajoso dos filhos de Mangobe”. Mabudu-Tembe é conhecido por seus descendentes como um dos que soube

impor a sua autoridade e dominar não somente os povos das terras que o seu pai tinha deixado, mas também outros povos que viviam fora dessas fronteiras (RODRIGUES 1909, p. 150). David Leslie, quem viveu em Maputaland como um caçador e comerciante nos anos 1780, escreveu que Mabudu era considerado o chefe que fundou o reino Mabudu, que se expandiu para o Sul, conquistando chefaturas localizadas entre os rios Maputo e Mkhuze e incorporando povos que viviam no Sul do rio Maputo e a Este de rio Pongolo. Na parte Norte do reino os povos resistiram ao seu domínio. Alguns desses grupos abandonaram suas áreas e formaram suas próprias unidades políticas centralizadas independentes, tais como o reino Suazi (HEDGES 1978, p. 138)²⁸. No Sul, Mabudu conquistou muitas chefaturas tais como Khumalo e Ngubane, que viviam na área de Kosi Bay (MTHETHWA 2005, p. 54). Autores como Felgate (1982) e Mthethwa (2005) afirmam que todos esses povos que foram conquistados pela expansão de Mabudu-Tembe estão, mesmo nos dias de hoje, a reclamar sua terra à atual família Tembe governante.

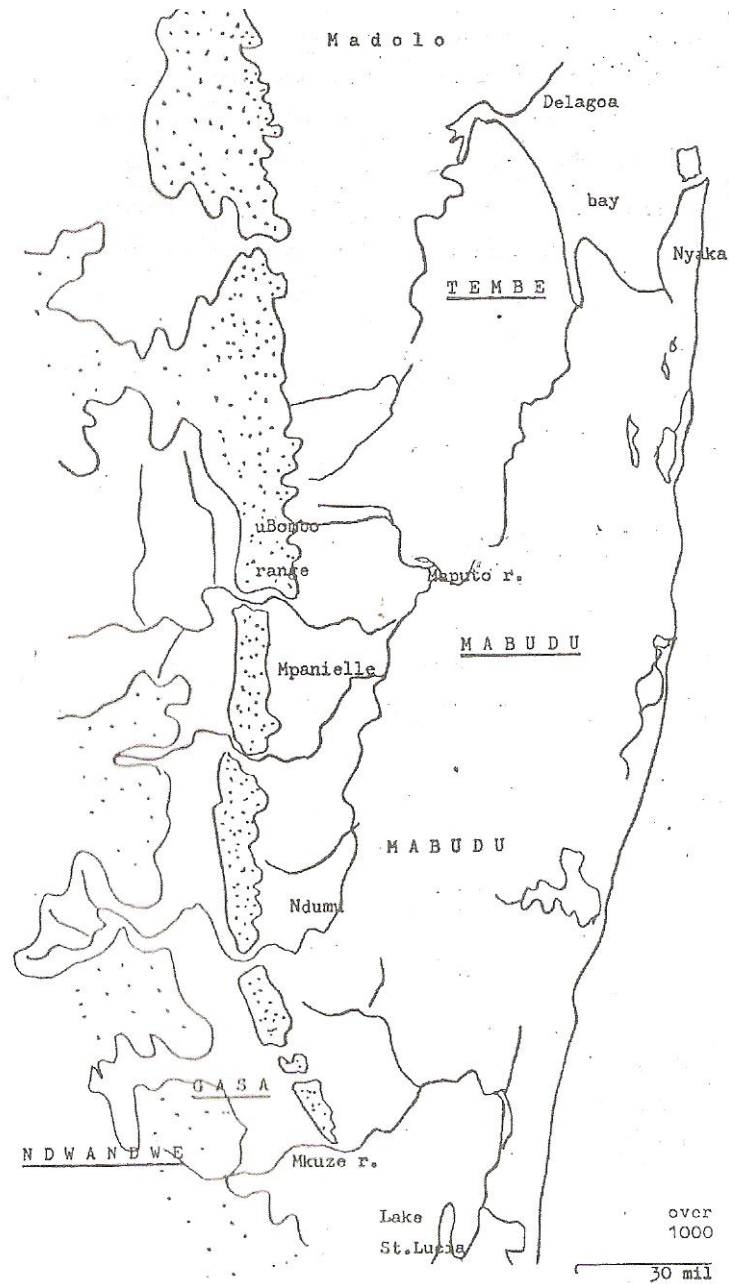
Segundo Newitt (1997, p. 38-46) Mabudu-Tembe foi o único chefe na costa de Moçambique que tinha relações comerciais com outras nações europeias. Isso demonstra que em fins de 1780, controlava as áreas a volta da Baía de Maputo e detinha o monopólio do comércio. Segundo Newitt (1997) os portugueses só transportavam as mercadorias chegadas à costa, pois o comércio no sertão era controlado pelos chefes africanos.

As conquistas de Mabudu-Tembe e a subordinação permanente das chefaturas vizinhas foram asseguradas pela transformação e organização de jovens em regimentos designados *amabuthu*²⁹, que atuavam como um exército regular. Através deste, não só controlou outros chefes como também impôs regras comerciais aos europeus. A população sob a sua autoridade, que gradualmente aumentou, foi conhecido como abakwaMabudu ou povo de Mabudu (WEBB e WRIGHT 1979, P. 157 apud KLOPPERS 2004, p. 39).

²⁸ Mthethwa (2005) e Kloppers (2003) discutem as ligações históricas e ou identitárias entre os grupos denominados Suazi e Tonga.

²⁹ Tradicionalmente os *amabuthu* são jovens que atingindo a puberdade reuniam-se em casa do rei onde cumpriam os ritos de iniciação para a idade adulta sob auspício do rei. Mabudu foi pioneiro, antes de Shaka organizar o seu exército em moldes similares (HEDGES 1978, p.153-4; WEBSTER 1986, p. 613). Segundo a tradição oral a atual designação do distrito de Matutuine tem a sua origem neste regimento.

Mapa 6
 Maputaland pré-colonial
 Segundo Hedges (1978, p. 136; Mthethwa 2005, p. 12)



Depois da morte de Mabudu-Tembe³⁰, seu filho Mwayi ou Mwali ascendeu ao trono. Mwayi ou Mwali não foi capaz de assegurar a subordinação das áreas conquistadas

³⁰ Existem pelo menos duas datas da morte de Mabudu-Tembe, o fundador; RODRIGUES, R. 1909: 148-150 indica entre 1790-1795 e Mthethwa 2005, p.54, indica a data de 1782.

pelo pai; como resultado, os pequenos chefes do Sul tornaram-se independentes do controlo direto do Estado Mabudu, sob Mwali, apesar de terem consentido pagar-lhe tributo. Até à morte de Mabudu, o comércio de marfim era a grande fonte de receitas mas quando Mwali chegou ao poder, o preço de marfim havia baixado muito e isso o desencorajou a continuar a exercer o domínio sobre as regiões do Sul.

Mthethwa (2005, p. 55-57), através das evidências orais, sugere que embora Mwayi tivesse muitos filhos, Macassane e Madingi foram os mais proeminentes e mais bem conhecidos porque competiam pela posição de liderança. Macassane foi sucessor, enquanto Madingi, filho da esposa mais nova, estava no outro lado, África do Sul, da futura fronteira-limite³¹. Segundo Mthethwa (2005, p. 56) a história oral sugere que Madingi provavelmente fundou não um reino, mas uma chefatura independente nalgum lugar não muito bem especificado, com a capital na Baía Kosi. Acrescenta que o seu filho primogênito, Makhuza Tembe, mais tarde expandiu a chefatura até ao lago Sibaya e rebatizou o lago de Makhuza.

Cedo Macassane confrontou-se com a expansão de Ndwandwe e Mthethwa nas primeiras décadas do século XIX e, a ameaça de Shaka do reino Zulu que pretendia impor a sua autoridade sobre todos os vizinhos. Procurou gerir a ameaça zulu através de algumas alianças e apoio militar. Por exemplo, apoiou Dinguiswayo, do reino Mthethwa, na guerra contra Qwabe. Este apoio compensou-lhe a amizade e o controlo da região Norte Nguni, bastante rica em marfim. Outra aliança fez com Zwide, depois deste derrotar Dinguiswayo (SMITH 1970, p. 249).

Estes eventos mostram quanto Macassane soube gerir e capitalizar as vantagens que gozava no xadrez político e comercial. Esta asserção questiona de alguma maneira a imagem que a tradição oral tem sobre o reinado. Enquanto os reinos à volta da Baía de Maputo sofreram invasões e foram submetidos aos Nguni, Mabudu permaneceu populoso, melhor cultivado, próspero e recebia muitos presentes pela permissão de passagem de europeus para fazer comércio no sertão. Com a extensão da autoridade de Shaka em 1824

³¹ Um rei pode ter muitas esposas que são hierarquizadas por casas, ou seja, primeira casa, segunda casa, assim por diante. A mãe de Madingi foi da segunda casa, portanto segunda mulher do rei Mwayi, e a mãe de Macassane foi da primeira casa. Filhos da primeira esposa/casa eram os verdadeiros herdeiros do poder. Filhos das esposas/casas seguintes excepcionalmente herdavam o poder.

tornou-se tributário e aliado, porém mantendo sua autonomia (Liesegang 1986, p.11)³². Provavelmente o seu reinado, de 1810 a 1854, foi dos mais prolongados.

Na Catembe, sede da linhagem Tembe no Norte do rio Maputo, em 1822, parece ter havido uma crise de sucessão após o assassinato de Muhadane. Maheta sucedeu ao seu pai, em 1823, e foi alvo de conspiração liderada por um seu primo de nome Mambetta, a favor da sucessão de um dos seus tios³³. Maheta não foi capaz de manter a integridade territorial de Tembe nuclear devido às várias pressões nomeadamente as invasões Nguni e a rebelião de alguns dos seus súbditos.

De acordo com a tradição oral recolhida por Rodrigues (1909:147-148), Maheta morreu entre 1840 e 1841 e sucede-lhe seu filho de nome Bangwane. Pouco se sabe do seu reinado, mas ficou registrado que teria sido assassinado por um dos seus colaboradores e colocado no poder o Makhuba. Em retaliação ao assassinato do seu genro Bangwane, Macassane desencadeou uma ação armada punitiva contra Tembe nuclear e colocou no poder, por volta de 1845-7, o seu neto de nome Bukutye, que esteve sob tutela da sua mãe até 1856. Bukutye, descrito na tradição oral como dotado de muita energia e irrequieto, provocou guerra contra Mathlombe, de Matutuine, da qual saiu vitorioso. Em 1870, estendeu a sua rivalidade contra Mussonge, sucessor de Macassane, que o derrotou.

Mussonge também conhecido por Noziyingile³⁴ (RODRIGUES 1909, HEDGES 1978, LIESEGANG 1987) sucedeu ao seu avô Macassane, depois de disputas intralinhageiras, com o apoio de Mpande, rei zulu³⁵. Descrito na tradição oral como uma antítese de seu predecessor "irascível, mau, soberbo, sanguinário e covarde. A sua predileção era suprimir, assassinando, todos os que tentassem fazer-lhe oposição, que tivessem prestígio ou os que ele pensava que pudessem vir a fazer sombra ao seu poder"

³² Mthethwa e Kloppers analisam as reinterpretações deste período histórico na região no contexto da tentativa da África do Sul em ceder Maputaland à Suazilândia nos princípios dos anos 1980 através do conhecido "Ingwavuma Land Deal".

³³ RSEA, II, Owen, 472.

³⁴ RODRIGUES, Rodrigues 1909, 151-153, na genealogia dos Tembe não se refere a Noziyingile mas o período que indica como sendo o do seu reinado é mesmo que o de Mussonge. Liesegang (1987) e Hedges (1978) consideram tratar-se da mesma pessoa.

³⁵ No último capítulo retomo esta intervenção de Mpande nas disputas de sucessão em Mabudu pelas suas implicações identitárias.

(RODRIGUES 1909, p. 151)³⁶. Envolveu-se assim em muitas guerras no Sul e Norte da Baía. Na segunda guerra com Bukutye, em 1870, devastou Catembe e alcançou as chefaturas aliadas de Bukutye nomeadamente Matola, Zihlahla e Moamba, ao Norte da atual Baía de Maputo. Doravante, Matutuíne tornou-se seu domínio (RODRIGUES 1909, p. 151). Geriu a sua soberania explorando o conflito entre os zulus e os britânicos ao seu favor: como o reino zulu estava envolvido em contenda com os britânicos, utilizou essa oportunidade para se libertar do poder dos zulu. Bukutye demonstrou sua intenção de se ver livre do jugo zulu ao ter se recusado a dar apoio militar e ter mesmo executado os mensageiros de Cetshwayo que o vieram pedir, acusando-os de roubo de gado. Este, mais tarde, também retaliou executando mensageiros de Bukutye (MTHETHWA 2005, p. 58-59).

Na crise de sucessão desencadeada após a morte de Noziyingile em 1876, seu irmão Muhena, violando o direito consuetudinário de sucessão, usurpou o poder com o apoio do rei Cetshwayo, do Estado Zulu (MTHETHWA 2005, p. 58). Nesse tempo a tensão entre os zulu e os britânicos foi crescendo e culminou com a guerra Anglo-zulu em 1879, tendo os últimos sido derrotados. Zambili, esposa de Noziyingile, aproveitou o desgaste de Cetshwayo ocasionado pela derrota, para destronar Muhena e tornar-se rainha regente de Mabudu, uma vez que o seu filho Ngwanase era ainda menor de idade. Uma fonte colonial contemporânea, *Campanha das tropas portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, publicada em 1897, assim descreve as circunstâncias da ascensão de Zambili à regência de Mabudu

Nos últimos anos quem governára o Maputo fora a mãe do N'Guanaze, por nome Zambia. Viera do Mussuate como *intambuzana* (escrava) de uma mulher do Missongo, então regulo do Maputo, e substituíra-se á ama por morte d' esta. Morto o regulo, a Zambia, preta um pouco mais ambiciosa e devassa que a maior parte das indígenas, mandou assassinar os filhos da mulher grande do Missongo, como tutora de N'Guanaze, ficou com a regência (p. 87).

No mesmo ano Zambili – a Zambia do documento acima - parou de pagar tributo ao Estado zulu (HARRIES 1983, p. 17).

³⁶ Rodrigues (1909: p. 151) consta dessa tradição oral que Noziyingile ter mandado assassinar parte da sua família, e os membros que se escaparam é por terem se refugiado em terras muito distantes.

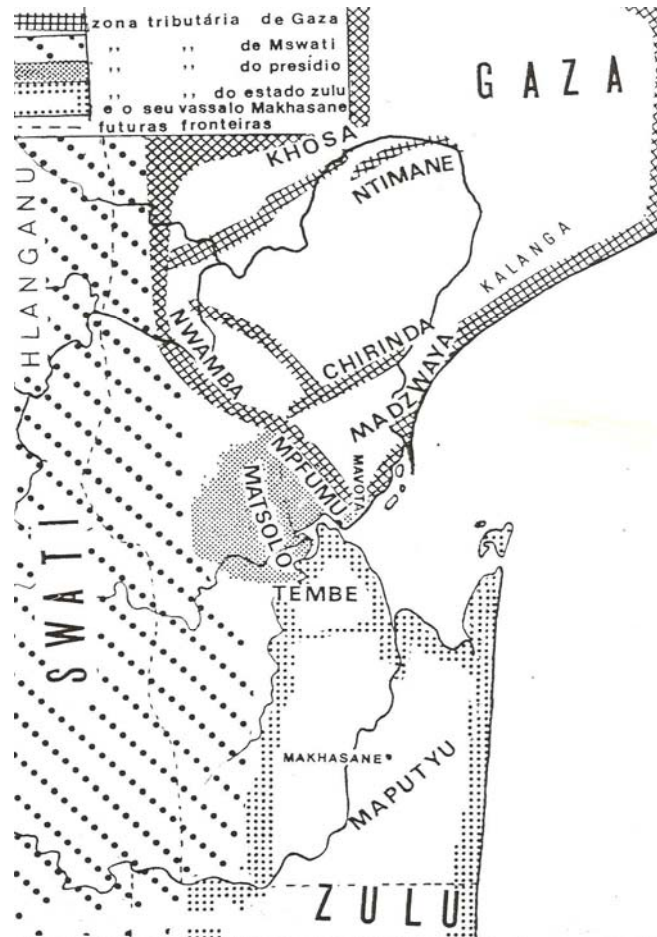
Estes eventos políticos são contemporâneos dos conflitos territoriais entre as potências coloniais na região nomeadamente a Grã Bretanha e Portugal, para além da concorrência dos alemães e dos afrikaner. Na seção que segue abordo o período entre a delimitação da fronteira-limite e a conquista colonial, 1875-1896.

2.2.4 Delimitação das fronteiras e conquista colonial, 1875-1896: as fronteiras de Zambili e a soberania de Ngwanase nos dois lados da fronteira-limite

Os interesses e as disputas coloniais que polarizavam a Inglaterra e Portugal, perante a concorrência de alemães e dos africanos, na região Austral de África ditaram que em 1872, acordassem a indicação de Mac-Mahon, presidente Francês, para arbitrar a querela. A Baía de Lourenço Marques que os portugueses asseguravam ser sua por “direito histórico”, foi disputada pelos ingleses depois da expedição capitaneada por William F. Owen na década de 1820 que ignorou a reivindicação dos portugueses e assinou vários tratados com os chefes locais do Sul da Baía, tendo encetado uma ampla campanha diplomática para fazer valer os direitos ingleses sobre a região. Para os ingleses o controlo da região significava assegurar o suprimento de mão de obra para a nova colonização britânica no Natal; impedir que o reino Zulu continuasse a importar armas de fogo através da Baía e utilizar a mesma Baía como base de operações militares visando anexar a República do Transvaal. Para contrariar estes intentos, os portugueses assinaram um acordo de aliança com Transval em 1869, pelo qual era reconhecido a Portugal direitos territoriais até 26°30” Sul, estabelecendo os Montes Libombos como a fronteira de Moçambique, com a Swazilândia e com a parte Oriental do Transval. Poucos resultados práticos trouxe este acordo, o que suscitou a arbitragem internacional do Presidente francês Mac-Mahon, em 1875, que resolveu a querela ao atribuir a Portugal a ilha de Inhaca e a costa Sul de Delagoa Bay. A terra de Mabudu ali situada ficou dividida em duas partes; o Sul sob a autoridade britânica, entretanto gozando de certa autonomia e, Norte sob a autoridade portuguesa.

Mapa 7

O Sul da Baía de Maputo cerca de 1850, segundo Liesegang (1987)



O reinado da Zambili confrontou-se desde cedo com as ameaças internas e externas; no âmbito interno confrontava-se com Muhena a quem tinha destronado e que se exilara no Norte da Baía de Maputo e encontrava-se sob a proteção portuguesa, e com a oposição das chefaturas ao Sul de Mabudu, nomeadamente Sibonda, Ncamana, Fokoti, Mjindi e Manaba (MTHETHWA 2005, p. 59-62, 70). No âmbito externo confrontava-se com a crescente extensão da influência portuguesa mais para o Sul, segundo a determinação da arbitragem de Mac-Mahon. Nos anos 1880, enviou seus mensageiros para o governo colonial inglês em Natal para solicitar apoio face à ameaça portuguesa. Seu desejo era que os britânicos coroassem o seu filho Ngwanase como rei da "nação" Mabudu à semelhança de Cetshwayo que foi empossado rei dos zulus, mantendo assim a integridade de seu reino.

Essa aproximação foi favorável para os britânicos, ameaçados com a competição dos alemães e afrikaner, assinarem com Zambili um tratado em 1887 que prescrevia interdição a Zambili de fazer acordos com outros países sem o consentimento dos britânicos. Adicionalmente o tratado de amizade propunha um estatuto de protetorado que Zambili condicionou à indivisibilidade do seu povo, ou seja, à manutenção das fronteiras dos abakwaMabudu que a partir de então passavam a ser ancoradas aos limites – do Sul da Baía de Maputo ao rio Mkhuze e do rio Pongolo ao Oceano Índico. Na carta que dirigiu ao governo colonial britânico, declarava que a arbitragem podia separar o seu país, mas não devia dividir o seu povo e exigia que fosse reconhecida a sua soberania (MTHETHWA 2005, p. 65-7). A fronteira da soberania era concebida por Zambili não pelo território físico *stricto sensu*, mas pela integridade política povo que controlava. Aqui encontramos o conceito de fronteira africana, que entre os aspectos do território e controlo das populações, dá primazia a este último. (ZARTMAN 1965; KOPONEN 1988 e BEINART apud DÖPCKE 1999, p.79). O tratado de 1887 era muito importante para os britânicos, pois se bem que Mabudu a partir dos anos 1850 já constituiu-se numa importante reserva de mão-de-obra para as plantações de cana sacarina no Natal, na década de 1870 cresceu a demanda de mão-de-obra não só para as plantações, mas também para a construção dos caminhos de ferro e para as recém descobertas minas de ouro e diamante em Transvaal e Kimberley (HARRIES 1994, p. 19).

O relatório de investigação, solicitado pelo governo colonial britânico, sobre as alianças dos pequenos chefes no Sul, nomeadamente Sibonda, Ncamana, Fokoti, Mjindi e Manaba, em 1889, concluiu que estes não pertenciam ao Mabudu e, na sequência, foram incorporados na Zululândia, que já era protetorado desde 1887. Com essa incorporação Mabudu perdeu metade do seu país para Zululandia cuja fronteira foi estendida por mais de 60 km para o Norte, do rio Mkhuze para o lago Sibaya no Este e o rio Pongolo no Ocidente. A extensão da fronteira Norte tinha a vantagem de libertar o governo britânico das ameaças dos afrikaner e alemães (MTHETHWA 2005, p. 70-73).

Em 1894 Ngwanase assumiu a liderança depois da morte de Zambili. Cedo entrou em conflito com os oficiais portugueses sobre a cobrança do imposto e recrutamento de mão-de-obra. Em 1894 Ngwanase recebeu solicitação para apoiar o governo português no surpreendente levantamento de Mahazul. Após a guerra, no caminho de regresso, suas

tropas roubaram propriedades dos portugueses, e esse incidente tornou Ngwanase inimigo dos portugueses. A ameaça à integridade de Mabudu prevaleceu com a existência dos chefes que já estavam subordinados a Zululandia desde a redefinição da fronteira Norte em 1889. Continuator do espírito da sua mãe, lutando pelo poder e integridade do território que julgava estar ao seu domínio, retomou as negociações para discutir a fronteira anterior a redefinição de 1889. Numa carta que escreveu em Novembro de 1894, colocou-se à disposição para aceitar o protetorado, cuja declaração formal do protetorado britânico sobre Maputaland data de 30 de Maio de 1895 (MTHETHWA 2005, p. 75).

Entre finais de 1895 e princípios de 1896, o exército colonial português invadiu Mabudu em retaliação à retirada do seu exército - com armas portuguesas – da frente de batalha quando integrava as tropas portuguesas que investiam contra Magaia³⁷, em dezembro de 1895:

Mouzinho de Albuquerque devastou Mabudu, e até meados de Março [de 1896] já tinha percorrido todo o Mabudu obrigando as populações a pagar o imposto a cerca de 2000 povoações, prendendo cerca de 2500 cabeças de gado bovino, queimando 200 povoações e recolhendo 1800 libras e Ngwanase foi forçado a fugir, com mais de 3000 pessoas do seu país, do território português, ou seja, da parte Norte dos abakwaMabudu, para Natal (PÉLISSIER 1994, p. 254-60; 312).

Como vimos, em 1895, Maputaland, designação britânica para a parte Sul dos abakwaMabudu, para onde se exilara Ngwanase, tinha sido proclamado protetorado britânico e administrado como *terra soberana para o povo de Mabudu* (KLOPPERS 2003, p. 6; MTHETHWA 2005, p. 88-90) e independente da Zululandia. O acordo de protetorado tinha benefícios mútuos; Ngwanase representava uma solução às dificuldades de administração de Maputaland nomeadamente os custos com o pessoal administrativo que exigia aumentos salariais devido às condições de risco com a malária e falta de vias de comunicação e, para o Ngwanase esse protetorado conferia-lhe autoridade sobre a região que não foi ameaçada pelos líderes que lá já residiam (MTHETHWA 2005, p. 91-3). Em 1897, Zululandia e Amatongaland/Maputaland (= terra de Mabudu) foram incorporados no Natal (WEBSTER 1986, p. 615).

³⁷ Uma chefatura do Norte da Baía de Maputo.

Nas fontes coloniais não há evidências da interação de Ngwanase com o povo do lado sul africano da fronteira. Mthethwa (2005, p. 76-101) descreve como ele foi capaz de estender sua autoridade em extensas áreas através de um conjunto de estratégias assente nos arranjos do chamado direito costumeiro, sobretudo no papel do casamento através do princípio "Dhlaya Cibongo" ou "N'wana wa Nyoka Yi Nyoka"³⁸ que literalmente significa "matar o sobrenome" ou "filho de cobra é cobra". "Filho de cobra é cobra" é um provérbio que o músico sul africano General Music usou para titular uma sua música que recentemente editou em crítica às manifestações de xenofobia ocorridas em maio de 2008, na África do Sul. O que interessa desta música, para a sua referência aqui, é que ela replica o direito costumeiro para apelar à paz, pois há muitos sul-africanos cujos pais são moçambicanos e segundo o direito costumeiro, que advoga a filiação patrilinear, os filhos gerados por homens moçambicanos e mulheres sul-africanas são moçambicanos. Portanto, a xenofobia que eclodiu em maio de 2008 não passava ou não passa de um conflito intra-étnico.

Em situações onde as alianças matrimoniais eram inviáveis, a estratégia era a colocação de parentes ainda novos como assistentes administrativos nas pequenas chefaturas que, em caso de sucessão, eram legitimados. Por outro lado, Ngwanase soube tirar proveito das vantagens políticas da dependência da administração britânica; exigiu altos salários ameaçando parar de coletar imposto e substituiu os chefes que representassem ameaça ao poder e empossava chefes locais de sua confiança através das estratégias que acima descrevemos. Apesar da fronteira de 1891, que demarcou o limite da influência portuguesa até Kosi Bay, sua autoridade estendia-se ainda sobre o Sul da baía de Maputo³⁹. Mthethwa (2005, p. 97) cita a correspondência administrativa colonial portuguesa reclamando dificuldades de controlar Ngwanase. Felgate (1982, p. 21) afirma que até princípios do século XX, os portugueses não exerciam controle efetivo no Sul da baía de Maputo. Ngwanase e seus seguidores ainda empossavam chefes no Sul da baía, coletavam impostos e só nos anos 1940 em diante a fronteira tornou-se uma realidade. Por exemplo, Ngwanase indicou o seu irmão Sibunjane como chefe na área da fronteira e

³⁸ Ver também Webster (1986, p. 623-626).

³⁹ Veja o mapa 5 sobre fronteiras no Sul da baía de Maputo.

quando Sibunjane morreu, indicou seu filho Guebeza como sucessor. A área da fronteira aqui referida é conhecida hoje por Guebeza (FELGATE 1982, p. 160) ou Gueveza.

Igualmente, as entrevistas recolhidas por Alpheus Mangezi (2003) nos anos 1980 em Matutuine reportam que entre os anos 1930 a 1940 a fronteira-limite não constituía problema para a migração.

O meu entrevistado Samuel Mlambo referiu-se ao outro fluxo migratório neste mesmo período nos seguintes termos:

Os de Manguzi atravessavam o rio e vinham comprar coisas cá; capulanas, apanhavam tratamento médico e voltavam. Não havia hospitais lá. Havia cá. Esse que estava, havia um enfermeiro e muitos eram salvos por ele. E os brancos comerciantes que atravessavam de lá [lado sul-africano] para cá e vinham beber. Diziam que a cerveja de cá [lado português] era boa, o whisky... atravessavam e compravam arroz porque o arroz de cá [lado português] era bom⁴⁰

Como fiz referência na abordagem metodológica a fronteira-limite colonial sobrepõe-se a grupos históricos-políticos e culturais que em muitos casos extravasam essas fronteiras-limite. Vínculos familiares e identitários viabilizaram este fluxo, considerado migração clandestina, que recorrentemente é apontada nos relatórios da administração de Maputo como um problema crucial para a colonização da região mas que era normal para a população fronteiriça:

(...) nessa altura os parentes visitavam-se do outro lado da fronteira

Lá ficávamos na mesma bicha [=fila] os que tinham vindo do regulo Ngwanase, e não tínhamos nenhum tipo de problema. Foi em 1930 que fui recrutado e levado para Johannesburg (MANGHEZI 2003, p. 39, trecho entrevistado Josefa J. Tembe)

Após o refúgio de Ngwanase no Natal, em 1896, a administração colonial portuguesa que passara a fazer o controle militar direto indicou Mpobopo, que se encontrava refugiado nas terras de Tembe nuclear, para o poder. Em 1906, Mpobopo foi substituído por Madhladhlane. A área hoje conhecida como Catuane tinha como chefe o Madubula que após a conquista colonial recusou-se a cobrar o imposto. Refugiou-se com a

⁴⁰ Samuel Mlambo, Catuane, maio de 2008.

família e parte da população no Natal. Assim, os portugueses empossaram Catuane (RODRIGUES 1909, p. 153-4). Doravante, os chefes passaram a ser interlocutores da administração colonial portuguesa, e, sobretudo para a cobrança do imposto, recrutamento de mão-de-obra e militar. Ngwanase morreu em dezembro de 1928 e foi sucedido por seu filho Mhlupheki em maio de 1929 (Felgate 1982, p. 154, Mthethwa 2005, p. 108).

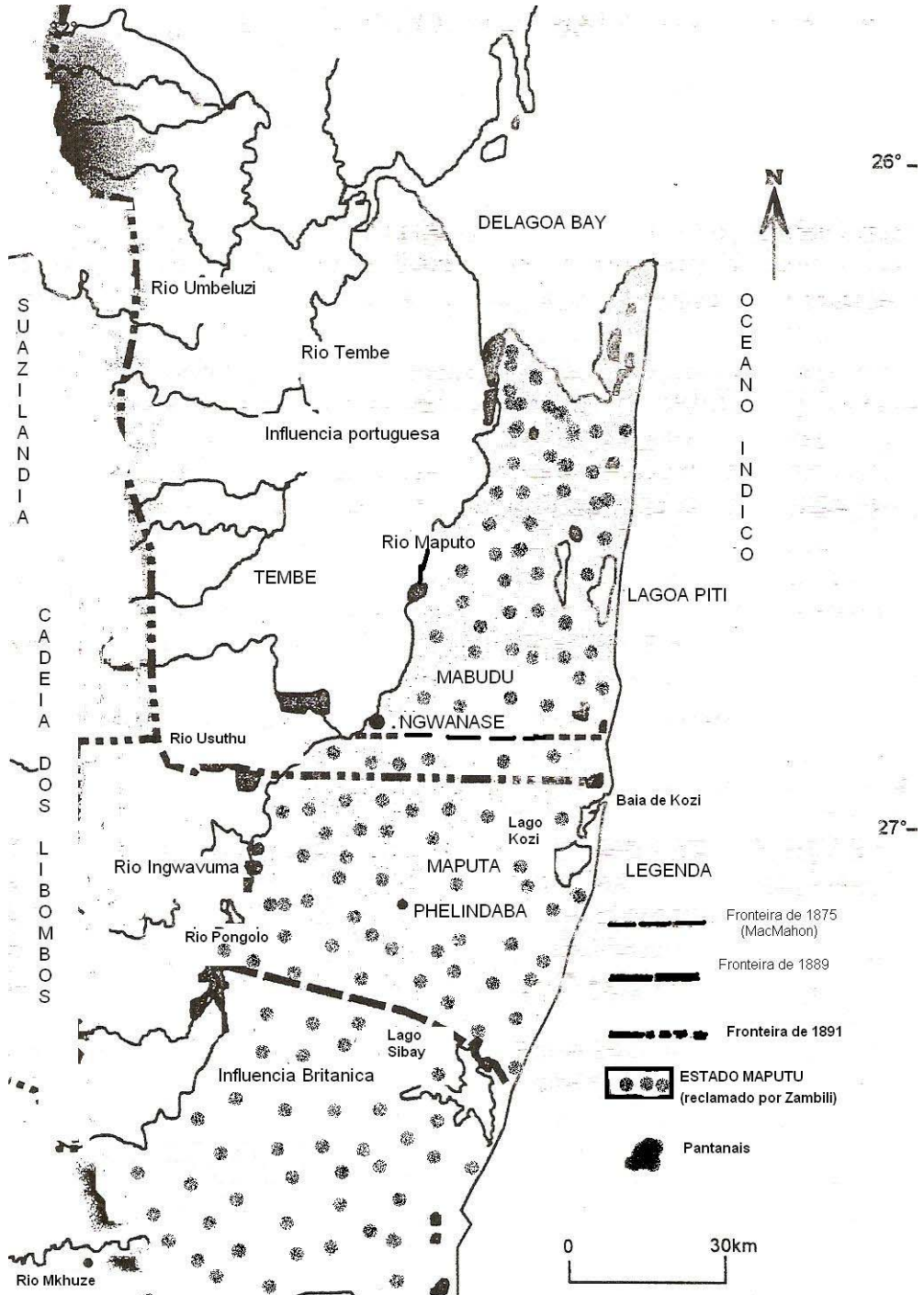
Na Catembe, sede de Tembe nuclear, Mabaye foi sucedido por seu filho Bukutye, que poucos anos depois, em 1890, foi deportado alegadamente por ter assassinado uma das suas mulheres, Mimhagine ou Gigiseka. A mulher assassinada por Bukutye mãe do Mucose, batizado António Ennes, descrito como o primeiro polícia colonial da circunscrição de Maputo.. Sucedeu a Mabaye o seu filho Luis Filipe, que foi o último chefe antes da conquista colonial na região em 1896 (RODRIGUES 1909, p. 148). Luis Filipe por relutância às ordens da administração colonial como, por exemplo, a não cobrança de impostos foi deportado para Macuácuá, na atual província de Inhambane.

Porque estamos tratando de fronteiras, é importante a percepção da estrutura política e as mudanças do mapa político na região. O mapeamento das unidades políticas de alguma forma traduz processos identitários, que é o nosso objeto de estudo, que ocorreram na região. Com este traçado da história regional julgamos ter fornecido um background para melhor entender os capítulos que seguem.

A história política – domínio e oposição política, fronteiras políticas – que acabei de traçar neste capítulo constitui a matriz da identidade “Mandindindi” que é objeto de abordagem no capítulo IV. As políticas dos Estados coloniais, britânico e português, e as políticas de desenvolvimento econômico de Moçambique independente também condimentaram essa matriz identitária como procuro mostrar no capítulo III.

Mapa 8

O Sul da baía de Maputo e a delimitação de fronteiras entre 1875-1891, segundo Mthethwa (2005)



3. FRONTEIRAS DEMARCADAS E TERRITÓRIO VIVIDO: COLONIALISMO, INDEPENDÊNCIA E MIGRAÇÃO

No capítulo I esboçamos a história política da região Sul da Baía de Maputo até a conquista e domínio colonial do último Estado africano – Mabudu – em 1896 com o exílio de Ngwanase em Natal. A delimitação das fronteiras coloniais havia sido já determinada entre 1875-1891 e dividia o grande Estado Mabudu em duas administrações coloniais; portuguesa e britânica no Norte e Sul respectivamente. Segundo a determinação de ocupação efetiva na Conferência de Berlim, doravante as respectivas administrações coloniais empreenderam ações configurando uma nova geografia social como forma de dar resposta aos desígnios coloniais, nomeadamente a exploração dos recursos naturais. Esta nova geografia que se impõe às comunidades transfronteiriças desta região de estudo entrou em conflito com a geografia pré-existente.

Os teóricos do colonialismo português eram cômicos de que para além da necessidade de capital abundante para explorar as colônias era preciso contar com a abundância de força de trabalho (ZAMPARONI 2007, p.45). Numa região de fronteira-limite que é o Sul da Baía de Maputo em que se confrontavam potências, com diferenças de potencial econômico e políticas de administração também diversas – com relativas vantagens para Inglaterra – a questão de controle de mão-de-obra afigurou-se muito crucial, sobretudo para a administração portuguesa, pois a prevalência trans-estatal do Estado Mabudu estruturou uma migração que gerava à falta de mão-de-obra na colônia portuguesa.

A migração é um termo criado após o estabelecimento dos Estados-nações para descrever o cruzamento, por estrangeiros, de suas fronteiras, que passaram a ser definidas por linhas contínuas e precisas e, posteriormente o termo passou também a ser aplicado às travessias de qualquer linha territorial político-administrativa interna aos estados, portanto a migração interna. O debate sobre migração atravessa todo o debate sobre o impacto das fronteiras-limite na vida das populações, que pode ser abordado em dois ângulos; o primeiro que relativiza seu impacto argumentando que as fronteiras não representavam e nem representam barreiras significativas à vida diária dessas populações, e o segundo que

argumenta que as fronteiras-limite significarem um entrave à movimentação das populações (DÖPCKE 1999, p. 94-96).

Alguns estudos realizados em algumas regiões fronteiriças de Moçambique apontam que as comunidades locais percebem fronteira como “um lugar pouco sujeito às estruturas ou políticas de ambos os Estados contíguos e, funcionam como uma espécie de subunidades políticas” (CONNOR 2003). Estas subunidades como realça Connor (2003, p. 87), para o exemplo de Pafúri, estão assentadas nas afinidades históricas, políticas e culturais que foram atravessadas pelas fronteiras-limite. A análise de Englund (2002), sobre a fronteira de Moçambique com o Malawi e a Zâmbia, sublinha a fragilidade e a presença mínima do Estado o que concorre para a proeminência do poder local, o que corrobora a constatação de Connor. Esta relativa autonomia reforça as observações de Chingono (1996) sobre a apropriação que a população fronteiriça faz do limite Moçambique-Zimbabwe para desfrutar de vantagens econômicas, concretamente com a prática do comércio ilegal. Estes estudos demonstram, de alguma forma, a asserção teórica de Kratochwil (1986) sobre o difícil equilíbrio da trilogia de intercâmbio que mencionamos no primeiro capítulo.

Paradoxalmente os relativistas adicionalmente defendem que as fronteiras-limite criaram novas oportunidades para essas populações africanas. Acho que isso seria naturalizar o colonialismo, quando se considera que a fronteira-limite permitiu que essas populações selecionassem criticamente as oportunidades que cada Estado fronteiriço *oferecia*. Neste capítulo vamos mostrar como as políticas do Estado colonial eram predatórias – expropriação de terras, chibalo, cobrança de impostos, recrutamento militar (ZAMPARONI, 1998) – da condição social dos africanos que levou muitos a optarem pela migração, sobretudo ilegal, como escape à essas políticas. A documentação da administração colonial sobre a região e outras regiões fronteiriças de Moçambique deixa bem transparente o efeito colateral das políticas coloniais no “fomento” da migração ilegal. Já Patrick Harries (1994, p. 13-16) argumenta que a migração é cultural e foi um recurso de sobrevivência das comunidades naquele contexto ecológico – de diversidade e adversidades – no Sul da atual Baía de Maputo: "Foi nos anos 1850 que primeiros caçadores e comerciantes de Delagoa Bay chegaram do Natal com informações de oportunidades de lá ganhar dinheiro" (HARRIES 1994, p. 17). Ainda segundo Harries (1994, p. 19) em 1863, Mpande, rei Zulu, reclamava a redução do valor do tributo pago por

Mabudu, devido a grande emigração dos abakwaMabudu para o Natal e, dois anos depois era a vez do governador de Lourenço Marques reclamar o abandono de muitos campos agrícolas devido a emigração para o Natal. No reinado de Mussonge (1754-1776) muitos abakwaMabudu procuraram emprego em várias partes da África do Sul. Até 1870, o Natal demandava muita mão-de-obra para as plantações da cana-sacarina, caminhos de ferro, mineração de ouro e diamante e, em 1878, segundo Kloppers (2003, p. 55), "5 000 moçambicanos entraram no Natal através da Zululandia. Agricultores brancos preferiram mais a mão-de-obra moçambicana do que a indianos alegadamente porque os moçambicanos tinham grande robustez e resistência para trabalhos manuais do que indianos". Ballard (1981, p. 115 apud KLOPPERS 2003, p. 55) adiciona a razão económica da opção pelos moçambicanos comparando o preço de obtenção de um indiano, £ 30, e £ 1 para um moçambicano. Isso indica que a migração sazonal ou temporária na região começou antes do estabelecimento da fronteira-limite e da implantação efetiva do estado colonial português.

Embora faça análise da relação migração e Estado colonial e após a independência, detenho-me, sobretudo na migração designada clandestina e que eu considero tratar-se de uma circulação ou mobilidade humana numa geografia historicamente construída pelas comunidades locais, como argumenta Amselle (1985, p.25) sobre a existência de espaços pré-coloniais que prevaleceram depois das fronteiras. Vimos no capítulo II como foi separada ou dividida uma unidade político-cultural – abakwaMabudu – pela delimitação da fronteira-limite por Mac Mahon em 1875 e acordos subsequentes entre 1891-1897. Apesar de separados os abakwaMabudu continuaram circulando quer para o “lado português” quer para o “lado sul africano”. Porém, o crescimento económico da África do Sul e a crescente demanda por mão de obra para as minas e plantações no último quartel do século XIX obrigaram Portugal a estabelecer um regulamento para o recrutamento da mão de obra da “província” de Moçambique para a República da África do Sul. Em novembro de 1897 foi publicado o primeiro regulamento. A este regulamento seguiu-se o “modus vivendi” de dezembro de 1901 – um acordo entre o então alto comissário britânico Lord Milner e o então governador geral de Moçambique, general Manuel Rafael Gorjão, sobre o recrutamento de mão de obra da província de Moçambique para a África do Sul e a exploração do caminho de ferro Pretória-Lourenço Marques. Apesar das acerbas críticas,

sobretudo entre os ingleses⁴¹, o “modus vivendi” vigorou até 1909 quando em abril foi assinado a convenção entre os governos da província de Moçambique e a República do Transval⁴². Esta convenção foi sendo revista sucessivamente em 1923, 1928, 1934. O conjunto das regulamentações de entre tantos aspetos visava coibir a emigração clandestina/ilegal, que entretanto não se conseguiu definitivamente coibir, pois tais dispositivos não puderam suplantar os espaços pré-coloniais.

As atuais políticas de cooperação transfronteiriça, um pouco por todo o mundo, são parcialmente reflexos da prevalência destes espaços/territórios pré-coloniais, certamente com algumas reformulações, fora do controlo absoluto das administrações centrais. Correntes migratórias e transnacionalismo, que caracterizam grande parte da fronteira terrestre de Moçambique, construíram campos sociais que unem a sociedade de origem à outra que, no contexto da demarcação da fronteira-limite, tornou-se sociedade de recepção, numa construção social única. Neste caso os abakwaMabudu etnicizados Zulu, do lado da fronteira sul africana, tornaram-se receptores dos abakwaMabudu Mandindindi, do lado da fronteira moçambicana.

Zamparoni (2007) analisou detalhadamente os mecanismos de dominação colonial que Portugal acionou para alterar a geografia social pré-existente a favor da colonização – centralmente a “criação do indígena” - gerando uma extensa legislação no seu conjunto voltada para controlar, fixar e suprir a mão-de-obra para a colonização. Sirvo-me da abordagem de Kloppers (2005) que estudou as dinâmicas sociais da fronteira-limite sul de Moçambique em duas perspectivas – a fronteira-limite na relação entre os Estados, por um lado, e na relação entre as comunidades atravessadas por essa fronteira. A primeira corresponde a uma macro-análise e a segunda a micro-análise. Esta abordagem tem a vantagem de fazer dialogar as anteriores, relativismo e radicalismo, e a recente abordagem de transnacionalidade, embora o Kloppers não se refira em momento algum ao conceito de transnacionalismo, referindo-se apenas à bi nacionalidade.

⁴¹ O “modus vivendi” foi objeto de acerbas críticas entre os próprios ingleses – os da costa, Natal e Cabo, que julgavam que a questão do caminho do ferro e do porto de Lourenço Marques devia ser dissociada da de mão de obra, esta que interessava aos ingleses do interior – Transval. E, os portugueses achavam muito onerosas as obrigações contraídas para apetrechar o porto e, a regularização da emigração indígena resultaria no empobrecimento da província de Moçambique.

⁴² A convenção foi facilitada pela circunstância de estar em curso a união das antigas colônias inglesas e as repúblicas boers, como sucedeu em maio de 1910.

3.1 O Sul da baía de Maputo entre o colonialismo português e britânico

Depois do exílio de Ngwanase no Norte de Natal em 1896, o Sul da baía de Maputo foi definitivamente conquistado pelo Estado colonial português. Porém, como observou Newitt (1997, p. 38-46) efetivamente só depois de 1900 é que a administração colonial portuguesa estendeu-se para o interior. Assim, até princípios do século XX os portugueses não exerciam controlo efetivo no Sul de Mocambique pois Ngwanase e seus seguidores, do exílio, ainda empossavam os Ndunas (=chefes) e coletavam imposto no Sul da baía de Maputo. Só depois dos anos 1940 é que a fronteira tornou-se uma realidade para as populações na extensão do Estado Maputo. (FELGATE 1982, p.21)⁴³.

A área do Estado Mabudu que ficou do lado português pelo Dec. Prov. Nº 67, de 17 de Julho de 1895, publicado no Boletim Oficial Nº 34 de 26 de Outubro de 1895 foi categorizada como Circunscrição de Maputo, com limites a Norte a Baía de Lourenço Marques (=Baía de Maputo) e Circunscrição de Marracuene, a Sul pela África do Sul através da província do Natal, a Este o Oceano Índico e a Oeste a Suazilândia⁴⁴. Sua sede ficou em Bela Vista, na margem esquerda do rio Maputo. A circunscrição gradualmente foi sendo dividida em postos administrativos e estes em povoações.

Segundo Rodrigues (1909, p.154-5) a circunscrição de Maputo dividia-se em quatro regulados (=postos) nomeadamente Catembe, Macassane, Matutuine e Catuane, cujo poder foi confiado à chamada autoridade gentílica com a missão de coletar impostos, exercer o recrutamento militar e de mão-de-obra, e resolver os designados *milandos*⁴⁵. Com esta autoridade pretendia-se uma extensão da presença colonial que se comunicava com o administrador da circunscrição. A partir desta autoridade, como dizia Rodrigues (1909, p.155) "podemos exercer influencia directa e efficaz que nos habilite, com tempo, a substitui-los". Esta afirmação mostra que Portugal pretendia estabelecer em Moçambique, em particular nesta região, uma administração direta que passava por uma fase inicial de controlo indireto através da autoridade rotulada de gentílica.

⁴³ Entrevistas coletadas por Alpheus Manghezi nos princípios dos anos 1980, em Matutuine, mostram como as populações nos anos 1930 a 1950 confrontaram a fronteira-limite.

⁴⁴ Inspecção ordinária ao Concelho de Lourenço Marques e às circunscrições do Maputo e Marracuene, 1954.

⁴⁵ Designação dada pela administração colonial portuguesa aos conflitos entre a população "indígena".

As diferenças dos sistemas de administração britânica e portuguesa pela nomeação e separação do Estado Mabudu para além de uma estrutura de migração pré-existente desencadearam processos identitários que é o meu objeto de estudo no capítulo IV. Na seção que segue procuro confrontar a geografia colonial e a geografia local. A colonização pressupunha atrair e fixar a mão-de-obra local que os discursos políticos procuraram regulamentar através da criação da figura do “indígena”.

3.2 Os braços que faltam na colonização de Maputo

"As terras despovoam-se e a raça definha-se a olhos vistos e de nada serve a terra sem gente que a habite e faça produzir".

(João Bravo Falcão, 1910,P. 117)

(...) quase todas as empresas estabelecidas na área da circunscrição lutam com a falta de braços para as suas actividades. Reduzido número de “indígenas” procura serviço dentro da circunscrição, pelo motivo dos salários serem inferiores aos de Lourenço Marques, para onde costumam sair quase todos aqueles que não emigram para o Transval.

(Inspeção ordinária ao concelho de LM e às circunscrições do Maputo e Marracuene, 1954, p. 71)

"Onde não há sangue não se podem fazer morcelas"

(Antonio dos Santos Afonso, Administrador do Posto de Catuane, 24.09.1974)

O título desta seção e estes três excertos dos relatórios da administração colonial, que perpassam o período colonial, elucidam o quanto foi difícil a colonização do Sul da Baía de Maputo em particular. Os três excertos apontam a mão-de-obra como sendo o grande óbice. O capítulo I no qual esbocei a história política regional anterior à delimitação de fronteiras-limite e conquista colonial que dividiu o Estado de Mabudu-Tembe entre a administração britânica e portuguesa, permite-nos desde já, parcialmente, explicar a dificuldade da administração colonial portuguesa em fixar a mão-de-obra para a colonização. Mas, a esta explicação voltarei. Interessa agora analisar que mecanismo Portugal usou para suprir a colonização de mão-de-obra abundante. Como alertava Joaquim Pedro de Oliveira Martins, um dos teóricos do colonialismo português, só a força

e a sujeição pareciam ser o caminho. Esse caminho passava por estabelecer uma identidade distinta para a população conquistada - "O "indígena"" - através de uma base jurídica legal que não obstasse a dominação particularmente no que tange a coação para o trabalho. A antropologia da época sustentava a criação desta figura do "indígena" argumentando que o negro era indolente e não passível de educação para civilizar. Só obrigando-o ao trabalho civilizaria (ZAMPARONI 2007, p. 47, 50-2).

O regime liberal português decretou a Carta-Lei de 29 de abril de 1875 que extinguiu a condição servil nas províncias ultramarinas, pondo fim à figura do liberto e lançando as bases legais para a criação do trabalho assalariado. A Carta-Lei foi complementada pelo *Regulamento para os Contratos de Serviçães e Colonos nas Províncias da África Portuguesa*, posto em vigor em novembro de 1878 que " (...) suprimia a tutela publica dos ex-escravos e estabelecia a liberdade dos africanos contratarem-se livremente com qualquer patrão e não exclusivamente com o seu antigo senhor" (ZAMPARONI 2007, p. 49). Mas do Código Penal ficava claro que a contratação era obrigatória, pois punia por crime de vadiagem "Aquelle, que não tem domicilio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão ou officio, ou outro mister, em que ganhe sua vida (...)"(ZAMPARONI 2007, p. 49).

No virar do século XIX, Antonio Ennes e seus seguidores também cômnicos de que a exploração colonial moderna assentava-se sobre a intensiva exploração de mão-de-obra barata e segundo ele o principal desafio de Portugal era "obrigar as províncias ultramarinas a produzirem". Doravante, o espírito liberal que havia iniciado a legislação sobre a mão-de-obra é criticada. Em 1899, Ennes publicou o Código de Trabalho "indígena" que estabelecia em seu artigo 1º, que todos os "indígenas" das províncias ultramarinas portuguesas estariam sujeitos a obrigação moral e legal de adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltassem. Seguiram-se outros códigos de semelhante teor, porém mais rígidos, em 1906, 1911, 1914, 1926 e 1928 (ZAMPARONI 2007, p. 56, 62-3).

Paralelamente à promulgação da legislação coercitiva, outros mecanismos foram acionados pois, como alertava Joaquim Pedro de Oliveira Martins, "como os terrenos não tem dono, nem limite; por que iria o preto servir e enriquecer um colono, quando ele em pessoa pode plantar, colher e vender?" (MARTINS, 1920 apud ZAMPARONI 2007, p. 46). Conforme Zamparoni (2007) tais mecanismos foram a espoliação das melhores terras,

cobrança de impostos, particularmente de palhota, além da obrigação do trabalho e do cultivo forçado.

Em 1909, foi publicado o Decreto aprovando o Regime Provisório para a Concessão de Terrenos do Estado na Província de Moçambique. Este Decreto foi substituído progressivamente pelos Decretos nº 3983 de 16 de março de 1918 e o nº 33727 de 22 de Junho de 1944. Regulavam a concessão de terrenos do Estado a entidades particulares, sendo competentes para receber concessões cidadãos portugueses com capacidade para contratar, desde que requeiram ao governo central ou ao governador da província, conforme a área que se pretender. Este dispositivo pretensamente respondia ao projeto de povoamento branco através de um fomento agropecuário, baseada na exclusão racial explícita cujos princípios se aproximavam do *Native Land Act* posto em vigor em 1913 na vizinha União Sul-Africana (ZAMPARONI 2007, p. 90). O regulamento para a concessão de terrenos do Estado definia três classes de terrenos; das povoações, de exploração agropecuária e reservas “indígenas” (ARAÚJO 1953, p. 35, 86). Para a região ao Sul da baía de Maputo esta classificação implicou o desterro das populações, sobretudo das áreas mais produtivas como são as bacias de Umbelúzi, Maputo e Fúti. A bacia de Tembe foi pouco objeto de colonização agrícola devido à intrusão salina e redução do seu caudal à montante na estação seca.

A coberto desta legislação doravante fizeram-se muitas concessões de terrenos para a agricultura comercial, e não raras vezes em áreas onde as comunidades viviam, cultivavam e criavam gado (ZAMPARONI 2007, p. 90 e segtes). Como formas de compensação da expropriação, pelo disposto na circular nº 948 de 17 de maio de 1927 da repartição técnica de agrimensura, seriam atribuídas dois hectares de terra por família e uma indenização que variava segundo a avaliação dos bens existentes na área expropriada como seja por uma fruteira pagava-se 50 escudos; uma palhota entre 200 e 500 escudos e pela área cultivada com culturas agrícolas 100 escudos⁴⁶. Os relatórios da circunscrição de Maputo e de inspeção dão conta, de forma muito recorrente desde os primeiros momentos, dos efeitos desses mecanismos quer para o Estado colonial, quer para as populações “indígenas”⁴⁷.

⁴⁶ AHM/FDSNI - CX 233 e 238.

⁴⁷ Ver Zamparoni (2007, p. 83-96) que detalhadamente pesquisou a documentação referente.

A região do Sul da baía de Maputo no geral não oferecia muitas áreas de cultivo com a exceção das bacias que já referimos e algumas áreas nos sopés das dunas. Pouca precipitação, distribuição irregular e extemporânea e a infertilidade dos solos arenosos impediram o desenvolvimento de largas e contíguas áreas agrícolas segundo o projeto do Estado colonial.

Embora o Estado colonial considerasse as terras “indígenas” como passíveis de expropriação e concessão, não reunia os meios e nem capitais para explorá-las. Já no relatório da circunscrição de 1911-1912, o administrador Pedro Alexandrino Vianna Rodrigues lamentava a situação

sobe a centenas o número de concessões feitas para fins agrícolas; à exceção dos pequenos agricultores, aqueles que menores áreas possuem, nada ha feito que mereça atenção (RODRIGUES 1911-12, p. 48).

A crescente concessão de terrenos é acompanhada pela reassentamento das populações locais em áreas pouco produtivas, redução de pastagens e de áreas de dessedentação do gado devido ao cercamento de terras. Em Catuane, em 1973, um grupo da população “indígena” queixou-se ao respectivo chefe do posto da falta de pasto para o seu gado, pois a área que usavam fora concedida a João Manuel Lopes que, por vedação, impedia o acesso. São vários casos destes reportados em relatórios da circunscrição e correspondência.

A bacia do Umbelúzi terá sido a primeira experiência de uma colonização agrícola organizada, pelo menos na forma de projeto e lei, Portaria nº 1: 223 de 21 de junho de 1919. A colonização seria feita por famílias de portugueses, compostas de marido, mulher e filhos, estabelecidas em fazendas de 70 a 75 ha. As fazendas seriam arroteadas pelo Estado que também forneceria outras infraestruturas como casa, água e fatores de produção. Ao fim de cinco anos a assistência do Estado em fatores de produção cessaria, passando a ser exercida individualmente pelos colonos ou por sociedades por eles constituídas⁴⁸.

⁴⁸ Boletim Oficial I, nº 25, de 1919.

Conforme dito, o Estado colonial não tinha meios e nem recursos para explorar essas terras e nem mesmo os colonos. Conforme Zamparoni (2007, p. 82), "a busca por terras "indígenas" (...) não era exercida exclusivamente por capitalistas interessados em lucros imediatos. Também os pequenos colonos e funcionários mal punham os pés no continente e logo procuravam tornarem-se senhores de terra, mesmo não dispendo de capitais ou conhecimentos para dedicar-se ao empreendimento agrícola, deixando-o no abandono". Ter terra, preferencialmente de grande lote, ainda que abandonado e inculto, representava um capital simbólico⁴⁹. Porém, não há margem de dúvida de que alguns interessados esperavam o momento adequado para especulação.

Portanto, o projeto do Estado colonial para o povoamento branco em pouco tempo fracassou, pois entre 1928 e 1930, a população não "indígena" não representava nem um por cento da população total de Moçambique (ZAMPARONI 2007, p. 92). Apesar deste fracasso, a concessão de terrenos não deixou de afetar profundamente a população "indígena". Até 1950, na larga faixa que ia de Umbelúzi a Goba, todos os terrenos estavam concedidos aos colonos, não havendo nenhuma reserva com acesso ao rio Umbelúzi para as populações "indígenas"⁵⁰. Na Catembe, nos anos 1940, as poucas melhores terras estavam em concessões européias, e outras subarrendadas que eram aproveitadas pela população "indígena" para a cultura intercalada de batata doce, algum milho e especialmente para a mandioca⁵¹. Zamparoni (2007, p. 77-107) explorando *O Africano*, jornal editado em Lourenço Marques, analisou muitas dessas marcas sobre a população "indígena" decorrentes da expropriação de terras que não só afetou a agricultura "indígena" bem como a criação de gado, que por sinal era a principal riqueza da região, "a prática européia de cercar terras colidia frontalmente com o ancestral método de pastoreio, por deambulação" (ZAMPARONI, 2007, p. 100).

Pelo diploma legislativo nº 297 de 11 de abril de 1931, foram extintos os serviços de colonização do Umbelúzi. Os relatórios da circunscrição de Maputo dos anos 1940

⁴⁹ Ver Zamparoni (2007) e o Relatório das circunscrições do Distrito de Lourenço Marque, 1911-1912. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1913, p. 10-3.

⁵⁰ Silva, J. F. 1942. Em 1942, no vale do Umbelúzi registraram-se conflitos entre os concessionários "Esperança Agrícola", uma empresa em constituição, com Jose Joaquim Verde Castro.

⁵¹ AHM, FGLM, Cx 196, J.R. Brito, 1946.

reportam a colonização do vale do rio Maputo, área mais rica para agricultura comercial como se pretendia com o projeto colonial e a mais povoada pela população “indígena” (MAÚNGUE, 2001, p. 20-40, 45-46)⁵². A colonização do vale de Maputo cedo gerou muita correspondência mostrando a discórdia da administração da circunscrição de Maputo para com o governo central, um verdadeiro conflito entre a teoria, decidida em gabinetes, e a prática, vivenciada pelos administradores

*"Afugentando o "indígena" das margens do Maputo (a parte mais populosa da circunscrição) e como nos machongos aproveitáveis, parte da população também já ali está fixada, para onde iria depois aquela outra, a grande parte da população? Para a aridez das regiões sem água? Evidentemente que não. Marcharia fatalmente para a reserva da sua tribo no território sul africano – sugadouro permanente de população desta área, de cada vez que a perturbem na fixação tranqüila do seu direito de vida" (CASTEL-BRANCO 1945, p. 3)*⁵³

Nos anos 1950, o Estado colonial retomou o projeto de povoamento branco através da criação de colonatos. A área entre a costa e Futi foi considerada reserva de colonização. Por iniciativa de Amadeu Ferreira, na altura administrador, foram criadas reservas para as populações locais, cujo objetivo principal era combater a emigração clandestina para territórios vizinhos que amiúdes vezes é referenciada nos relatórios da circunscrição (MAÚNGUE, 2001, p. 40)

Em 1958, trinta e duas famílias foram fixadas em Salamanga, margem direita do rio Maputo, e trinta e duas famílias, na margem esquerda, área de Santaca em 1959. Em 1960, no vale do rio Maputo, foram demarcados 108 talhões, 45 dos quais na margem esquerda e 63 na margem direita cada com uma extensão aproximada de 300 ha. E, em cada margem foram demarcados cinco talhões como reservas “indígenas”. É deste projeto que iniciou a cultura do arroz, especialmente. Em complemento, foi montada uma fábrica de descasque de arroz em Bela Vista (MAÚNGUE, 2001, p. 39-40).

⁵² Segundo Castel-Branco, administrador da circunscrição em 1945, "15390 indivíduos vivem junto do vale daquele rio [Maputo] e 6520 junto das restantes linhas de água, dentro da reserva da margem direita". Maúngue (2001) na monografia para a graduação zoneou o Sul da baía de Maputo em cinco áreas ecológicas.

⁵³ AHM, FGLM, Cx 275, carta confidencial, datada 31 de outubro de 1945, do administrador A.S.F. Castel-Branco ao Exmo Sr Director da Repartição Provincial da Agrimensura do Sul do Save.

Nos princípios da década 1960, Armando Jose Rosinha, delegado da sanidade pecuária de Bela Vista, sede da circunscrição de Maputo, afirma que apesar do abate deliberado de paquidermes, cerca de 2000, somente na margem esquerda do rio Maputo, que se presumia fosse disponibilizar mais áreas para cultivo, as populações não se beneficiaram de mais terra e, por isso, tiveram de continuar a emigrar, por um lado ou a desfazer-se dos seus gados, por outro. Por essa altura, a circunscrição de Maputo tinha 80 000 cabeças de gado, das quais 75% eram pertencentes aos “indígenas” e, inversamente os europeus detinham 75% das melhores terras⁵⁴. Muitos relatórios mencionam neste contexto conflitos entre os concessionários e as populações locais devido aos cercamentos das terras que impediam o livre apascentamento e dessedentação do gado.

A perturbação na fixação tranquila dos “indígenas” a que se referia Castel-Branco em 1945, era ao conjunto de pressões extra-econômicas sobre a população local praticadas pelo Estado colonial português que compreendiam desde a cobrança de impostos, sobretudo o de palhota, recrutamento militar, o cultivo forçado, desterro e trabalho correcional, lei do passe com o objetivo único de capitalizar as relações de produção através da proletarianização da mão-de-obra “indígena” (ZAMPARONI, 2007). Já no relatório da circunscrição de Maputo de 1911-1912, Pedro Alexandrino Rodrigues afirmava que os meses de maior emigração eram os do recrutamento militar e da cobrança do imposto de palhota. Nem nas três décadas seguintes foi possível travar a emigração clandestina como constatou Hortêncio Estevão de Sousa (1947) nos “Os apontamentos sobre o movimento migratório”

Do outro lado da fronteira, na faixa norte da Zululandia que confina com o nosso território, foi creada (...) uma reserva especial para o povo ‘tembe’ onde este vive no uso do seu direito tribal (...). Não são permitidas naquela reserva, quaisquer concessões de terrenos para fixações de europeus, nem ali são consentidos quaisquer recrutamentos civis ou militares, que causem perturbação à quietude tribal estabelecida (p.3)

Outro óbice no controlo e fixação de mão-de-obra para a administração colonial na região é o ecológico; maus anos agrícolas e os paquidermes. Pedro Alexandre Vianna Rodrigues entre 1909 e 1912 pontuou a questão ecológica como um fator de emigração

⁵⁴ Relato autobiográfico de Armando José Rosinha a partir de uma entrevista de Gerhard Liesegang, janeiro de 1987, p. 13.

É sabido que a irregularidade das chuvas nos últimos quinze a vinte anos se tem feito sentir bastante, causando graves prejuízos a agricultura, e, portanto, a alimentação dos povos (RODRIGUES 1909-1911, p. 136)

Devido ao mau ano agrícola a emigração aumentou, passando o número de emigrados com passe passado nesta administração, a ser de 2:454 contra 1:807 do ano anterior (RODRIGUES 1911-1912, p. 48)

Embora Rodrigues (1911-1912) se tenha referido especificamente a emigração legal, um relatório da Circunscrição registrou em 1910 que "milhares de indígenas que fixaram residência no Transvaal sem o conhecimento das administrações"⁵⁵.

A questão ecológica é recorrente em todo o período colonial. O relatório da circunscrição de Maputo de 1913-1914, página 64, reporta que "no ano de 1913 houve a diminuição de 3.556 pessoas, atribuída à *fome* que fez sair bastante gente das terras, além das mortes que devem ter subido a um elevado número". Não existem outros dados para aferir essa informação, mas por si só ela é indicadora do impacto da fome na estrutura demográfica da região⁵⁶. A inspeção de 1954 também pontua a questão ecológica como um fator de emigração para o Rand devido à destruição de culturas por paquidermes e falta de água.

Outra contradição da política de fixação de mão-de-obra do Estado colonial português foi o reduzido mercado de trabalho e os níveis salariais na região. A inspeção ordinária à circunscrição de Maputo em 1954 reporta-se a dimensão do espaço de emprego e níveis salariais. Era um pouco mais de uma dezena de empresas entre serrações de madeira, fabrico de cal e salinas na sede, pedreiras em Chagalane e salinas na Catembe consideradas industriais e, existiam ainda, segundo a mesma inspeção, sete empresas agropecuárias e 50 agricultores em Umpala, Catembe, Bela Vista, Porto Henrique, Chagalane e Umbelúzi. Poucas empresas empregavam mais de 100 trabalhadores⁵⁷. Os salários diferenciavam-se em 200 escudos mensais para eventuais, 180 escudos para a

⁵⁵ Relatório das circunscrições 1909-1910 p. 117, assinado por João Bravo Falcão, então administrador Interino da Circunscrição .

⁵⁶ Vianna Rodrigues (1909, p. 142) indica que a população da circunscrição de Maputo era de 7 475 homens, 7676 mulheres, 7 311 crianças para o ano de 1908.

⁵⁷ A população "indígenas" na mesma inspeção é indicada como totalizando 47 649, entre 23 021 homens e 24 673 mulheres.

indústria e 150 escudos para contratados na agricultura, geralmente recrutados noutras divisões administrativas. Na documentação avulsa que encontrei, desarrumada e exposta à deterioração, sob custódia da esquadra da polícia junto ao posto administrativo, 80 registros com dados biográficos de trabalhadores recrutados em Chibuto, distrito da atual província de Gaza, para Catuane nos anos 1940. As idades dos recrutados variam muito sendo a idade mínima 16 anos e, não constam mulheres. Certamente havia contratados recrutados em outras áreas administrativas nomeadamente Zavala, e outras áreas de Inhambane⁵⁸.

Em 1954 o administrador afirmava que a emigração legal era insignificante e, calculava em 80% os homens emigrados clandestinamente⁵⁹. Portanto a emigração clandestina superou muito os índices de emigração legal, como veio a constatar a "Inspeção dos Serviços dos Negócios Indígenas sobre o movimento migratório de indígenas entre a colônia de Mocambique e os territórios estrangeiros vizinhos" em 1947, cujo material foi coligido por Hortêncio Estêvão de Sousa, então inspetor administrativo:

O grosso da emigração, como é natural, é para o Transvaal: pode afirmar-se que não há povoações do Sul do Save, incluindo as que ficam ao norte do paralelo 22, donde não saiam grandes contingentes de trabalhadores para o Transvaal (...) milhares de indígenas, embora podendo fazê-lo legalmente, preferem correr os riscos da emigração clandestina (p. 18)

Mais adiante nitidamente os "Apontamentos" (p. 18) sublinham quanto maior era a emigração clandestina "(...) há menos recrutados e mais clandestinos. Do Maputo sai tanta gente para as minas do Transvaal como para as açucareiras do Natal. Do Maputo sai gente ainda para o vizinho protectorado da Swazilândia"⁶⁰. Era, para onde, sobretudo, emigravam os abakwaMabudu como Santaca, um dos régulos de Maputo, descreve a

⁵⁸ Entrevistas. Em trabalho etnográfico para esta dissertação constatei que a associação de pescadores de Txutxa, em Catuane, na lagoa Pandjene, um número significativo de seus membros – identificados como matsuas – são oriundos de partes de Inhambane, nomeadamente Homoíne.

⁵⁹ A criação do posto administrativo de Manhoca, portaria nº 9.647, de 10 de Janeiro de 1953, tinha em vista estancar a emigração clandestina.

⁶⁰ Aliás nos anos 1850 os suazis tinham expandido o seu domínio para o interior da baía de Maputo, onde estabeleceram postos avançados que chegaram a consolidar a supremacia de Dlamini sobre o rio Tembe. A influência portuguesa nesta área foi imediatamente precedente da comissão anglo-portuguesa da delimitação da fronteira em 1888 que deixou as áreas da influência de Dlamini fora do Estado da Suazilândia (McGREGOR 1994, p. 549).

migração clandestina: “O clandestino sai da sua povoação e vai até à fronteira (com o Natal ou a Swazilândia), atravessando-a sem a menor dificuldade (...) No Natal fica logo como em terra própria⁶¹. Os apontamentos em referência elencam onze causas específicas para a preferência pela emigração clandestina, apesar de acordos de migração entre Portugal e Inglaterra, e depois África do Sul:

1. Fuga às inspeções feitas nos acampamentos de recrutamento legal, nas quais alguns “indigenas” são considerados inaptos;
2. Liberdade de escolher o serviço e o patrão, pois o contratado legalmente só pode trabalhar nas minas filiadas na câmara de minas;
3. Poder estar na África do Sul por tempo indeterminado, pois o contratado, segundo o artigo XII da convenção, não pode estar fora mais de 18 meses;
4. Não estar sujeito à permanência obrigatória mínima de 6 meses em casa entre dois contratos como reza o artigo VIII da convenção;
5. Não pagar a taxa de emigração de Esc. 140\$00 que incide sobre o contratado;
6. Não pagar taxas de importação do que compra na África do Sul;
7. Receber o salário por inteiro no local de trabalho ao fim do mês, contrariamente ao pagamento deferido ao contratado. Na África do Sul o poder de compra é maior pelos baixos preços e o inverso acontece no “território português”;
8. Burocracia para a obtenção da caderneta indígena, condição para emigrar legalmente;
9. Fugitivos ao trabalho compelido não mais podiam contatar as autoridades por temer represálias;
10. Localização distante dos acampamentos de recrutamento, quando as povoações estão próximas da fronteira;
11. O temor de viajar por mar

Por estes fatores, a migração clandestina progressivamente aumentou na proporção da maior regulamentação e controlo do fluxo migratório pelo Estado colonial português. Esse aumento foi propiciado pela reduzida capacidade de fiscalização e a fronteira-limite ainda

⁶¹ O régulo Santaca faz uma descrição do circuito da emigração ilegal, nos tempos da sua juventude quando emigrou ilegalmente, que foi incluída nos “Apontamentos sobre o movimento migratório de indígenas entre a colónia de Moçambique e os territórios estrangeiros vizinhos” coligidos por Hortêncio Estêvão de Sousa, 1947.

não havia ganhado a sua concretude (ZAMPARONI 2000, p. 556)⁶². Existe muita documentação constituída por correspondência até aos anos 1940 entre o Estado colonial português e a União Sul Africana sobre a demarcação da fronteira-limite no Sul de Moçambique o que testa que a fronteira-limite, embora tivesse sido estabelecida formalmente, até esse período não havia sido completamente demarcada contribuindo assim para que não se constituísse num grande óbice ao fluxo migratório.

3.3 A fronteira-limite e a migração após a independência

A prevalência da estrutura econômica colonial, o revés das políticas de desenvolvimento após a independência em Moçambique, o contexto da política regional, - Apartheid e guerra fria – a guerra civil em Moçambique, 1976-1992, são os principais fatores que neste período vão estruturar o fluxo migratório.

Até a proclamação da independência em Moçambique em 25 de Junho de 1975, a região ao sul da baía destacava-se pela criação de gado, sobretudo bovino, a cultura rizícola do colonato de Salamanga, fábrica de cal e algumas pedreiras. Eram apenas estes empreendimentos que constituíam o reduzido espaço de emprego para as populações locais que tinham que disputar as poucas vagas com os contratados noutras regiões administrativas. Na década 1960, com o crescimento da cidade de Lourenço Marques e na seqüência da maior demanda de carvão doméstico, a produção desta mercadoria surgiu como outra atividade de rendimento das populações. Por este déficit do mercado de emprego, baixos salários, más condições de trabalho e outras pressões do Estado colonial que atrás me referi, condicionaram que as populações da região vissem na migração um recurso alternativo para a sua sobrevivência. Os anos imediatamente precedentes à independência foram marcados pela redução desse parque de emprego nomeadamente com as cheias de 1972 que destruíram o colonato de Maputo.

Com a proclamação da independência em 1975, nova geografia foi imposta às populações pelo novo governo:

⁶² Zamparoni (2000) menciona o período entre 1903 a 1940, com documentação repleta de notas acerca da emigração clandestina com propostas e atitudes tomadas para reprimi-la.

1) a nacionalização da terra em 1976 e a socialização rural através da política das aldeias comunais, adotada em 1977 no 3º congresso da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, que é o movimento nacionalista armado que libertou Moçambique do colonialismo português). Os empreendimentos colonos abandonados foram convertidos em machambas estatais e, à luz da política das aldeias comunais, encorajou o emprego dos camponeses nestas machambas à medida que estabelecia paralelamente um sistema cooperativo;

2) para a concretização das políticas acima, o novo governo do Estado independente substituiu a estrutura local do poder pelos grupos dinamizadores, que era uma extensão do partido político governante ao nível da base da estrutura político-administrativa – o bairro ou a comunidade⁶³.

Sem ser minha intenção aqui analisar as políticas de desenvolvimento do Moçambique independente, importa mencionar que existem vários estudos sobre as políticas de desenvolvimento do período após a independência de Moçambique. Esses estudos têm em comum a busca por explicações para o fracasso das políticas de desenvolvimento no período pós-independência, porém divergem quanto às perspectivas de análise. Alguns colocam o acento tônico na explicação das origens da guerra civil em Moçambique como resultado das políticas de desenvolvimento cujo exemplo mais conhecido é o estudo de Geffray (1990). Outros como Abrahamson e Nilsson (1994), Egero (1987) e Adam (2006) combinam vários fatores entre o impacto da guerra fria, a seca e a fome, e a própria estratégia das políticas de desenvolvimento em si.

Para a região ao Sul da Baía de Maputo, Manghezi (2003) registrou entrevistas e cânticos dos resultados dessas políticas em Macassane, colonato rizícola abandonado após a proclamação da independência em 1975. Josefa Tembe, um dos entrevistados, assim relatou

(...) com a grande revolução que levou os portugueses a fugirem de Moçambique e ao estabelecimento do nosso próprio governo (...) regulados foram abolidos e substituídos por grupos dinamizadores (...) nos disseram

⁶³ A Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) transformou-se em partido político marxista leninista em 1977, durante o seu 3º congresso.

[perguntaram]: o colono que nos oprimiu e levou todas as nossas terras mais bonitas e férteis foi-se embora. O que temos a dizer sobre isso?

Segundo Josefa Tembe, essa questão foi colocada por funcionários do novo governo que já propunham a produção coletiva, nomeadamente através de cooperativas agrícolas e machambas estatais, e a adesão da população foi maior: "Nós respondemos e dissemos que, agora que o colono tinha partido, todos nós aceitávamos o nosso próprio governo e havíamos de obedecer a tudo o que governo nos dissesse para fazer".

Josefa Tembe mais adiante deixa transparecer que a coletivização da terra teve muita adesão popular quando se pronuncia que "(...) a machamba parecia muito pequena em face da multidão."

Em curto tempo as novas políticas de desenvolvimento mostraram os seus reveses. O entusiasmo inicial que mobilizou toda a população rapidamente se desvaneceu por não se efetivarem as promessas feitas nos discursos, nomeadamente a que prometia rápida melhoria das condições de vida das populações. As políticas enfermaram por terem sido incapazes de redistribuir os excedentes de produção e do dinheiro provenientes da venda conforme preconizado, para além dos desvios de equipamento por pessoas ligadas à chefia destas políticas como consta deste trecho. "(...) as coisas começaram a andar mal, e isso foi por causa de dinheiro, pois algumas pessoas receberam, mas a maior parte ficou sem pagamento. Isso criou frustração e conflitos" (TEMBE apud MANGHEZI 2003, p. 44).

O descontentamento da população generalizou-se e surgiram alguns cânticos que aludiam à existência de novos exploradores

Camaradas
Camaradas, oiçam todos vocês, Camaradas
Em casa dos exploradores de Josina
Vamos trabalhar para eles?
Em casa dos exploradores de Josina
Vamos trabalhar para eles?
(MANGHEZI 2003, p. 57)

A este descontentamento adicionou-se a movimentação coercitiva das populações para as aldeias comunais a partir de 1979, em parte, segundo McGregor, justificada pela

intensificação das ações militares do Movimento Nacional de Resistência – RENAMO⁶⁴. A seca, a falta de sementes e de equipamento e a redução de gado bovino interagiram para a desmoralização da população. O mercado do trabalho migratório oficial, pelas limitações impostas pelo governo sul africano a partir de 1976, havia definhado logo depois da proclamação da independência. Isto, entretanto, não afetou a emigração dos naturais da região – abakwaMabudu – que não dependiam exclusivamente do mercado mineiro de trabalho, pois as redes familiares davam acesso a outros mercados como plantações, comércio, empregados domésticos, construção e serviços, quer na África do Sul quer na Suazilândia. Por ser uma região de fronteira, à emigração dos abakwaMabudu adicionou-se a emigração clandestina de pessoas majoritariamente oriundas das províncias de Gaza, Inhambane e cidade de Maputo e de outros países que têm na região um ponto de trânsito. Importa referir que nem todas as pessoas em trânsito foram bem sucedidas – muitas se tornaram mão-de-obra residual que abasteceu de trabalho as machambas estatais do Sul da Baía de Maputo (McGregor 1998, p. 45).

A guerra civil que na região intensificou-se entre 1984 e 1989, para além de elevado número de mortos e inválidos, causou inúmeros prejuízos à economia local com a destruição quase total de infraestruturas econômicas e sociais básicas – incluindo o encerramento de machambas estatais e desestruturização das aldeias comunais e um grande despovoamento resultante da massiva emigração para a África do Sul⁶⁵. Áreas mais adjacentes à fronteira como Zitundo e Ponta de Ouro, incluindo Tinonganine, ficaram sob o domínio da RENAMO.

⁶⁴ A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) de oposição à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento nacionalista que através das armas conduziu à libertação e proclamação de Moçambique independente em junho de 1975. Segundo a historiografia apresenta três interpretações; uma que vinca origens externas como por exemplo a história oficial, outra que vinca origens internas como por exemplo Geffray (1990) e outra que equaciona as duas origens como são os casos de Abrahassom e Nilsson (1994) e Adam (2006). No final dos anos setenta, a Renamo era vulgarmente conhecida por ser uma espécie "bando armado", apostava na destruição do país a soldo dos regimes racistas da região. Recebia apoio da Rodésia, África do Sul e dos EUA. As suas acções concentravam-se até 1980, nas regiões de Manica, Sofala e Tete. Após a queda do regime da Rodésia (18 d Abril de 1980), a sua base de apoio deslocou-se para a África do Sul, o que lhe permitiu estender a sua ação às províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. Para além dos apoios exteriores, a RENAMO, capitalizou o apoio de um número crescente de moçambicanos descontentes com o rumo que o país seguia, nomeadamente os camponeses cujas terras haviam sido nacionalizadas, os chefes "tradicionais" ostracizados pelo Governo, etc. Em Outubro de 1992, a RENAMO assinou, em Roma, um Acordo de Paz com o governo da FRELIMO e, em 1994 realizam-se as primeiras eleições democráticas em Moçambique. Até aos dias de hoje, a RENAMO continua a ser a principal força de oposição política.

⁶⁵ Kloppers (2004, p. 79) prova o despovoamento comparando fotografias aéreas.

A intensificação da guerra civil adicionou-se ao fracasso das políticas de desenvolvimento que acima foi brevemente descrito. Muitos moçambicanos da área ocidental, ao sul da baía de Maputo, famílias inteiras atravessaram a fronteira para a Suazilândia e nem todos foram para os campos de refugiados, mas sobreviveram semi ou ilegalmente como trabalhadores, serventes, pequenos comerciantes (McGregor 1994, p. 545-546). Aliás, atrás foi dito que parte Sudoeste da Baía de Maputo esteve sob o domínio do Estado suazi na segunda metade do século XIX e essa ligação passada era acionada nessa conjuntura de crise. A África do Sul terá sido o principal destino da emigração das áreas de Catuane, Manhoca, Puza e Guebeza devido à intensificação da guerra civil.

Segundo Kloppers (2004) a fronteira-limite Sul entre Moçambique e África do Sul, determinada entre 1875-1891, dividindo a unidade política e cultural dos abakwaMabudu entre as áreas de influência portuguesa para os do Norte e britânica para os do Sul, não foi assumida pelas populações desta unidade. Como foi referido no capítulo I, a autoridade de Ngwanase e seus seguidores prevaleceu em ambos os lados da nova fronteira-limite, apesar dos esforços dos portugueses no norte para lhe eliminar e assimilar seus súbditos à cultura portuguesa. Usando a tipologia de Martinez, Kloppers (2004) classificou a fronteira-limite Sul de Moçambique, entre 1875-91 e 1975, como interdependente o que é corroborado pela documentação colonial sobre fronteiras e entrevistas recolhidas por Manghezi (2003). A fronteira-limite só se tornou obstáculo na vida cotidiana das comunidades por si atravessadas depois da independência de Moçambique em 1975, tornando-se uma fronteira alienada segundo a mesma tipologia de Martinez (1998 apud KLOPPERS 2005) devido à oposição pública do novo governo, marxista-leninista, em Moçambique ao governo de Apartheid, racista e minoritário, da África do Sul e ao suporte dos movimentos de libertação região Austral de África nomeadamente na própria África do Sul e na Rodésia do Sul⁶⁶. Essa situação, somada à guerra civil transformaram as áreas de fronteira-limite em zonas de guerra, fortemente militarizada e patrulhada. Importa ressaltar que apesar deste óbice, que Kloppers (2005, p. 94) circunscreve à relação entre os Estados, ao nível da micro-análise, do cotidiano das comunidades de fronteira-limite, a migração classificada como clandestina foi neste período intensificada não só por motivações econômicas, mas, sobretudo por razões de segurança física. Acrescenta Kloppers que contrariamente à divisão, a fronteira-limite neste período da guerra civil foi mais um fator de união entre os

⁶⁶ O Estado independente de Moçambique apoiava o ANC (Congresso Nacional Africano) da África do Sul e ZANU-FP (Movimento de Libertação do Zimbábue).

abakwaMabudu do sul, do lado sul africano que acolheu os do norte, do lado moçambicano, que para lá procuraram refúgio.

Os estudos de caso de Kloppers (2005) ilustram como as ligações históricas que extravasam a fronteira-limite que remontam desde finais do século XIX permaneceram importantes e usando a expressão de McGregor (1994, p. 546) constituíam instituições sub nacionais que conferiam identidades e direitos na zona de fronteira-limite

O investimento do Estado na vedação, eletrificação e patrulha da fronteira não eliminou o movimento através da fronteira, isso não removeu a oportunidade para os benefícios econômicos e políticos e para a segurança física através da fronteira (McGregor 1994, p. 566)

A travessia da fronteira-limite de Moçambique para a Suazilândia e mesmo para a África do Sul foi relativamente fácil para os abakwaMabudu que rapidamente eram integrados na sociedade receptora pois gozavam a vantagem da ligação de parentesco e ou alguma amizade. Porém outros que não eram necessariamente abakwaMabudu foram também acolhidos por serem oriundos de Moçambique (KLOPPERS 2004, p. 93). Os principais destinos de emigração na África do Sul durante a guerra civil foram Manguzi e KwaMshudu, áreas do lado de Moçambique contíguas a Puza e Zitundo respectivamente.

Com o fim da guerra civil em Moçambique em 1992, muito poucos dos que emigraram, forçados pelas circunstâncias, retornaram às suas terras e, soldados desmobilizados e refugiados de outras áreas, sem ligações ancestrais com a terra, povoaram a região tornando-a etnicamente diversa e distinta do que ocorreu no lado sul-africano.

No capítulo que segue trato das questões identitárias, corolário do que foi abordado nos capítulos II e III.

4 .FRONTEIRAS DOS ABAKWAMABUDU NOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA-LIMITE

É neste capítulo que procuro materializar o título que atribui a este estudo "Território vivido e o mapa colonial...". No traçado histórico feito no capítulo II desta dissertação mostrei quão foi artificial o traçado de fronteira-limite por dividir uma comunidade político-cultural, com uma historia de pouco mais de um século – os abakwaMabudu. No capítulo III procurei mostrar como é que o conteúdo ou o significado desse limite modificou e foi modificando. Por isso importa neste capítulo começar por recapitular brevemente os capítulos II e III com enfoque para o surgimento e a extensão da comunidade político-cultural abakwaMabudu por um lado e, por outro, o impacto dos eventos político-históricos na região sobre esta comunidade.

Como vimos no capítulo II sobre a história política da região Sul da Baía de Maputo, por fissão à linhagem nuclear Tembe e conquistas na direção Sul do rio Maputo nos anos 1740-1760, Mabudu-Tembe constituiu uma unidade política e cultural-identitária reconhecida como abakwaMabudu que se estendia entre os rios Maputo e Mkhuze e entre Pongolo e o Oceano Indico. Esta unidade política e cultural-identitária foi bipartida por essa delimitação e demarcação da fronteira-limite entre 1875-1891 – a parte Sul na África do Sul e a parte Norte no Sul de Moçambique.

Kloppers (2004) embasado na tipologia de fronteiras de Martinez (1998) analisou a dinâmica dessa fronteira-limite em dois níveis; o macro centrado nas relações entre os países limítrofes e o micro centrado nas múltiplas relações entre as populações fronteiriças. Estabeleceu um quadro de periodização que toma como primeiro período da delimitação até 1975, ano da independência de Moçambique, o segundo deste período até ao fim da guerra civil em Moçambique e por último o período após a guerra civil e o fim do Apartheid, portanto em 1992-1994.

A fronteira-limite no primeiro período, entre 1875 e 1975, ao nível macro era do tipo interdependente pela relativa cooperação entre os Estados coloniais português e britânico/sul africano (KLOPPERS 2004, p. 56). Como vimos no capítulo III, a

homogeneidade cultural e a franca circulação das pessoas de um e o outro lado da fronteira caracterizaram o período.

Em 1975, com a independência e o posicionamento político de Moçambique, que constituía uma ameaça ao regime minoritário racista da África do Sul, afetou o ambiente social da fronteira-limite com a sua forte militarização. A África do Sul aumentou a sua presença militar e tentou criar um Estado tampão – Ingwavuma Deal – o que concorreu para a restrição e difícil circulação de pessoas. A alienação da fronteira-limite foi agravada com a guerra civil que atingiu o distrito de Matutuine em 1984 e que levou à sua militarização até ao fim da guerra em 1992. A guerra civil também forçou muitas pessoas do lado moçambicano da fronteira-limite a refugiarem-se em KwaZulu-Natal e outras partes da África do Sul em busca de segurança pessoal⁶⁷. Kloppers (2004) recolheu depoimentos dos que vivenciaram a chegada massiva de imigrantes despossuídos de quaisquer meios de sobrevivência, do lado sul africano da fronteira-limite. Os que tinham parentes rapidamente tiveram acomodação e alguma terra para cultivar entretanto, "Os que para lá imigravam sem parentes procuravam vilas para se empregarem nomeadamente Makuzi, Matuva, Pangueni, Hluhluwe onde tem muitos empresários que têm movimento de machambas de cana doce, ananás. Tem uma fábrica lá na costa onde tem muitas empresas aonde chegam comboios de carga e descarga... lá onde há emprego"⁶⁸.

Aqui se denotam dois vieses de emigração; um dos naturais, os abakwaMabudu do lado da fronteira de Moçambique, e o outro de pessoas que são imigrantes na área dos abakwaMabudu em trânsito para África do Sul. Regra geral a extensão de emigração dos abakwaMabudu esteve associada aos laços de parentesco que, em termos territoriais, estende-se até a zona rural e pequenas vilas contíguas à fronteira-limite como já fiz referência acima.

Esta emigração forçada de moçambicanos para KwaZulu-Natal e outras partes limítrofes com a África do Sul se deu com recurso às antigas ligações históricas entre os abakwaMabudu do Norte e os do Sul, e estes últimos funcionaram como receptores dos emigrados forçados. Por esse fato Kloppers (2004, p. 75) argumenta que durante a guerra

⁶⁷ Kloppers (2004) descreve e analisa nove casos de estudo sobre a guerra civil no lado da fronteira moçambicana.

⁶⁸ Senhor Mlambo, meu entrevistado, abril de 2008.

civil, em contraste com o crescente fortalecimento da fronteira-limite, estreitaram-se as relações entre as populações fronteiriças

Antigas relações transnacionais são reforçadas e novas são criadas em tempo de guerra. Ligações históricas, de parentesco e de amizade tornaram-se importantes linhas de organização para as populações no ambiente social de fronteira (KLOPPERS 2004, p. 93)

O fortalecimento das relações foi novamente incrementado após o fim da guerra, com a abertura oficial da fronteira-limite entre Moçambique e África do Sul em Março de 1994, com impacto direto nas populações transfronteiriças de um e de outro lado. Comparando KwaZulu-Natal, relativamente desenvolvido, e Matutuine, pobre – Kloppers (2004, p.132-138) observou que, nesta nova conjuntura, muitos moçambicanos atravessaram a fronteira para Kwazulu-Natal, para visitarem familiares, procurar emprego, fazer compras e venda de produtos, obter serviços de saúde, adquirir documentos de identificação, assistência a funerais e rituais, religião e escola.

Por outro lado, com o final da guerra civil também começou o movimento de regresso para Moçambique; entretanto, dos muitos que tinham emigrado e vivido em KwaZulu, poucos regressaram e foram povoar a área a Este do rio Maputo, bem drenada e melhor para a produção agrícola, do que as áreas de KwaZulu-Natal, portanto do outro lado da fronteira-limite. Muitos preferiram permanecer na África do Sul e visitar Moçambique temporariamente para trabalhos agrícolas, pesca e caça.

As populações emigradas receberam retornar ao país após a guerra civil por informações segundo as quais as suas terras tinham sido ocupadas por sul-africanos (Revista Tempo. Maio, 1999 "Matutuine ainda precisa de ajuda")

Outros ainda fazem uma migração pendular, pois para além de buscarem o recurso terra para a agricultura, que lá é escasso por consequência da construção da reserva de Ndumo, também as suas necessidades em água são supridas pelo rio Maputo que está do lado moçambicano da fronteira-limite. Durante o trabalho de campo realizado na área no posto administrativo de Catuane, no posto fronteiriço de Txovane, cerca de 7 Km da sede, observei esse movimento principalmente de mulheres portando enxadas e alguns produtos agrícolas, entre eles cana-sacarina, que no final da tarde atravessavam a fronteira para o

lado sul africano. Informantes no local, incluindo o meu guia de campo, disseram que outro fluxo vindo do lado sul africano para o lado moçambicano é gerado pelo negócio de peixe e alguns indivíduos que chegam para empregar-se como auxiliares dos pescadores locais da lagoa Pandjene.

Outro efeito do fim da guerra civil em Moçambique e do fim do Apartheid na África do Sul é o fato de que o distrito de Matutuíne voltou a ser um corredor de emigração clandestina de pessoas oriundas dos mais variados cantos do país inclusive estrangeiros⁶⁹ para a África do Sul. Nem todos entretanto transitam para o outro lado e acabam por permanecer no distrito, integrando-se nas comunidades locais. Para além destes, soldados desmobilizados, carvoeiros imigrantes, imigrantes oriundos de Maputo à busca de emprego, fixaram-se no distrito tornando-o étnico e culturalmente heterogêneo, diferentemente do que ocorre do lado sul-africano (KLOPPERS 2004, p. 221).

Com base nestas dinâmicas da fronteira-limite desenvolvidas por Kloppers (2004) procuro centrar-me, a seguir, nos processos identitários no Sul da Baía de Maputo decorrentes dessas dinâmicas e das expostas nos capítulos anteriores.

⁶⁹ Kloppers (2004, p. 129-130) indica cerca de 3000 imigrantes ilegais de outros países presos pela policia sul-africana entre 1995 e 2002.

Redes transfronteiriças no Sul da Baía de Maputo

Tipo de rede	Características gerais
Sobrevivência (Terra, água e mercado)	Esta rede gera o cruzamento diário da fronteira-limite no sentido África do Sul para Moçambique, pois este é comparativamente rico em terra para agricultura nomeadamente as margens do rio Maputo, a própria água para o consumo e higiene e o peixe. Muitas mulheres atravessam a fronteira de manhã e só retornam no fim da tarde para o lado sul africano. As feiras de mercado na fronteira também geram fluxo nos dois lados da fronteira
Político-ideológico-cultural	Os vínculos de ordem cultural-identitária mantidos entre os dois lados da fronteira cujos pressupostos são o fato de se reconhecerem historicamente como uma unidade una sobre a qual foi imposta uma divisão; o núcleo político da unidade com a divisão imposta ficou do lado sul africano e na atualidade esse núcleo reclama o direito de empossar os designados líderes tradicionais no Sul de Moçambique.
Parentesco	Fortes laços afetivos e de parentesco são mantidos entre os migrantes mandindindi na África do Sul e seus familiares que vivem do lado moçambicano da fronteira. São constantes, assim, as viagens transfronteiriças, nos dois sentidos.
Movimentos sociais	Atividades religiosas têm movimentado muitas pessoas para ambos os lados da fronteira-limite. Exemplo da Igreja Doze Apóstolos, cujo chefe reside em Mabudu.
Serviços	Muitos mandindindi recorrem aos serviços de saúde e comércio na África do Sul, pois do lado da fronteira moçambicana estes serviços geralmente são mais precários, gerando assim fluxos temporários bastante intensos. Por outro lado, a condição de bi nacionalidade dos Mandindindi favorece-lhes para o usufruto de benefícios como aposentadoria e pensões e outros benefícios previdenciários garantidos pelo Estado sul africano nomeadamente a habitação.
Económico ilegal	Tráfico de drogas, especialmente da <i>canabis sativa</i> é cultivada do lado moçambicano cujo grande mercado é a África do Sul. Também constitui um corredor de contrabando de diversos produtos alimentares da Africa do Sul para Moçambique, incluindo veículos.

4. 1 Fronteiras identitárias

4.1.1 De Zulu a AbakwaMabudu e de AbakwaMabudu a Zulu: o percurso de uma identidade

Já me referi que a fronteira-limite arbitrada por Mac-Mahon e os acordos subseqüentes ocorridos entre 1875-1891 no Sul da Baía de Maputo atravessou os abakwaMabudu – uma unidade político-identitária – que majoritariamente ficou entre o Sul de Moçambique, sob a administração colonial portuguesa, e a outra parte dos abakwaMabudu no Norte de do rio Mkhuze, portanto doutro lado da fronteira da África do Sul, sob a administração colonial britânica. Importa sublinhar que esta extensão foi reclamada por Zambili que, no quadro da delimitação da fronteira-limite, tentou negociar e manter a sua integridade territorial. Alegando ter sido tributária dos Zulu, Zambili pediu o protetorado britânico em 1887 que lhe foi garantida sob condições que já descrevi no capítulo II. A solicitação do protetorado remete-nos às teorias de etnicidade quando abordam a mobilidade identitária e as relações entre poder, identidade e etnicidade. Era inconveniente à elite política de Mabudu-Tembe o sistema de administração português, que primava pela substituição das elites políticas locais, por uma nova administração que servisse os interesses coloniais. Em contrapartida o sistema colonial britânico assegurava-lhes o estatuto autônomo, o que, de alguma maneira, permitia continuar a deter o poder entre sua gente. Porém, nos anos 1888 e 1891 a Zululandia/KwaZulu anexou a parte Sul da extensão territorial de Mabudu-Tembe do rio Mkhuze até ao paralelo entre confluência dos rios Pongolo e Usuthu e o Oceano Índico, que é a atual fronteira-limite entre Moçambique e a África do Sul.

Vimos na última seção do capítulo II que Ngwanase aceitou em 1897 o protetorado britânico e entre 1902 e 1904 Maputaland foi declarado terra de Mabudu-Tembe com estatuto especial e autônomo e administrado como distrito de Ingwavuma da Zululandia. Em 1910 foi incorporado na União Sul Africana e depois de 1961 na República da África do Sul. Aos cinco de Novembro de 1926 Maputaland passou a designar-se Ingwavuma e, segundo Webster (1991, p. 248) em 1934 aproximadamente 62% dos habitantes de Ingwavuma estavam sob a administração de Mabudu-Tembe e, os restantes habitantes do distrito eram presumivelmente Zulu.

Em 1948, o Partido Nacional ganhou as eleições na África do Sul e introduziu o regime do Apartheid que concebia a população negra como um conjunto de nações autorizadas a se constituírem em Estados Nações separados – Homeland, também conhecidos como Bantustões. Por outras palavras significa que concebia a África do Sul não como uma sociedade multirracial, mas de muitas nações, que em tese, teriam autonomia para controlar seus destinos e preservarem suas identidades, embora, na prática prevalecessem o poder e os privilégios da minoria branca.

Em março de 1970, John Vorster, anunciou que qualquer "Homeland" estava livre de pedir independência completa da República da África do Sul – era a declaração do desenvolvimento separado dos Homeland. O anúncio de Vorster levou a criação do governo regional da Zululandia em 11 de Junho de 1970, que incorporou todas as autoridades tribais e regionais que tinham sido instituídos (BREYTENBACH 1974, p. 7 apud KLOPPERS 2004, p. 48). Em 1 de abril de 1972, a assembleia legislativa da Zululandia mudou o nome de Zululandia para KwaZulu e, em 28 de janeiro de 1977 ao KwaZulu foi conferido o estatuto de governo autônomo. Até aos finais dos anos 1960, o governo sul africano reconhecia a população de Mabudu como etnicamente Tonga, mas em 1976 Maputaland foi incorporado ao KwaZulu-Natal e a sua população classificada como Zulu (KLOPPERS 2003, p. 7).

Como resultado destes eventos constitucionais na África do Sul nos anos 1970, incrementou-se a influência Zulu entre os abakwaMabudu, cujo prelúdio como foi apontado por Harries (1994) devido à "necessidade de muito cedo os homens falarem Zulu para poderem fazer o comércio com populações vivendo no Sul" e obterem emprego, cujo mercado "nas zonas urbanas e minas foi crescendo entre 1860 e 1880". Na mesma linha Webster (1991, p. 253) observou que o incremento da influência Zulu não só resultou de uma engenharia política, mas também da interação de fatores sócio-económicos. Esta conclusão é corroborada por Kloppers (2004) quando compara Matutuine e kwaZulu-Natal para mostrar as tendências de transnacionalidade. Aqui se aplica o conceito de tradução identitária em contexto migrante ou a redução da transnacionalidade, pois a tendência é de permanência definitiva no lugar de migração pelas vantagens comparativas, mas pressupondo a tradução identitária como uma estratégia para o acesso aos recursos,

nomeadamente emprego e outros direitos de cidadania sul-africana⁷⁰. A tradução cultural, através da adoção de alguns aspetos culturais como a língua – Zulu - e nomes de origem zulu, não anulou a identidade primária dos abakwaMabudu do Sul, como observou Kloppers (2004, p. 209) “a família real Tembe e todos parentes a si ligados negam qualquer conexão entre os Tembe e os Zulu e enfatizam a unidade dos Tembe e anseiam um novo Estado livre da dominação Zulu⁷¹. Porém Kloppers (2004, p. 209) observou também que algumas famílias Tembe, entre homens e mulheres, enaltecem a identidade Zulu e repudiam os anseios da família real de fundar um Estado separado dos Zulu. Estes, que enaltecem a identidade zulu, enfatizam a diferença entre eles e todos aqueles que atravessaram a fronteira-limite⁷². Estas observações colocam-nos quatro cenários; I) dos que aceitaram a conquista e a dominação de Mabudu nos finais do século XVIII, II) dos que atravessaram a fronteira-limite já estabelecida – aqui nos referimos a partir dos que atravessaram com Ngwanase em 1896, com a conquista militar portuguesa, III) os que atravessaram subsequentemente e IV) os nascidos do lado da fronteira sul africana em todas as gerações aqui mencionadas. O nível de integração e o acesso aos recursos de vida nos quatro cenários pode diferir e, por conseguinte também pode diferir a relação de sentimento com a região de origem dos progenitores particularmente no último cenário cuja geração terá acumulado experiências bem diferentes por ter crescido em meio zulu⁷³. Aliás, podemos estimar, pela história política nos capítulos II e III deste trabalho, pouco mais de cinco gerações nascidas no lado da fronteira sul-africana o que pode justificar a menor intensidade destas no apego aos símbolos culturais – incluindo a língua – do que seria a “verdadeira origem”, a identidade primordial de Geertz. Portanto, a forma e a

⁷⁰ Depois de 1970, com a criação dos bantustões, esta cidadania foi tirada e somente devolvida com o fracasso da tentativa de estabelecer tais estados fantoches nos princípios da década 1980 (KLOPPERS 2004, p. 216)

⁷¹ No contexto das manipulações identitárias engendradas pelo governo sul-africano sobre os abakwaMabudu – a primeira para serem Zulu e a segunda para serem Swazi – a família real Tembe flutuou entre ambas, sem perder de vista a identidade primária ou primordial. A vacilação pode ser entendida pela necessidade de tentar manter o controle do poder, porém nem uma nem outra assegurava o pleno poder almejado pela família real e seus seguidores. Portes (1990) classificaria as atuais intenções políticas da família real Tembe como uma etnicidade reativa em resposta a alguma marginalização. Aqui vincam as teorias de etnicidade sobre fluidez identitária e o caráter primordial de Geertz (1996), sobretudo numa zona de fronteira-limite em que o mesmo grupo está entre países.

⁷² Para esta observação de Kloppers (2004) era importante uma especificação ou identificação dessas famílias Tembe. Não havendo indicações muito claras dessas famílias pode-se avançar a hipótese de famílias Tembe por via de casamento e entre conquistados e conquistadores nos meados do século XVIII e princípios do século XIX, portanto incluem-se no primeiro cenário dos quatro (veja o capítulo II).

⁷³ Veja as transformações políticas registradas a partir dos meados dos anos 1970, com a incorporação do Natal no kwaZulu.

ativação ou não da identidade primordial, está atrelada ao nível de integração na sociedade de imigração.

Embora Webster (1991) e Kloppers (2004), que se dedicaram ao estudo dos processos identitários no Norte de KwaZulu-Natal, não se refiram concretamente ao conceito de tradução identitária, reconhecem a prevalência da identidade abakwaMabudu – o que eles designam Tonga – com recurso a observação de algumas práticas culturais nomeadamente o consumo do peixe que entre os Zulu é tabu. Contrariamente, “na fronteira o peixe é a mais importante fonte de proteínas” (KLOPPERS 2004, p. 227).

4.1.2 A transnacionalidade dos Mandindindi: da colonização à Moçambique independente

Começo esta seção com a referência dos três intercâmbios de Kratochwil (1986)

entre a unidade territorial e o seu ambiente; entre a unidade e outras unidades e, o terceiro tipo entre o centro da unidade e sua periferia, onde a questão implícita é a percepção e aspirações dos habitantes da periferia em relação ao centro e vice-versa

Estes associam-se às noções de fronteira-limite como uma zona isolada, por coincidência com áreas de maior subdesenvolvimento (HERRERA 1997) e de maior criatividade postuladas por vários autores que ao longo deste trabalho tenho vindo a referir.

Como já anunciei um dos principais propósitos deste trabalho é a percepção dos Mandindindi como uma unidade identitária. Parte da literatura sobre identidade questiona a racionalidade de delimitar unidades identitárias, com argumentos de sua fluidez/portabilidade, permeabilidade e, outra ainda conceitua a identidade como algo abstrato. Mas de perto é possível circunscrever uma unidade identitária usando determinados critérios como a língua e a história de grupos como alguma literatura, que já fiz referência, argumenta. A língua e a "história real" dos grupos – que encerra origens e lugares – funcionam como uma espécie de identidades primárias sobre as quais outras identidades, secundárias, contextual e situacionalmente são acionadas ou evocadas.

Referência histórica para circunscrever os Mandindindi encontrou-as em Junod (1996) que classificou e descreveu a base da identidade territorial e política das populações do Sul do Save, incluindo o Sul da Baía de Maputo

Os verdadeiros Rongas são, parce-me, os clãs Mpfumu e Matola, situados a Oeste da Baía. Ao Sul da Baía encontra-se o clã Tembe e os seus subclãs que se tornaram independentes: Matutuine e Maputru (JUNOD 1996, p. 35-36)

Na região do Tembe, a maioria dos habitantes saúda-se por estas palavras: *xawani Tembe*: bom dia Tembe! Ora Tembe, nome do clã, significa não somente um grupo de pessoas, mas também uma certa parte do território situado ao Sul da baía de Espírito Santo [=Baía de Maputo]. (...) Há também subclãs do clã Tembe, que já adoptaram saudações especiais, porque formaram ramos colaterais da grande família Tembe (JUNOD 1996, p. 34)⁷⁴

Outra fonte, anterior a Junod, que alude distinções identitárias no Sul da Baía de Maputo é o relatório administrativo das circunscrições de Lourenço Marques de 1909⁷⁵ publicado por Francisco Ferrão, então Secretário dos Negócios Indígenas, no qual Pedro Alexandrino Vianna Rodrigues, então administrador interino da circunscrição de Lourenço Marques, fez a classificação dos povos habitantes à volta da Baía de Maputo

Hoje, entre os habitantes do Maputo, predomina o espírito dos bakalanga e dos zulus e, por isso, há duas como que espécies de tribus, e que, julgo poder dizer-se, seja devido às qualidades que os caracterizam.

Os habitantes de Matutuine e de Macassane, onde dominam os zulus, consideram-se superiores aos habitantes de [Ca]Tembe. São altivos, animados pelo espírito bellico e independente, às vezes traiçoeiros, e desconfiados quasi sempre. Os do [Ca]Tembe são menos altivos, menos bellicosos, mais submissos (...) e mais faceis de insinuações de *sympathia* (RODRIGUES 1909, p. 143)

O grupo Tonga é o que mais predomina nas terras denominadas Macassane e Matutuíne, e o grupo Mekalanga na Catembe (RODRIGUES 1909, p. 144).

⁷⁴ Outros autores como Rita-Ferreira (1982), Harries (1994), Kuper (1997) mencionam esse tipo de identidade territorial ancorada ao fundador da unidade política.

⁷⁵ Lourenço Marques era o topônimo colonial da atual província e cidade de Maputo. A área urbana, a norte da Baía, tinha a categoria de Concelho de Lourenço Marques.

As terras de Macassane e Matutuíne aqui em referência integram o antigo Estado de Mabudu-Tembe e, Catembe era a capital do Estado da linhagem nuclear Tembe antes da fissão do Mabudu nos meados do século XVIII.

A designação dessa identidade transnacional deriva da sua língua – Ci Ndindindi e, segundo Raffestin (1993: 97), "a língua é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população". Pouco se sabe sobre esta língua, porém no mapa etno-linguístico de Moçambique e em muitos estudos da região aqui em estudo, a população local é indicada como falante da língua Ronga, mas de fato no Sul do rio Maputo fala-se outra língua – Ci Ndindindi – cujo núcleo central parece ser Bela Vista, sede distrital de Matutuíne e estende-se nas áreas circunvizinhas como Salamanga, Santaca, Tinonganine. Em direção ao sul, nas proximidades da fronteira-limite, fala-se a língua Zulu, sobretudo entre crianças e jovens e, Ci ndindindi é falada, sobretudo, por pessoas adultas e velhas. A este respeito, importa a referência a Mesthrie (2002, p. 71) que escreveu

Outro grupo de língua na África do Sul é Tembe Thonga de Kwazulu-Natal, muito próxima ao Ronga de Moçambique. Esta língua está virtualmente extinta, Thonga é falado por alguns idosos, particularmente mulheres, quem tem total facilidade na língua

Aqui relaciono esta referência de Mesthrie (2002) ao estudo de Webster (1992) sobre etnicidade e gênero numa comunidade da fronteira no Kwazulu-Natal no qual uma das conclusões espelham o título do seu artigo "Abafazi BaTonga Bafihlakele" que literalmente significa que "As mulheres Tongas estão escondidas", pois elas mantêm a língua Tonga no espaço doméstico enquanto os homens, por imposição do mercado de trabalho, falam a língua Zulu. Esta língua, mantida por estas mulheres, é a referida por Mesthrie. A tendência para a extinção da língua pode ser entendida como resultando de uma espécie de pressão de tradução identitária sobre os conquistadores e imigrantes abakwaMabudu na região do KwaZulu-Natal. . Ainda para a região aqui em estudo, Felgate (1982) e o próprio Webster (1992) afirmam serem línguas comuns para as mulheres velhas o IsiGonde e Thonga, versão que não reunimos aqui elementos para aferir. Seja qual for a nomenclatura, esta língua é comunicável com a língua Ronga falada a partir de Bela Vista até ao Norte da Baía de Maputo como Felgate (1982, p. 11) afirma

A despeito da influência Zulu, Maputaland permaneceu política e culturalmente distinto das outras áreas do Norte, Sul e Ocidente. O povo de Maputaland fala uma língua única – xiRonga (Thonga). Com algumas exceções, nomeadamente Ngubane e Khumalo⁷⁶, eles aceitaram o poder dos chefes de Maputu

Esta conclusão, partilhada também por Webster (1991, p. 250) e Kloppers (2004, p. 40), suporta ainda a nossa argumentação sobre a delimitação da comunidade Mandindindi. Portanto, a extinção da língua Ci ndindindi pode ser enquadrada na análise teórica de Cristóvão-Silva (2002, p. 6) sobre a extinção das línguas

O primeiro ponto a ser considerado na análise de morte de línguas é o fato de que estas comunidades estão em contato com outra(s) comunidade(s) linguística cujo prestígio social e econômico é maior do que ao da comunidade cuja língua está ameaçada. Assim, os falantes geralmente mais jovens passam a fazer uso mais restrito da língua de menor prestígio. Pode-se observar que a língua com menor prestígio perde alguns de seus aspectos funcionais.

O estudo de Webster revela o uso da língua Ci ndindindi no espaço doméstico, sobretudo por mulheres, pois os homens são impelidos a falar o Zulu por força do mercado de trabalho como já anotei algures neste trabalho.

Também a argumentação de Cristóvão-Silva (2002) pode ser associada à etnicidade apontada por Mthethwa (2005, p. 50) “localmente as pessoas preferem usar Maputa com “a” no fim porque eles percebem que Maputo com “o” no fim refere-se à atual cidade de Maputo e, assim se identificam como Zulu do que com a identidade Tonga”. Há aqui uma penumbra quando esta constatação é confrontada com o documento de 1897, citado por Mthethwa (2005, p. 51) no qual se refere à opção de Ngwanase, sucessor de Zambili, para chamar o seu “país” de Maputaland e não Tongaland, pois considerava Tongaland um insulto de origem Zulu para o seu povo.

As referências que tenho vindo até aqui a citar se enquadram nos debates teóricos sobre etnicidade. Segundo Barth (1969) a etnicidade tem a ver com identidade e fronteira que se estruturam através das diferenças entre “Nós” e “Outros”. Cohen (1969) enfatiza a

⁷⁶ Para Mthethwa (2005, p. 54) Ngubane e Khumalo fazem parte das chefaturas do Sul conquistadas por Mabudu nos finais do século XIX. Estes reclamam hoje a sua independência da família real Tembe.

política e o instrumentalismo para justificar a existência de etnias e desse modo afirma que a etnicidade pode ser encarada como um grupo informal de interesses usada para fortalecer o grupo e buscar vantagens para o mesmo o que tem a ver com a disputa de recursos. A etnicidade deve-se sempre à luta por recursos espaços daí que seja algo muito politizado. Barth e Cohen conceituam a etnicidade como passível de instrumentalização política. Por outro lado temos os primordialistas no exemplo de Geertz (1963), muito criticados por idolatria às origens. Porém, as duas teorias são constitutivas da etnicidade ou, por outras palavras, os processos políticos ou históricos não anulam na identidade o sentimento de referência à origem como prova a família real Tembe, do lado sul africano, que anseia constituir-se num novo Estado e livre da dominação Zulu como é anotado por Kloppers.

Esta asserção, corroborada pelas políticas da administração colonial e o fracasso das políticas de desenvolvimento do período pós-independência em Moçambique, acrescidas à guerra entre a FRELIMO e RENAMO, se relaciona de perto com terceiro intercâmbio proposto por Kratochwil (1986) relativa à unidade entre o centro e a periferia e vice-versa de um Estado. O sul da Baía de Maputo beneficiou de muito poucos investimentos, quer no período colonial quer no pós-independência⁷⁷. Nesta circunstância, a população local apropriou-se das vantagens da fronteira-limite que ofertava melhores possibilidades de vida do outro lado da fronteira. Este conjunto de eventos constituiu o móbil da tradução identitária e das transnacionalidades, que encontrei na literatura e em trabalho de campo, que mostram a tensão permanente entre o desejo homo étnico linguístico e cultural das fronteiras-limite, como uma estrutura do Estado, e o desejo/aspirações das populações transfronteiriças. O território percebido e vivido pelas populações transfronteiriças desmente o construto estatal das fronteiras.

Felgate (1982), Webster (1986) e Kloppers (2003, 2004) assumiram o discurso da política colonial, como se, na prática, fosse aplicado à letra e com sucesso. Por consequência generalizaram o impacto da administração portuguesa nos processos identitários nos abakwaMabudu do Norte pois a “população do Norte adotou muitos elementos

⁷⁷ Com exceção dos últimos 10 anos em que se assiste a um crescimento econômico sobretudo na área do turismo e, muito recentemente o grande projeto do desenvolvimento do Sul de Maputo incluindo a construção da ponte Maputo-Katembe e malha viária até a fronteira.

da cultura portuguesa, sobretudo a língua portuguesa, religião e outros costumes (FELGATE 1982, p. 62)⁷⁸.

Esta referência de Felgate (1982), embora resulte de um estudo realizado nos princípios dos anos 1960, Vianna Rodrigues em 1909 escreveu

Apesar do elevado número de escolas que teem funcionado no Maputo e do seu grande movimento de alumnos, não encontrei resultados práticos deste esforço (...) nesta circumscripção o indígena vive ainda inveterado aos seus antiquados costumes (1909, p. 130)

Ainda Vianna Rodrigues anotou uma maior influência de outras religiões não necessariamente introduzidas pelo Estado colonial português nomeadamente as igrejas zione⁷⁹, a mais praticada, anglicana, suíça, presbiteriana e wesleyana. E, dados estáticos relativamente mais recentes mostram o índice muito elevado de não falantes da língua portuguesa.

O Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique de 1953⁸⁰, instrumento legal para a implementação da política de assimilação (CABAÇO 2007, p. 149-54), através da qual a população nativa podia adquirir a cidadania portuguesa, tinha custos e burocracia não acessíveis para a maioria. Por exemplo, só dos requisitos essenciais como:

1. Ter mais de 18 anos
2. Falar corretamente português
3. Exercer profissão, arte ou ofício de que auferisse rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuísse bens suficientes para o mesmo fim

⁷⁸ Dados do censo de 1997 do instituto nacional de estatística indica mais de 65% de população que não sabe falar português e por conseguinte a mesma taxa de analfabetismo.

⁷⁹ Dados do censo de 1997 do Instituto nacional de estatística indicam 47,1% os crentes da igreja zione.

⁸⁰ O Estatuto é corolário da legislação que vem sendo elaborada desde o último quartel do século XIX. O primeiro foi o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, o Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933 e finalmente o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954, e que era uma lei que visava a assimilação dos indígenas na cultura colonial (ocidental). O estatuto foi abolido em 1961 com as reformas introduzidas por Adriano Moreira quando foi Ministro do Ultramar

4. Tivesse bom comportamento e hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito publico e privado dos cidadãos portugueses
5. Não tivesse nota alguma de refratário ao serviço militar nem deserção.

Este conjunto de requisitos colidia com a incapacidade infra-estrutural da administração portuguesa para todo o território colonial, particularmente as zonas rurais e mais recônditas, por um lado e, por outro, a consciência que os colonos tinham do perigo que representaria o estatuto de cidadania do colonizado para o sistema como anotou Cabaço

Não se procurava, em nenhum momento, a elevação de todos os autóctones aos patamares da ordem cultural dos colonos portugueses. Se assim fosse, quem trabalharia nas condições subumanas que permitiam a acumulação do colonialismo? (2007, p. 164)

(Para os colonos) era preferível manter os “indígenas” na "ignorância" e no seu estado "tradicional" para assegurar o *status quo* da situação colonial (dominação, privilegio e trabalho barato) (2007, p. 183)

Ainda segundo Cabaço (2007, p. 165) citando Raul Honwana (1985, p. 72) "Ao assimilar, as pessoas não estavam a renegar automaticamente a sua cultura, a sua raça e as suas convicções. Estavam apenas à procura de uma vida menos insuportável". Alguma adesão à assimilação era uma estratégia circunstancial, que não significava o abandono do que se pode chamar de identidade primária.

Portanto, o efeito da política de assimilação sobre a população africana foi insignificante particularmente nas zonas rurais, incluindo a região aqui em estudo onde, até aos dias de hoje, ainda é muito exígua a rede escolar. Tal como no presente, no passado colonial eram mais comuns as igrejas protestantes nomeadamente a anglicana, metodista wesleyana, suíça e a missão Zulu e Americana e outras práticas religiosas que o Estado colonial designou de bruxaria, feitiçaria ou superstição. A pequena rede escolar existente era dominada por estas igrejas que, pelo menos, conservaram a língua local no espaço religioso⁸¹. Através dos relatórios da administração colonial da circunscrição de Maputo

⁸¹ Dados do censo do Instituto Nacional de Estatística de 1997 indicam que 38% da população do distrito de Matutuíne têm conhecimento da língua portuguesa e 63% de população é analfabeta. Em relação à religião o mesmo censo indica apenas 9% da população que professa a religião católica.

percebe-se que é pouca a população local que professa a religião católica, oficial do Estado e da colonização, que tinha a grande missão de "produzir portugueses". Conforme Cabaço

A assimilação deveria ser reduzida a evangelização dos autóctones e o seu acesso ao ensino rudimentar, preparando-os para o respeito, o temor e a resignação e para o desempenho de tarefas elementares (CABAÇO 2007, p. 183)

Outro óbice para a "produção do português" foi mencionado na "resposta ao inquérito sobre mão-de-obra e trabalho "índigena" na circunscrição do Maputo" elaborada em 1945 pelo então administrador Castel Branco

A missão Suíça era a de maior expansão, com varias escolas de ensino rudimentar da língua portuguesa (...) a administração contrariou para evitar o expansionismo linguístico pela mão de missões estrangeiras (...) abriu ensino pela mão do Estado (...) *mas a missão católica nacional (...) tem cometido o erro político de se preocupar mais com a catequese, ministrada em língua cafre, do que com a expansão da língua portuguesa* (grifo meu).

Aqui se nota uma certa colisão entre os interesses do Estado colonial e os da Igreja. Ainda segundo Cabaço (2007, p. 183, 185) "Em Moçambique, a política de assimilação produziu escassos resultados estatísticos, revelou limitada eficácia política" e as estatísticas de toda a colónia até 1960 apenas 1% tinha acesso à escola. Portanto, é bastante relativa a conclusão de Kloppers (2004, p. 214) sobre o impacto da administração portuguesa na etnicidade do Sul da Baía de Maputo⁸². No período pós-independência de Moçambique, pouco menos de uma década houve para que houvesse a extensão da identidade nacional, projeto abalado pelo crescente impacto da guerra civil. Assim, quer o Estado colonial português quer o Estado independente moçambicano não lograram as suas engenharias étnicas de construção de Estado-Nação.

O exposto acima se afigura muito importante para compreender que a transnacionalidade dos Mandindindi situou-se entre o fracasso da colonização e os reveses das políticas de desenvolvimento do Estado independente em Moçambique e, claramente o impacto da guerra civil, que não só forçou a migração de muitos deles para Kwazulu-Natal e outros lugares da África do Sul bem como tornou muito críticas as ligações com o Norte

⁸² José Cabaço (2007) muito bem tituló o capítulo II da sua tese de doutoramento assim "Assimilar para não mudar" embasado na teoria dualista do Estado colonial desenvolvido por Mamdani (1998).

da Baía de Maputo⁸³. Esses três eventos isolaram os Mandindindi do centro da identidade nacional como foi demonstrado pelo trabalho de campo. Os Mandindindi desde logo se situaram na periferia, na margem ou usando a já referida tipologia dos intercâmbios de Kratochwil (1986), a relação entre eles e ser moçambicano, discurso político de construção de identidade nacional, é muito fraca.

4.2 O território vivido e a experiência do trabalho de campo

Em trabalho de campo realizado entre os meses de março e julho de 2008 para este estudo vivenciei essas fronteiras étnicas antes de chegar exatamente no local de estudo, como a seguir descrevo. A descrição breve compara as fronteiras encontradas nas duas vias que usei para chegar às localidades mais fronteiriças de Matutuine – as vias de Boane e Catembe. A via de Boane levava-me a Catuane e a da Catembe para Bela Vista, Salamanga e Zitundo.

Foi pela manhã que cheguei a Boane, um dos distritos da província de Maputo que se situa há 70 Km da cidade de Maputo, por volta das 8h30 do dia 18 de Março de 2008, donde partiria de viagem para Catuane, um dos postos administrativos mais fronteiriço. Existe um único ônibus que faz a ligação entre estes dois pontos. Enquanto aguardava o momento da partida do *Rindzela*⁸⁴, percebi a primeira *fronteira* nas relações que começava a desenvolver com aqueles que seriam colegas de viagem, que a *língua* é grande elemento de *distinção*. E para citar Raffestin (2005, p. 10) "A fronteira nasce da diferença". Os meus colegas, majoritariamente mulheres adultas, falavam e misturavam Ci Ndindindi e Zulu e, eu vindo da cidade, falava entre Ronga e Changane. A língua dava um sentido de pertencimento a lugares diferentes de origem e talvez por isso o cobrador percebeu que eu, como ele, era proveniente da cidade de Maputo e, por isso, me abordou-me em Ronga.

Partimos um pouco depois das 10h00 e, dentro do *Rindzela* entre apertos por falta de espaço nos bancos, calor e expectativa, senti as fronteiras marcarem-se, embora sem

⁸³ O censo do Instituto Nacional de Estatística de 1997 mostra a baixa densidade populacional nos postos administrativos fronteiriços de Catuane, 11%, e Zitundo, 7,3% comparados com 27,1% e 16,7% dos postos da Catembe e Machangulo respectivamente mais distantes da linha de fronteira.

⁸⁴ *Rindzela* é uma expressão da língua Changane, mais falada na província de Gaza, grafada no ônibus que traduzido para português significa "espera/aguarde". Esta denominação traduz quanto é difícil a ligação entre Boane e Catuane que está dependente deste único ônibus.

conflitos. No *Rindzela* entraram mais trouxas e fardos de roupa usada, vulgarmente chamada *xicalamidade* cujas proprietárias eram umas oito senhoras muito solidárias entre si. Essa roupa, oriunda da doação internacional, é contrabandeada de Moçambique para kwaZulu-Natal onde é bastante valorizada por se considerar que se trata de marcas de luxo. Lembrei-me da história do negócio de *xicalamidade*, de Catarina Antonio, registrada por Kloppers (2004, p. 153-156). As pouco mais de quatro horas de viagem, de Boane para a sede do posto administrativo de Catuane, foram de contemplação da paisagem que, em longos percursos, só denunciava a presença humana através de amontoados de carvão e ou lenha à venda, sinal de que por perto está alguém para atender a qualquer "*frouxar*" dos carros.

Da estrada, a *Rindzela* parecia acompanhar as linhas de alta tensão que margeiam a pista em todo o percurso. Entre o calor e os apertos, um homem embriagado, por sinal membro da guarda-fronteira, entretinha-nos interpretando canções populares de Mocambique e algumas piadas. A fala e a pronúncia dele estavam entre uma das línguas do centro do país, Changane e Ronga. Aliás, porque coincidiu seu destino com o meu, vim, a saber que ele era Chuabo, portanto oriundo da Zambézia. Inúmeras vezes, o guarda-fronteira falou em Changane e em nenhuma se referiu aos Mandindindi⁸⁵.

A segunda fronteira com que me deparei foi em Manhangane, uma localidade que limita o distrito de Boane e o posto administrativo de Catuane, quando o meu telefone celular perdeu sinal de rede da Mcel, uma das operadoras de telefonia móvel em Moçambique. Vi os meus colegas de viagem que portavam telefones celulares, já familiarizados com esta *fronteira*, a trocaram de chip e colocaram chip da Vodafone, uma operadora de telefonia móvel sul africana. Eu não mais podia me comunicar e ainda faltavam pouco mais de duas horas para chegar ao destino. Outro sinal da fronteira, surgiu cerca de uma hora depois ao chegarmos ao posto de guarda-fronteiras e fiscais do ministério da agricultura. Quer uns, quer outros, procederam à revista das nossas bagagens e olhares atentos e de desconfiança lançados para todos nós. Da minuciosa revista entendi que a fronteira é uma zona de contrabando, uma zona de fuga.

⁸⁵ A referência de Changane enquadra-se nas identidades regionais que caracterizam Moçambique em particular depois da independência; os do Sul identificando os do Centro e Norte como Ci Ngondos e estes identificam os do Sul como Changane. Gerhard Liesegang tem alguns estudos sobre territorialidades sociais e identidades com referencia em Moçambique.

Chegado ao destino por volta das 14h30, na sede do posto administrativo de Catuane, apresentei-me a administração onde pedi o apoio necessário para o meu trabalho. No mesmo dia fui interpelado e interrogado por um senhor que, vim a saber, era da segurança de guarda-fronteira. Foi um interrogatório que me deixou tenso e preocupado, mas percebi que era por eu ser um estranho e, como afirma Martins (1997, p. 10), na fronteira “todo estranho é inimigo”. O comércio e outros serviços tais como o de hotelaria para um viajante/visitante são muito fracos, como a condizer com algum exagero de Martins (1997, p. 15) para quem "a fronteira é o confim do humano".

A descrição da viagem pela via da Catembe para Bela Vista, sede do distrito de Matutuine, é mais breve apenas para efeitos de comparação. Saindo da cidade de Maputo à Catembe chega-se atravessando a Baía de ferry boat em 10 minutos e, do transbordo segue-se por via terrestre para Bela Vista, num percurso de 45 km, por pouco menos de 2h00. Diferentemente da viagem que vivenciei, via Boane, para Catuane, nesta as línguas entre os colegas de viagem eram Ronga e português. Entre os viajantes estavam alguns estudantes, trabalhadores de projetos turísticos cujo destino final era Ponta de Ouro, uma das localidades mais fronteiriça com a África do Sul. Ao longo do trajeto a presença humana e o movimento de viaturas eram comparativamente acentuados. Chegado ao destino não me senti tão estranho, embora a diferença existisse no que concerne a pronúncia da língua Ronga, pois os locais tem uma pronúncia um pouco mais pesada comparativamente a dos Rongas da cidade de Maputo. Porém, a pouco mais de três km da estrada que liga a sede de Bela Vista à Porto Henrique, começa a fronteira identitária com os Mandindindi cujo seu cotidiano está mais voltado para a fronteira-limite que para o Norte, ou seja, para a direção da cidade de Maputo. Esta é a zona indicada nos mapas como Baixa de Mangobe, onde está o cemitério de Mangobe, pai de Mabudu-Tembe, que fundou o Estado.

Uma conclusão que tirei destas notas de viagem é que de Bela Vista, para a direção Norte, há uma maior ligação com a cidade de Maputo, capital do país. Talvez por esta ligação, tenha encontrado, nas pessoas inquiridas aleatoriamente, mais referências à identidade nacional do que de Bela Vista para a direção Sul, cujos habitantes estão mais ligados à fronteira-limite e à África do Sul. Às escassas referências à identidade

moçambicana contrapõem-se as referências mais locais, nomeadamente históricas como comento a seguir.

4.2.1 Identidade

Nesta subsecção apresento as percepções identitárias recolhidas em trabalho de campo. A pergunta chave que fiz aos meus entrevistados assentou no terceiro intercâmbio de Kratochwil (1986) ou por outras palavras procurei perceber que ligação ou relação entre a periferia (fronteira) e o centro (centro ou identidade nacional): – Quem é você? Donde é?

Sobre a pergunta "Quem é você? Donde é?" num universo de oitenta pessoas inquiridas, entre as quais vinte e três mulheres e cinquenta e sete homens, com idade mínima de 18-20 anos⁸⁶, em Catuane, apenas sete mencionaram ser "moçambicanos". As restantes pessoas identificaram-se com o lugar de nascença – "Sou daqui de Mabudu" – e o atributo língua "Sou Mandindindi ou "falo Ci Putyo". Mandindindi e Ci Putyo são atributos linguísticos, sendo a primeira forma mais comum entre os idosos e a segunda forma entre os adultos e jovens.

Sobre a diferença entre as línguas Ronga e Ci Ndindindi, o Sr. Gumende, um dos meus entrevistados esclareceu que:

Sim, é muito diferente falar Ci Zonga⁸⁷. Quando nós chegamos a Maputo logo notam que somos de cá porque falamos Ci Ndindindi (risos). E nós também quando eles chegam notamos que vêm de Maputo, Boane, não é daqui porque fala Ci Zonga e, mesmo que fale Changane sempre mistura "ndzi làvâ" que significa que é de Gaza. Não os rejeitamos, apenas nos distinguimos de que este é de Gaza e aquele é de Maputo.

Nós os Mazingirhi deste lado [de Moçambique], sabemos um pouco de Zulu... isso que nós dizemos que é zulu mas que lá

⁸⁶ Esta amostra foi conseguida informalmente, pois foi difícil fazer inquéritos formalmente, pois fui percebido como um "estranho". A idade mínima que aí indico é calculada a "olho nu". Foram-me recusadas entrevistas formais, com o uso de gravador. O funcionário do posto administrativo de Catuane que foi meu guia de campo revelou-me a zona tem sido alvo de muitos estudos e, as pessoas podem estar desconfiadas ou cansadas de muitos inquéritos cujas motivações desconhecem.

⁸⁷ Ci Zonga é equivalente a dizer Ci Ronga/Ronga ou Tonga/Thonga como aparece frequentemente na literatura.

criticam-nos dizendo que não sabemos falar Zulu. Mas, nós cá dizemos que falamos Zulu (risos).

Estes trechos do meu entrevistado respondem à pergunta se havia diferença entre as línguas Ronga e Ci Ndindindi. Do segundo trecho pode-se perceber que os Mandindindi, interna e externamente, são identificados como uma unidade específica, como os circunscreve o mesmo entrevistado:

Nós começamos na zona de Bela Vista e terminamos cá na fronteira de Ngwavuma, Manguzi, nas administrações e nos postos que estão cá. É cá onde nós terminamos... cá no mato.

Estudos de Felgate (1982), Webster (1991) e Kloppers (2003, 2004) incluíram de forma genérica a porção Norte dos abakwaMabudu no grupo dos Ronga relativizando a distinção que nos princípios do século XX Junod já havia observado quando classificou os povos do Sul da Baía de Maputo⁸⁸.

Ainda na amostra aleatória que fiz fica claro que a segunda forma de identificação também é um atributo de origem, político e histórico, pois se refere ao Mabudu⁸⁹. "Moçambicano", como atributo de identificação não foi mencionado. São mencionados lugares como Gaza, Inhambane e Maputo, o que pode ser associado ao fato de muita mão-de-obra contratada para o Sul da Baía de Maputo ser oriunda desses lugares⁹⁰.

Outro aspecto a relevar é o fato de no universo das oitenta pessoas inquiridas, cinquenta e nove pessoas terem dito que têm dupla nacionalidade, sul africana e moçambicana, treze disseram ter apenas documentação como moçambicanos e cinco responderam que só têm documentos de identidade como sul-africanos. Um destes, respondeu-me nos seguintes moldes "Para quê ter documento daqui? A primeira identificação que tive na vida é de lá, quando fui à procura de emprego há quinze anos". Outros dois que estavam na companhia deste secundaram, dizendo: "Aqui não há nada

⁸⁸ Ver a classificação de Junod no capítulo I deste trabalho.

⁸⁹ Interessa aqui anotar que a designação Mabudu parece mais comum entre os abakwaMabudu do Sul, do outro lado da fronteira sul africana, e entre os Mandindindi parece usarem mais a designação Maputyo/Maputsu.

⁹⁰ Durante o trabalho de campo encontrei documentação avulsa da administração colonial na qual achei muitos processos de contratados em Chibuto nos anos 1940.

para fazer com documento daqui. Agora lá, você sem documento perde muita coisa e é perseguido pela polícia". Os restantes três do universo dos oitenta inquiridos responderam que não portavam nenhuma documentação. Estes dados sustentam a bi nacionalidade já referida por Kloppers (2004, p. 7).

Relacionado com esta questão de nacionalidade, constatei a adoção de nomes tipicamente Zulu numa documentação avulsa contendo registros de nascimento dos anos 1930 a 1950 do posto administrativo de Catuane. Aleatoriamente nos livros de turma das escolas primária de Catuane e de Txutxa encontrei esta mesma prevalência sobre a qual o diretor da escola primária de Catuane disse:

Muitos alunos aqui têm dois registros de identificação; como Zulu e como de cá. As mulheres cá quando grávidas preferem dar parto lá e registrarem lá os seus filhos para beneficiarem dos programas de assistência, mas voltam a registrar-lhes cá para o acesso à escola, pois elas vivem cá... têm suas casas e machambas cá. Muitas mães cá usam o mesmo nome de registro do outro lado e, algumas é que mudam os nomes cá para Maria, João, Jose, Albino e outros... esses mais tipicamente portugueses.

Adicionalmente o diretor daquela escola, que é natural da cidade de Maputo, esclareceu-me que os alunos apenas falam a língua portuguesa na sala de aulas com o professor e, no seu cotidiano comunicam-se na língua Zulu e por esta realidade e, no contexto da introdução do ensino bilíngüe, os professores recorram ao Zulu embora oficialmente a língua Zulu não esteja contemplada no projeto do ensino bilíngüe em Moçambique. O diretor, assim relatou a situação:

Estou afeto cá há oito anos... de Zulu nada sabia mas fui aprendendo, pois muitos aqui falam. Foi muito difícil, mas a realidade do trabalho, do dia a dia impôs-se. Veja só agora tenho uma colega afeta há dois anos que ainda não conseguiu entrar no esquema da língua... está a ser difícil para ela. As estruturas de educação nunca tomaram em conta esta realidade da fronteira.

Acrescentou ainda que algumas medidas tomadas na África do Sul em relação ao acesso a pensão tem se refletido num índice elevado de abandono ou desistência dos alunos, pois as mães ausentam-se muito tempo com os filhos no período letivo para acederem às pensões:

Agora há um cerco contra aqueles que para lá vão com objetivo de beneficiarem da providência social do governo sul africano. Parece que já exigem que se prove a residência das pessoas.

Os abakwaMabudu do lado moçambicano que se refugiaram no KwaZulu-Natal e que tinham construído suas vidas lá – novas casas, campos de cultivo, gado, casamentos e filhos – traduziram-se Zulu e diferenciaram-se dos abakwaMabudu do Norte, portanto dos que permaneceram ou regressaram para Moçambique após a guerra civil (1976-1992). Importa realçar que estes traduzidos engrossaram os abakwaMabudu que, no contexto da fronteira-limite, haviam ficado do lado sul africano e que já tinham sido etnicizados política e economicamente a partir dos finais do século XIX e desenvolvimentos políticos dos anos 1970. Esses, tornaram-se menos transnacionais – enfraqueceram-se as relações com o local de origem – e traduziram-se Zulu como estratégia de integração e de acesso aos recursos. Estes se tornaram em agentes receptores dos transnacionais étnicos, aqueles que pretendiam regressar ao local de origem, como me contou Pedro Tembe⁹¹, nascido em Bela Vista, que trabalhou em KwaZulu-Natal antes da independência de Moçambique:

Eu não gostei daquele país. Trabalhei lá quase 10 anos, mas o tipo de vida não me cativou a viver/construir definitivamente lá. Os régulos de lá gostavam muito de mim. Diziam venha lá, vamos dar-te uma parte, mas eu dizia “Hei-de vir”.

À pergunta por que não gostou "daquele país", Pedro Tembe respondeu:

É a vida de assassinar, de bandidagem daquelas pessoas. Você sentado em casa, pode ser agredido... pode ouvir o troar das armas e morrer em casa. É um tipo de vida que não tem respeito.

Porém, Pedro Tembe mensalmente vai a Kwazulu-Natal receber *peceni*⁹². À pergunta onde viviam e o que faziam os seus filhos, Pedro Tembe disse

Os meus dois filhos foram levados por aquela vida... vivem lá na África do Sul. Um trabalha muito bem, recebe bem. É condutor daqueles carros grandes de dois ou três atrelados que carregam muita coisa. Recebe bem. O outro é condutor de táxi. Recebe 500 Rands por semana e esse de carros grandes recebe 3000-4000 Rands por mês. Têm filhos lá que estudam lá. O mais velho casou com uma mulher de lá, mas os pais são daqui e, o outro levou uma mulher daqui para lá. Construíram algumas casas de respeito.

⁹¹ Pedro Tembe, com 74 anos de idade, exibiu-me a sua identificação como sul africano em que consta o nome de Peter Thembu.

⁹² Corruptela de "pension", expressão inglesa, que é pensão de reforma.

Estes dois trechos de entrevista sugerem duas tendências e duas gerações; as gerações iniciais de emigrantes foram mais étnicas e as gerações seguintes, particularmente com o fim do Apartheid, em função da realização económica enfraqueceram as suas relações com o local de origem e portanto se tornaram menos étnicas e traduziram-se Zulu, como contrapartida para a sua melhor inserção. Esta geração pouco visita ou já não mais visita os familiares do local de origem, como revelou em entrevista Jabu Tembe, com 68 anos de idade, sobre a atitude de seus três filhos

Cá só estou com a minha filha mais nova. Os meus três filhos estão em Sibayi passam já dez anos. O mais velho visitava-nos uma vez por ano, mas nos últimos anos já não vem. Os outros dois desde que foram nunca mais nos visitaram... o mais novo ainda não casou mas todos tem suas casas e emprego. Nós é que vamos lá visitar. Eu tenho problemas de saúde e recebo tratamentos lá e, também com minha mulher vamos para receber pensão.

Jabu Tembe trabalhou como mineiro na África do Sul entre 1972 e 1976 e, esteve refugiado com a família no kwaZulu-Natal quando a guerra civil atingiu o distrito de Matututuine em 1984. Regressaram a Catuane em 1996 quando "acreditei que de fato a guerra tinha terminado. Nos primeiros anos havia boato de que a guerra iria recomeçar".

Outro exemplo de emigração definitiva foi recolhido por Machava (2003, p. 34)

(...) tudo quanto tínhamos aqui (Zitundo) foi destruído pela guerra e nós (pais e irmãos) fugimos para Manguzi. Meus pais morreram lá e foram enterrados lá (...) eu comprei a minha casa lá, casei-me lá, meus filhos estudam lá, agora voltar aqui para quê? É terra dos meus pais e minha terra, mas não dá para viver nisto. Como vês tenho este carro que faço taxi, levo pessoas que querem entrar na África do Sul sem passaporte⁹³

Importa realçar que a geração de emigrantes após a guerra civil, majoritariamente jovem, procura alcançar as grandes cidades costeiras com muitas oportunidades de emprego. Porém Machava (2003), que estudou o impacto das migrações transfronteiriças no distrito de Matutuine no período entre 1970 e 2000, mostra-nos o universo de

⁹³ Este entrevistado do Machava (2003) é facilitador de entrada de emigrantes ilegais na África do Sul, particularmente aqueles que não têm vínculos familiares do outro lado da fronteira, pois Matutuine é um grande corredor de emigrantes ilegais oriundos de varias partes de Moçambique, inclusive de outras nacionalidades.

emigrantes, com tendência mais étnica, que se empregaram, sobretudo nos supermercados, plantações de cana sacarina, empresas madeireiras, pastoreio de gado em Manguzi e Mtubatuba. Apesar do recente *boom* económico ocorrido em Matutuine, particularmente em razão dos grandes investimentos turísticos, estes emigrantes continuaram a ver na emigração um meio de subsistência familiar

(...) lá, embora seja muito difícil arranjar emprego, pelo menos se consegue um *peace job* e já dá para comprar alguma coisa para a família, material para construir a minha casa (...)

Em Bela Vista, sede distrital, do universo de 27 inquiridos aleatoriamente, entre mulheres e homens com idade mínima de 18-20 anos, às perguntas "Quem é você?" e "Donde é?" quinze – entre os mais jovens e abordados nas redondezas da sede distrital – responderam que eram moçambicanos; e os demais embora não tenham indicado que eram moçambicanos, mencionaram origens específicas: oito, responderam que eram Mandindindi, dos quais um precisou que "Sou Mandindindi... sou do Tembe Mangobe" e os restantes quatro responderam que eram de Bela Vista. Estes dados podem revelar um contato relativamente próximo da sede distrital à capital do país – cidade de Maputo – favorecido não só pela proximidade geográfica, como pelas vias e meios de comunicação que diariamente permitem a movimentação dos seus habitantes. Na sede distrital, há muitas famílias que têm parentes ou filhos estudando ou trabalhando na cidade de Maputo. A precisão de identidade que acima menciono foi recolhida na baixa designada Mangobe, onde está o cemitério de Mangobe, há alguns quilômetros da sede distrital. Portanto nesta precisão estão cruzadas a história e a língua local⁹⁴. Outro aspecto importante destes oito é terem revelado a bi nacionalidade que alegaram dever-se à muitas necessidades como saúde, família e empregos sazonais deste e daquele lado da fronteira-limite.

Em Salamanga foram apenas nove inquiridos que se identificaram como de Maputru (=Mabudu) e falantes de Ci Putru. Quando perguntei a um deles se havia diferença entre o Ci Putru e Ci Ndindindi responderam que a "língua é Ci Putru só que como nós falamos n'dri então também se pode chamar Ci Ndindindindi. A pessoa pode ser chamada pela língua que fala... nós cá somos Mandindindi... também serve". Dois mais velhos associaram Maputru com Ngwanase e Macassane, baseados na história local⁹⁵. Os

⁹⁴ Ver a seção II do capítulo II.

⁹⁵ Ver a última seção do capítulo II.

nove inquiridos revelaram serem bi nacionais, três por terem trabalhado na África do Sul e os outros seis porque viveram em kwaZulu-Natal durante a guerra civil. Destes últimos, cinco trabalham nas empresas de construção civil em kwaZulu-Natal e têm lá casas próprias:

Apesar de trabalhar e ter construído lá também vivo cá porque cá tenho o resto da família (irmãos e mãe). O meu sucesso lá depende do meu contato com a minha terra... meu Senhor se a vida corre bem saiba agradecer os seus defuntos... meus defuntos estão cá... venho fazer missa sempre que pedem.

Outro entrevistado respondeu sobre a bi nacionalidade que desfruta:

Tenho emprego lá e beneficieei de uma casa, mas não posso confiar... você não pode confiar nos Zulu; quando entendem zangam, dizendo que nós somos mashanganas e lá vamos ocupar lugares de emprego deles. Em ambientes de rua, nas tascas e transporte público, por vezes há zaragatas. Portanto, tenho minha mulher, machamba e gado aqui em Salamanga que asseguro o sustento pelo trabalho de lá.

A tradução identitária presente nestes dois depoimentos, visa fundamentalmente viabilizar o acesso aos empregos e outros benefícios sociais do Estado sul-africano. Aqui estão as nuances da tradução entre os Mabudu do Sul nas áreas urbanas e os Mabudu do Norte; a inefabilidade de Geertz (1996) estaria presente nas áreas circunvizinhas do lado sul africano da fronteira-limite.

4.2.2 Percepções de fronteira: Estado, migração e desenvolvimento

Esta subseção tem por base a única longa entrevista formal que me foi concedida em Catuane por Samuel Mlambo. A frontalidade com que este entrevistado narrou o cotidiano da fronteira – que constitui grande segredo entre os seus habitantes – pode ter ocorrido por se tratar de um idoso, 81 anos, natural de Bela Vista, cego e que nada parece temer em relação ao que diz. Essa entrevista focaliza os itens que titulam esta subseção – fronteira, Estado, migração e desenvolvimento. A partir desta entrevista procurei fazer o contraponto através de conversas muito informais quer com os funcionários do posto administrativo quer com pessoas comuns em "tascas".

A fronteira é uma zona de tensão e conflitos latentes gerados pelo recurso terra e gado como me revelou Samuel Mlambo⁹⁶, que cito longamente pela proficuidade e panorama do ambiente da fronteira-limite:

(...) A minha machamba de Libombo foi esgotada e mesmo a machamba de Catuane, esse falecido mesmo Catuane, também foi esgotada. As pessoas cultivam-nas sem permissão. Você há-de encontrar alguém que já está a cultivar: “_ Quem te deu irmão?”. “_ Ninguém me deu, mas, eu sou sofrido”.

O que é que cultivam? Cultivam soruma [*Canabis Sativa*]. A minha acabou assim (...) penso mostrar à polícia só a minha machamba e dizer-lhes “_ Ajudem-me” (...) só aqui, não quero problemas. Talvez isso resolva. Podem não serem presos... deixarem um pouco, ameçarem-lhes e levarem o dinheirinho que tiverem e pagar-me cerveja porque a machamba é minha.

O mesmo entrevistado apelando alguma compensação, paradoxalmente apela à tolerância do governo para permitir o cultivo da *Canabis Sativa*

É por isso que eu peço ao governo para não complicar muito porque senão vão atravessar todos. Anote essa recomendação. Pode denunciar-me, eu sou Mulambo. Não tenho medo de nada porque estou lutando para que não fiquemos... quem desenvolverá o país? Portanto, a vida de Catuane desde a Frelimo até hoje é essa.

Segundo este entrevistado, essa tolerância estimularia a fixação dos jovens em território moçambicano, pois conseguem alguma realização económica e social

Olha estão sendo construídas casas de alvenaria agora, é outro problema que o governo deveria continuar fechando os olhos um pouco assim... parece que não está vendo. Este ano, os jovens experimentaram certo crescimento por causa deste trabalho [cultivo e venda de soruma].

Eu fico satisfeito se o governo pudesse fechar um pouco a vista, ameaçar-nos um pouco, mas permitir que as pessoas progridam. Esse é o pequeno caminho que temos para progredir nesta zona.

Outras alegações apontadas para a paradoxal tolerância do governo foram

Agora sobre o fim deste trabalho [cultivo da soruma], eu não desejava que fosse abolido⁹⁷. As pessoas deviam ser explicadas que

⁹⁶ Entrevista concedida em sua casa na língua Ci ndindindi.

⁹⁷ Kloppers (2004, p. 149) cerca de 70 toneladas da *Canabis Sativa* foram confiscadas pelas forças de defesa sul-africana entre 1993 e 2002 na fronteira entre a África do Sul, Moçambique e Suazilândia.

não... ou pagarem imposto. A grande coisa aqui meu Senhor é que aqui conseguimos dinheiro mas não sabemos tirar 10 Rands dar o dono da terra que é o governo, irmos pagar o imposto. Nesse sentido Senhor se eu encontrasse uma forma de obrigá-los [a pagar o imposto]... (risos).

Porque não faz sentido, apanham milhões, 50 mil, 60 mil Rands e vão comprar carros enquanto cultivaram aqui. Eu isso não vejo bem. Eles tinham que comprar carro trazer cá [Moçambique] e construir casas como aqueles que constroem é muito bom esses que constroem. Mas, levam dinheiro vão comprar carros e constroem casas lá [África do Sul]. Muitos jovens meu Senhor, constroem boas casas lá na África do Sul. É nosso dinheiro, cultivou aqui... cultivou na minha machamba. Levam a riqueza, dizem que nós não sabemos utilizar aqui, é utilizada lá. Aí é onde está o problema⁹⁸.

Para além do cultivo e tráfico da *Canabis Sativa*, outro dia-a-dia da fronteira contado por Samuel Mlambo, na mesma entrevista, é o roubo do gado

Outro grande problema aqui é o roubo de gado... há muita bandidagem de roubo de gado... manadas inteiras são conduzidas daqui para lá. Já integrei algumas equipas que para lá foram em perseguição de gado roubado. Em coordenação com os Indunas de lá por vezes conseguimos recuperar o gado ou parte do gado roubado.

Deste trecho notam-se as complexidades do fluxo fronteiriço – viver de um lado e de outro – que revela o quanto as populações fazem para o aproveitamento das potencialidades e especificidades de ambos os lados da fronteira-limite. Percebi desta entrevista que a realidade local é um tema de difícil acesso para o investigador, pois seu cotidiano constitui um grande segredo para os habitantes da fronteira.

A fronteira se revela uma área de fuga de um e de outro lado. O apelo da tolerância que classifico de paradoxal, por considerar a função do Estado e governo de qualquer país, mas remete-nos à reflexão sobre o desenvolvimento local e as relações transfronteiriças entre os Estados – quer o Estado colonial quer o Estado independente não conseguiram materializar o conceito ou a função centrípeta de fronteira-limite de Estado moderno, cujo um dos móveis é o fraco investimento na região para fixar a mão-de-obra e assegurar o desenvolvimento local. Um dos três intercâmbios nos limites internacionais de Kratochwil

⁹⁸ Entre outros aspetos, esta narrativa indicia maior presença repressiva no lado sul-africano, o contrário do lado moçambicano onde se verifica presença mínima do Estado e governo.

(1986) – entre a unidade/centro e a sua periferia nas fronteiras-limite – é revelada por um entrevistado:

As pessoas não têm muito a ver com o nosso Moçambique. Nós que estamos aqui na fronteira estamos a viver, mas não pense que nós estamos seguros de Moçambique... não, não. Um pé cá e o outro lá.

À pergunta "Para qual dos lados pesa mais?", o meu entrevistado respondeu prontamente "É para lá, porque lá temos pão. (...) lá nós vivemos bem meu Senhor".

As maiores oportunidades de realização económica e social, nomeadamente emprego, habitação, saúde e educação, do lado sul-africano estimularam a aquisição da dupla nacionalidade criando na zona de fronteira-limite um ambiente de bi nacionalidade sustentada pela identidade histórico-cultural – abakwaMabudu. A dupla nacionalidade foi fortalecida como resultado dos programas sociais em curso na África do Sul desde que ascendeu ao poder o Congresso Nacional Africano em 1994, nomeadamente com o pagamento de pensões e programa de habitação.

A obtenção da nacionalidade sul africana é obtida na maioria dos casos por via de suborno e corrupção que envolve as instituições sub-nacionais, utilizando a expressão de McGregor, nomeadamente as chefias e linhagens e os funcionários dos serviços de identificação na região de fronteira:

Você mesmo [pode obter papéis de identidade] sem saber zulu, sem saber nada. Vou contigo hoje, basta ter 200-300 Rands, vai acabar um mês... o prazo de um documento é de dois meses; vai para Pretória, para os computadores, se foste criminoso ou não e, quando vier limpo você tem documento de que é de lá... nasceu no lugar "X", seu *induna*⁹⁹ é o fulano, seu chefe é o "Y".

Mais adiante o meu entrevistado assim descreveu o "negócio" de nacionalidade:

Você chega e informa ao *induna* que chegou e precisa de documento. Quando chegam os escriturários o *induna* pergunta se tem dinheiro... 100 Rands para os escriturários e o dinheiro próprio para o *induna* pela inscrição para o documento são 26 Rands só. Mas aqueles do governo cobram 100 Rands... pelo menos 200 a 300 Rands cada inscrição para obter o documento. Portanto, isto nos ajuda.

⁹⁹ Induna é a designação do chefe de terras, hierarquicamente abaixo do rei e por este indicado.

Mesmo eu tenho documento de lá porque trabalhei muito lá. Eu vou lá levantar dinheiro, mas os do governo não querem isso. Isso não posso esconder-te... dizer que só são aqueles.

Na "compra" da nacionalidade sul-africana por pessoas Mandindindi, portanto abakwaMabudu do lado moçambicano, o meu entrevistado disse:

Se quiser falsificar esse documento, você pode ter 50 anos porque o governo superior não te vê pelos olhos, mas sim pelos papéis. O escriturário diz "tira mais 100 Rands que te registo como velho". Dois meses depois você vai receber.

Sobre os valores da pensão Mlambo acrescentou:

Aumentaram agora para 930 Rands. Para aleijados e deficientes incapazes de trabalhar dão atestado médico e, também por idade para o homem são 65 anos para qualquer homem de lá. É por isso que nós vamos lá aproveitar a oportunidade (...). As mulheres também crescidas recebem o valor de 930 Rands. As crianças... se tiveres 5 crianças são mil e tal Rands; são 210 Rands cada criança basta dar parto e ir registrar. Está a ver essa facilidade!

O pagamento das pensões, como um dos móveis da nova dinâmica migratória, a partir dos anos 1990, patente neste trecho foi corroborado por outros entrevistados, incluindo os próprios funcionários do posto administrativo de Catuane, os professores e direções das escolas. A importância é tal que os naturais e ou residentes de Catuane e Guebeza chamam o outro lado da fronteira sul africana de *Mapezeni*, que é corruptela da expressão inglesa "Pension". Este móbil movimenta particularmente pessoas adultas e mulheres, estas para beneficiarem da pensão ou assistência para as crianças.

Ainda no quadro dos programas sociais em curso na África do Sul, os jovens são atraídos pela construção de casas melhoradas

(...) eu não estou queixando para as pessoas. É uma crítica que tenho que leva muitas pessoas... sabe Senhor se você for para lá, pode pensar que em Moçambique não está ninguém. (...) pensa lá Senhor, estão a construir casas para todos. Cada casa tem dois quartos, uma sala e latrina

gratuitamente. Nada se paga. Agora, porque não vou atravessar construir lá?¹⁰⁰

Estes elementos são um contraponto da naturalização dos benefícios da fronteira-limite que é apregoada em muitos estudos sobre fronteiras:

A fronteira providenciou oportunidades não somente para escapar o custo da cidadania sob o governo colonial, mas também para adquirir benefícios de cidadania em ambos os lados – isso foi um investimento na proteção e diversificadas oportunidades económicas (McGREGOR 1994, p. 525)

Embora este trecho de McGregor (1994) refira-se ao período colonial em específico, mais do que os benefícios envolvidos, devemos ver que se trata de alternativas diante de políticas impostas às populações de fronteira pelos centros de poder, como provam os registros etnográficos dos emigrantes sobre os riscos e as condições de emprego:

(...) é um grande sacrifício a emigração. Dorme-se no mato, sem ter comido nada, em qualquer lugar esperando ser contratado pelo branco. Por vezes se consegue contrato de dois ou três dias até acostumar-se ao ponto de conseguir emprego que pelo menos seja de um mês (Samussone, entrevistado)

(...) meu irmão os que trabalham nas plantações de cana sacarina, sofrem (...) trabalham 10 a 13 horas por dia e raramente há folgas (...) por vezes não há salário e quando se reclama o patronato porque sabe que somos ilegais, chama a polícia (Petrossi, entrevistado 2008)

O depoimento do Petrossi, relacionado com o trecho da entrevista com Aroni Tembe em Salamanga, citado neste trabalho, explica a atitude xenófoba na África do Sul que atingiu o ponto mais alto em maio de 2008 que saldou em mortes e feridos de estrangeiros particularmente moçambicanos.

¹⁰⁰ As construções do governo são de melhoramento das condições habitacionais. Portanto, é requisito ter alguma construção lá, que assim prove que é natural, para beneficiar desse programa.

CONCLUSÃO

Procurei mostrar ao longo do texto contextualizar o território vivido no Sul da Baía de Maputo e concluo que ao nível micro prevalece o território do abakwaMabudu, pelo menos de 1815 em diante, apesar das identidades impostas ao nível macro ou seja com base na fronteira-limite traçada entre 1875 e 1891. Esta conclusão alicerça o argumento de que a percepção dos processos identitários envolve a focalização no espaço e no tempo por um lado e, por outro, apesar da fluidez da identidade, o aspecto primordial nunca é anulado quer no contexto de vantagem quer num contexto de desvantagem quando se trata de integração numa sociedade imigrante. Quer dizer entre as múltiplas identidades que podem ser ostentadas e engenheiradas, a questão primordial é duradoira fundada na história e lugar "reais".

Os fatores móveis dos processos identitários que procurei analisar no presente trabalho são o meio ambiente, a história regional, as diferenças das administrações coloniais e as suas potencialidades económicas, o Apartheid instituído na África do Sul em 1948 e o seu fim em 1992, os eventos após a independência de Moçambique nomeadamente os reveses das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo independente como a socialização rural e as nacionalizações. Acresce-se a estes eventos a guerra entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) entre 1976 e 1992 como os principais móveis das dinâmicas da paisagem sócio-cultural da fronteira-limite entre Moçambique e África do Sul.

Os recentes projetos de desenvolvimento no sul da Baía de Maputo, em particular a construção da ponte Maputo Catembe e da malha rodoviária até Ponta de Ouro poderá gerar um refluxo do movimento de Kwazulu Natal para o sul da Baía, se atendermos que um dos móveis da circularidade virada mais para África do Sul é a busca de bens e recursos como nos referimos em trabalho de campo e baseado também em outros estudos na região. Alias, o trabalho de Kloppers (2004) apresenta já alguma indicação dessa tendência ao se referir ao impacto do desenvolvimento turístico no sul da Baía.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSELLE, Jean Luop, M'BOKOLO, Elikia. 1985 **Au couer de léthnie: ethnies, tribalisme et état en afrique**. Paris: Edtions La Decouverte.

ANDRADE, Alfredo Augusto freire de. 1984. **Exploração portuguesa em Lourenço Marques e Inhambane: relatório da comissão de delimitação da fronteira de Lourenço Marques**. Lisboa: Imprensa Nacional.

ANÓNIMO. DOCUMENTOS 1. 1986. **A guerra dos reis vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o presídio da baía de Lourenço Marques**. Maputo: AHM.

ARRIAGA, visconde de. 1881. **Lourenço Marques: exame sobre o tratado relativo à bahia território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de Maio de 1879**. Lisboa.

ASIWAJU, Anthony I. 2003. Boundaries and African integration: Essays In **Comparative History And Policy Analysis**. Lagos: Panaf Publishing, Inc.

Bahia de Lourenço Marques: questão entre Portugal e a Gran-Bretanha sujeita a arbitragem do Presidente da República Franceza. Lisboa: Imprensa Nacional

CARVALHO, Mário de. 1969. **Agricultura tradicional de Moçambique. Lourenço Marques: Missão de inquérito agrícola de Moçambique**.

CURTIN, Philip; FEIERMAN, Leonard and VANSINA, Jan. 1992. **African history**. New York: Longman.

FELGATE, Walter S. 1982. **The Tembe Thonga of Natal and Mozambique: an ecological approach**. Edited by E.J. Krige. Durban: Dep. of African Studies University of Natal, Occasional publications n.º 1.

FERRO, Gaetano. 1979. **Sociedade humana e ambiente, no tempo: temas e problemas de geografia histórica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HONWANA, Raúl Bernardo. 1989. **Memórias**. Maputo: Edições ASA.

HORTA, José Maria da Ponte. 1882. **Tratado de Lourenço Marques. Sua história parlamentar. Seu valor technico e social. Sua conclusão**. Lisboa: Imprensa Nacional.

JOCHIM, Michel A. 1981. **Strategies for survival: Cultural behavior in an ecological context**. New York: Academic Press.

JUNIOR, Rodrigues. 1971 **Os indígenas de Moçambique (estudo)**. Braga: Editorial Pax.

JUNOD, Henri Alexandre. 1939. **Os indígenas de Moçambique no século XVI e começo do século XVII: segundo documentos portugueses da época dos descobrimentos**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

MANGHEZI, Alpheus. 2003. **Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no Sul de Moçambique**. Maputo: AHM, Documentos 5.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. 1891. **Portugal em África: a questão colonial: o conflito anglo-português**. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

MELO, Carlos de. 1890. **A questão inglesa. O tratado. Subsídios para a sua história, crítica do seu valor**. Lisboa: Livraria Bertrand.

PORTUGAL, NEGÓCIOS EXTERNOS. 1889. *Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros: Limites entre o distrito de Lourenço Marques e o território do Mussuate*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL, NEGÓCIOS EXTERNOS. 1873. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros: Limites entre o distrito de Lourenço Marques e o território do Mussuate. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL, NEGÓCIOS EXTERNOS. 1889. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros: Limites entre o distrito de Lourenço Marques e o território do Mussuate. Lisboa: Imprensa Nacional, 4 vols.

Portugal e a Grã-Bretanha no tratado de Lourenço Marques: considerações sobre os interesses das províncias ultramarinas. Lisboa: Typographia Universal, 1880.

PELLISSIER, René. 1988. **História de Moçambique: formação e oposição, 1854 – 1918**. Lisboa: Editorial Estampa.

RADCLIFFE BROWN, A.R. 1950. **Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento**. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze. 1891. **Portugal e a Inglaterra: as negociações do tratado sobre os domínios de África**. Lisboa: Imprensa Nacional.

RITA-FERREIRA, António. 1982. **Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique**. Lisboa: IICT/JICU, Estudos, Ensaios e Documentos 142.

RITA-FERREIRA, António. 1982. **Presença luso-asiática e mutações culturais no Sul de Moçambique até c. 1900**. Lisboa: IICT/JICU, Estudos, Ensaios e Documentos 139.

TESTA, Carlos. 1881. **A política intercolonial e internacional e o tratado de Lourenço Marques**. Lisboa: Typographia Universal.

TESTA, Carlos. 1880. **A influência europeia na África perante a civilização e as relações internacionais: considerações acerca do tratado de 30 de Maio de 1879 denominado de Lourenço Marques**. Lisboa: Typographia Universal.

ZAMPARONI, Valdemir Donezette 2007. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. Salvador, Edufba, CEAO.

Artigos

ALBERTO, Manuel Simões. 1958. A ilha da Inhaca. Nota histórica. In: **Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, XXVII (112):** 21-26.

_____. 1958. A ilha da Inhaca e o seu povoamento humano (uma contribuição demográfica). In: **Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, XXVII (112):** 145-151.

_____. 1958. Necessidade duma revisão da sequência de povoamento humano na África Meridional. In **Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, XXVII (108):** 161-167.

_____. 1955. Os negros de Moçambique: censo etnográfico In: **Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, n.º 94,** Setembro-Outubro.

ALONSO, Ana Maria. 1994. The politics of spaces, time and substance: Staté Formation, Nationalism, and Ethnicity. **Annual Rev. Anthropology., 23,** 379-405.

ARAÚJO, Manuel. 1998. Espaço e Identidade. In: SERRA, Carlos. **Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização.** Maputo: Livraria Universitária, pp. 161-171.

CAHEN, Michel. 1990. O fundo “ISANI” do Arquivo Histórico de Moçambique: Uma fonte importante da história social contemporânea do colonialismo português” In **Revista Arquivo n.º 7.**

CONNOR, Teresa K. 2003. Crooks, commuters and chiefs: home and belonging in a border zones in Pafúri, Gaza province, Mozambique. In **Journal of Contemporary African studies, 21, 1.**

DAVID, Webster. 1991. “Abafazi BaTonga Bafihlakele: Ethnicity & Gender in a KwaZulu Border Community”. In A.D. SPIEGELI and P.A. Mcallister (eds.), **Tradition and transition in Southern Africa: Festschrift for Phillip and Iona Mayer.** Witwatersrand University Press, p. 243-271.

ENGLUND, Harry. 2002. **From war to peace on the Mozambique-Malawi borderland: borders drawn, borders crossed.** Edimburg University Press.

HARRIES, Patrick. 1982. Kinship, Ideology and the nature of pre-colonial labour migration: labour from the Delagoa Bay hinterland to South Africa, up to 1895. In MARKS, Shula and RATHBONE, Richard (eds) **Industrialisation and social change in South Africa: African Class formation, culture and consciousness 187-1930.** New York: Longman, p.142-166.

_____. 1983. History, Ethnicity and the Ingwavuma Land: The Zulu Northern Frontier in the Nineteenth Century. **Journal of Natal and Zulu History, Vol. VI.**

_____. 1994. Environment, Culture and Migration. In ISAACMAN and Jean HAY (eds) **Work, Culture, and identity: Migrants Laborers in Moazambique and South Africa, c. 1860-1910.** London: James Currey, p. 1-17.

_____. 1994. Colonialism and Migrant Labour. In ISAACMAN, Alan and HAY, Jean (eds) **Work, Culture, and identity: Migrants Laborers in Moazambique and South Africa, c. 1860-1910.** London: James Currey, p. 167-193.

PHIRI, S.H. 1976. Communities: the case of the Chewa and the Ngoni astride zambian boundaries with Malawi and Mozambique. In **Journal African History, XVII, 2,** p. 117.

LIESEGANG, Gerhard J. Lourenço Marques antes de 1895: aspectos da história dos Estados vizinhos, da interacção e aqueles Estados e do comércio na baía e na povoação In **Arquivo**, 2 (Outubro 1987), pp. 19-75.

_____. **Estados e grupos étnico-políticos em Moçambique ao Sul do Save, c. 1300 – 1850**. julho de 1998 (versão preliminar, não publicada)

_____. Possibilidades do estudo de espaços cognitivos antigos e mais recentes em Moçambique, séc. XVI-XX. In **Moçambique – 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década 90**. Maputo, UEM 30 de Julho a 3 de Agosto de 1991

_____. 1997. **O conceito de territorialidade e sua aplicação nas ciências sociais**. Comunicação apresentada no seminário de Metodologia de investigação em ciências sociais / Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM.

_____. Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique. In: Serra, Carlos. **Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária, p. 99-159.

MATOS, Luís. As fronteiras de Moçambique. In: **Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1964-1965**. Lisboa: Instituto de ciências sociais e política ultramarina [s/d], p. 35-55

MATOS, Leonor Correia de. 1989. Os problemas de fronteiras em Angola e Moçambique. In: Luís Albuquerque (Dir). **Portugal no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, Vol. VI

McGREGOR, JoAnn. 1994. People Without Fathers: Mozambicans in Swaziland 1888 – 1993. In **Journal Southern African Studies, Volume 20, Number 4**, December, p. 545–567.

McGREGOR, JoAnn. 1998. Violence and Social Change in Border Economy: War in the Maputo Hinterland, 1984 – 1992. In **Journal Southern African Studies, Volume 24, Number 1**, March, p. 37–60.

MORAIS, João M. 1978. **Tentativas de definição de formação socio-económica de Moçambique de 0 a 1500**. Maputo/UEM/História/IICM.

NUNES, Artur de Figueiredo. 1992. Moçambique e as suas fronteiras In: **Africana, n° 10**, p. 209-228.

SANTOS, Eduardo dos. 1989. O tratado de fronteiras de 1891. In: **Luís Albuquerque (Dir). Portugal no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, Vol. VI, pp. 222-234.

SMITH, Alan. 1970. The peoples of Southern Mozambique: an historical survey, **JAH, XVI, 4, 1970**: 33.

ZAMPARONI, Valdemir. 2000. Mamparras & Magaiças: trabalhadores mineiros e sociedade em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940. In **Atas da III Reunião Internacional de História de África: A África e a instalação do Sistema Colonial (c. 1885- c. 1930)**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica tropical.

VIANNA, Rodrigues. 1909. In Ferrão, Francisco. **Circunscrição de Lourenço Marques** – Respostas aos quesitos feitos pelo Secretário dos Negócios Indígenas Dr. Francisco Ferrão para a confecção do relatório sobre o distrito de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Dissertações e Teses

HEDGES, David W. 1978. **Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in eighteenth and early nineteenth centuries**, Ph. D thesis, London University.

KLOPPER, Roelie J. 2003. **The History and the Representation of the History of the Maputu-Tembe**. Dissertation, MA (History), University of Stellenbosch, Department of History.

KLOPPER, Roelie J. 2005. **Border Crossings: Life in the Mozambique / South Africa Borderland**. PhD Thesis, University of Pretoria / Faculty of Arts And Humanities.

MTHETHWA, Emil Dingani. 2005. **The mobilization Of History And The Quest For The Tembe Chieftaincy in Maputaland: 1896-1997**. Dissertation, MA

NEVES, Joel Maurício das. 1998. **Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930 – c.1965: A case study of Manica province**. PhD Thesis, University of London.

SMITH, Alan K. 1970. **The struggle for control of Southern Mozambique, 1720 – 1835**. PhD thesis, University of California, Los Angeles.

ZIMBA, Benigna de Jesus M. L. 1999. **Overseas trade, regional politics, and gender roles: Southern Mozambique, ca. 1720 to ca. 1830**. PhD thesis, University of Michigan.

BAUMAN, Zygmunt. 2005. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Referencias eletrônicas

Antropologia. Etnicidade – Vários autores.

<http://antropologia1.blogspot.com/2005/01/etnicidade-varios-autores.html>, 11 de janeiro de 2005

Antropologia. Transnacionalidade – Vários autores

Sean Purdy (sem data) "A História Comparada e o desafio da transnacionalidade" ilustra como quase todos os estudos sobre transnacionalidade são assim caracterizados.

<http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/purdy.pdf>, 20.10.08

Ulf Hannerz fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional

<http://pjp.raposo.googlepages.com/fluxos-ulfhannerz.pdf>, 29.12.08